

OS IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

LIÇÕES APRENDIDAS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO NORDESTE DO BRASIL



OS IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

LIÇÕES APREENDIDAS NA REGIÃO
SEMIÁRIDA DO NORDESTE DO BRASIL



EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

Coordenação: Rodica Weitzman

Elaboração dos textos: Rodica Weitzman, Vivian Delfino Motta, Maria do Socorro Oliveira

Revisão final: Rodica Weitzman, Fabiana Dumont Viterbo

Colaboração: Aline Martins, Ariane Favareto, Isabel Cristina Lourenço da Silva, Camila Traesel Schreiner, Núcleo JUREMA/UFRPE, Jose Claudivam da Silva, Ingrid Klebyane Faria de Luna Barbosa, Karine Pereira de Freitas

Projeto gráfico e diagramação: Alessandro Mendes Ribeiro

Fotografias: Manuela Cavadas, William França e Fabiana Dumont Viterbo

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a todas as equipes técnicas dos seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, pelo suporte que foi dado por meio de sua participação nos webinários e nas entrevistas individuais. Agradecemos também todos/as os/as gestores/as públicos das instâncias à nível municipal e estadual e os/as agricultores/as familiares e membros/as de comunidades tradicionais que estiveram presentes nos webinários que foram realizados e compartilharam suas visões e perspectivas. Um reconhecimento especial para as comunidades e organizações de base comunitária do semiárido nordestino que têm liderado numerosas práticas transformadoras em suas diversas comunidades e territórios rurais para enfrentar os impactos da pandemia e encontrar saídas diante de situações extremamente adversas e árduas. Além disso, estendemos nossos agradecimentos a todos os/as técnicos/as e coordenadores/as dos projetos que permitiram fácil acesso a documentos-chave que foram cruciais para complementar e enriquecer a análise das informações durante este estudo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981i Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).
Os impactos da covid-19 sobre os sistemas agroalimentares : lições aprendidas na região semiárida do Nordeste do Brasil – Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.
142 p. : im. color.
O presente estudo envolveu moradores das comunidades, equipes de assistência técnica contínua (ATC) e gestores públicos, escolhidos como grupos focais.
ISBN 978-92-9266-158-8
1. Agricultura familiar. 2. Saúde Pública. 3. Desenvolvimento social e econômico. I. Título.

CDU 631.1

LISTA DE SIGLAS

AMPPEPI – Associação de moradores/as e produtores pequenos do estado de Piauí
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
ATC – Assistência técnica Continuada
ATER – Assistência técnica e Extensão Rural
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEALTRU – Centro de Estudos e Assistência às Lutas do/a trabalhador(a)
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável
COOPERCUC – Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
DAP – A Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA – Direito humano à alimentação adequada
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IA – Insegurança alimentar
IAC – Instituto Antônio Conselheiro
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAS – Programa de Alimentação Saudável
PCT – Povos e comunidades tradicionais
PDHC II – Projeto Dom Hélder Câmara II (AL, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, RN, SE)
PDT – Projeto Dom Távora (Sergipe)

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PI – Planos de investimento
PN – Planos de Negócio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP – Projetos produtivos
PPF – Projeto Paulo Freire (Ceará)
PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimata (Paraíba)
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA – Projeto Pró-Semiárido (Bahia)
PVSA – Projeto Viva o Semiárido (Piauí)
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
URGPs – Unidades Regionais de Gestão do Projeto



SU MÁ RIO



19

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTUDO ACERCA DOS IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

1. Apresentação dos objetivos gerais do Estudo acerca dos impactos da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares.....	20
2. Concepções que norteiam o estudo: Dimensões de SSAN.....	22
3. Contextualização: Insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia no contexto do semiárido nordestino	27
4. Abordagem metodológica proposta.....	27

41

CAPÍTULO 2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E MODOS DE PRODUÇÃO

1. Produção, espaços e alimentos.....	42
2. Os Quintais Produtivos e as Cadernetas Agroecológicas.....	45
3. Resumo dos impactos da pandemia sobre a produção de alimentos.....	47
4. As ações mitigadoras para fortalecimento dos sistemas de produção.....	49

56

CAPÍTULO 3. HÁBITOS ALIMENTARES, PREPARAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS

1. Introdução.....	56
2. Diversidade no plantio e criação, diversidade nas formas de transformação.....	57
3. Organização produtiva para a transformação e beneficiamento de alimentos.....	59
4. Os impactos da COVID-19 sobre sistemas de beneficiamento e processamento de alimentos.....	61
5. Proposições no campo de preparo e beneficiamento dos alimentos	64

69

CAPÍTULO 4. CONSERVAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ABASTECIMENTO

1. Introdução.....	70
2. Armazenamento de alimentação animal.....	72
3. Armazenamento de alimentos: Desafios vividos	73
4. Apoio à infraestrutura para conservação, armazenamento e abastecimento	76
5. Os impactos da pandemia de COVID-19 sobre as práticas de armazenamento, conservação e abastecimento	78
6. Considerações finais.....	81

85

CAPÍTULO 5. RELAÇÕES NÃO ECONÔMICAS – DE DOAÇÃO E TROCA – E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

1. Introdução.....	86
2. As doações e trocas de produtos alimentícios: plantas, mudas, sementes e alimentos.....	88
3. Formas de distribuição de alimentos em tempos de pandemia.....	91
4. Conclusões finais.....	93

97

CAPÍTULO 6. PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Introdução.....	98
2. Fragilidades e entraves nos processos de Comercialização durante a pandemia da COVID-19.....	99
3. Principais impactos causados pela pandemia sobre a comercialização e as estratégias para lidar com tais impasses	101
4. Estratégias e estruturas: Mitigando os impactos da pandemia.....	103
5. Restabelecimento das feiras livres e das feiras agroecológicas.....	105
6. Outras propostas, novos caminhos.....	106

111

CAPÍTULO 7. PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: IMPACTOS SOBRE OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

1. Introdução.....	112
2. O fortalecimento de processos organizativos existentes.....	113
3. Respostas e estratégias novas para lidar com a maior fragilidade dos sistemas agroalimentares.....	115
4. Novas estratégias organizativas para efetivar a comercialização dos alimentos por meio dos recursos do campo virtual	117
5. Realização de feiras “on-line” durante a pandemia e suas repercussões no campo organizacional.....	119
6. Conclusões Finais.....	121

125

CAPÍTULO 8. POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Políticas públicas de SSAN no contexto da pandemia	126
2. Papel do FIDA para ampliar e qualificar o acesso da população rural do semiárido a SSAN por meio de ações estratégicas e políticas públicas.....	131

135

CAPÍTULO 9. CONCLUSÕES FINAIS

1. Apontamentos acerca dos diversos efeitos da pandemia sobre os sistemas agroalimentares.....	136
2. Repercussões no campo político: A necessidade de políticas estruturantes que promovam a segurança alimentar e nutricional no semiárido nordestino.....	139
3. Destaques para algumas proposições concretas que garantem o direito à segurança alimentar e nutricional ao nível dos estados e municípios da região semiárida do Nordeste.....	141

146

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não representam necessariamente as do FIDA. As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do FIDA sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras ou limites.



MAPA FIDA NO BRASIL



PROJETO PRÓ SEMIÁRIDO (PSA)

Financiamento FIDA: US\$ 45 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 50 milhões

Famílias beneficiadas: 70.000

Famílias chefiadas por jovens: 20.200

Famílias chefiadas por mulheres: 40.500



PROJETO DOM TÁVORA (PDT)

Financiamento FIDA: US\$ 16 milhões

Financiamento governamental: 12,2 milhões

Famílias beneficiadas: 12.000

Famílias chefiadas por jovens: 3.600

Famílias chefiadas por mulheres: 4.800



PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO (PVSA)

Financiamento FIDA: US\$ 20 milhões

Financiamento governamental: US\$ 10,1 milhões

Famílias beneficiadas: 22.000

Famílias chefiadas por jovens: 6.600

Famílias chefiadas por mulheres: 9.500



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAÚ (PROCASE)

Financiamento FIDA: US\$ 25 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 15,5 milhões

Famílias: 22.000

Famílias chefiadas por jovens: 1.570

Famílias chefiadas por mulheres: 10.800



PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA (PDHC) II

Financiamento FIDA: US\$ 18 milhões

Financiamento governamental: US\$ 42 milhões

Famílias: 74.000

Famílias chefiadas por jovens: 39.000

Famílias chefiadas por mulheres: 37.000



PROJETO PAULO FREIRE (PPF)

Financiamento FIDA: US\$ 40 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 40 milhões

Famílias: 60.000

Famílias chefiadas por jovens: 16.052

Famílias chefiadas por mulheres: 10.800



ATUAÇÃO DO FIDA NO BRASIL COM O PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do Fida é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o Fida incentiva o fortalecimento de atividades cujos públicos prioritários são mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

O Fida já viabilizou um montante de aproximadamente 800 milhões de dólares, para implementação de treze projetos no Brasil. Em 2020, seis projetos estão sendo executados, beneficiando 260 mil famílias de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiárido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Em parceria com o governo federal, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), abrange onze estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o Fida busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI), cuja operacionalização é apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

(IICA). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento; Monitoramento Et Avaliação; Comunicação; Diálogos de Políticas; e Cooperação Sul-Sul e Triangular. O PSI trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo Fida no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento. O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios; capacitações; oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos; formação técnica para gestores públicos; articulações institucionais; promoção do trabalho para a igualdade de gênero; apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados; publicações de livros; e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o programa vem contribuindo, de forma expressiva, para a sistematização e disseminação das boas práticas rurais dos projetos do Fida, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Funcionamento de cada componente de atuação do PSI:

Gestão do Conhecimento

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários. Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovinocultura. Muitos desses eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade dessas boas práticas e experiências de sucesso.

Monitoramento Et Avaliação

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas dessas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Todos os projetos do Fida no Brasil utilizam um sistema de gestão integrada chamado Data.Fida, um grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional para esse componente, que contribui para o aumento da qualidade e precisão das informações coletadas e processadas pelos projetos.

Comunicação

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos do Fida.

Um produto recente dessa área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

Cooperação Sul-Sul e Triangular e Diálogos de Políticas

O objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular é fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, abordam-se temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seu cotidiano. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.

Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando www.portalsemear.org.br.





INTRODUÇÃO:
PRINCÍPIOS NORTEADORES
DO ESTUDO ACERCA DOS IMPACTOS
DA COVID-19 SOBRE OS
SISTEMAS AGROALIMENTARES

1. Apresentação dos objetivos gerais do Estudo acerca dos impactos da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares

O estudo "Impactos do COVID-19 nos Sistemas Agroalimentares no semiárido do Nordeste do Brasil",¹ realizado pelo Programa Semear Internacional (PSI) com apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) envolveu moradores/as de comunidades, equipes de Assistência Técnica Continuada (ATC) e gestores/as públicos – escolhidos como grupos focais. O universo da pesquisa foi os seis projetos apoiados pelo FIDA nos seguintes estados e regiões do Nordeste do Brasil:

- a) Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procace: Estado de Paraíba;
- b) Projeto Pró-Semiárido: Estado da Bahia;
- c) Projeto Dom Távora: Sergipe;
- d) Projeto Viva o Semiárido: Piauí;
- e) Projeto Paulo Freire: Ceará;
- f) Projeto Dom Hélder Câmara II: Atua em Minas Gerais e diversos estados do Nordeste, mas foram focadas as atuações em Alagoas e Pernambuco.

Para realizar este diagnóstico sobre o cenário de segurança alimentar e nutricional (SSAN) no semiárido nordestino,

partiu-se de uma compreensão mais ampla do conceito de SSAN: como algo que envolve não só a perspectiva nutricional, mas exige o olhar atento sobre a produção, comercialização, consumo, armazenamento, formas de evitar perdas e desperdícios e ações de democratização do acesso ao alimento. Portanto, a abordagem metodológica que foi construída para esta investigação buscou levar em consideração uma conceituação mais ampla de segurança e soberania alimentar e nutricional que engloba oito eixos temáticos, no intuito de entender de que modo a pandemia desencadeou transformações nas diversas dimensões das vidas dos/as moradores/as dos territórios e comunidades rurais do semiárido nordestino. Os oito eixos temáticos que foram focados neste estudo e que refletem os diferentes aspectos do conceito de SSAN são: (i) Processos de organização social e políticas públicas; (ii) Produção agrícola (modos de produção e grau de diversificação); (iii) Preparação e transformação dos alimentos; (iv) Consumo (hábitos alimentares e questões nutricionais); (v) Estocagem, armazenamento e abastecimento dos alimentos; (vi) Distribuição de alimentos, incluindo relações não econômicas – de doação e troca; e (vii) Comercialização (com ênfase nos pequenos circuitos de comercialização).

Houve um esforço para dar destaque ao grau de inovação no campo das metodologias e tecnologias por parte das organizações de base comunitária e instituições de assessoria técnica em cada um dos eixos temáticos. Ao mesmo tempo, o diagnóstico foi construído a partir de um recorte temporal, a fim de observar as mudanças que ocorreram ao longo do processo de gestão de uma crise agroalimentar que foi agravada pela pandemia. Tinha-se a intenção de identificar os marcos temporais nos processos vividos pelos atores engajados

¹ O Estudo "Impactos do COVID-19 nos Sistemas Agroalimentares no Semiárido do Nordeste do Brasil", uma ação promovida por PSI – Programa Semear Internacional, foi realizado sob a coordenação de Rodica Weitzman e uma equipe de apoio de duas pesquisadoras: Vivian Motta e Maria de Socorro de Oliveira.

– isto é, exercer um olhar aguçado sobre o quadro geral no período antes da pandemia, para servir como um esquema referencial na identificação dos contrastes e contradições que têm surgido nesse período, desde março de 2020.

O objetivo das duas fases da metodologia proposta – o levantamento de informações e os cruzamentos analíticos a partir da ótica de cada grupo social – foi de entender de que modo as modificações específicas ocasionadas pela pandemia foram absorvidas por cada categoria identitária. Além disso, houve a intenção de compreender a complexidade das estratégias de resistência por parte de diversos segmentos (agricultores/as familiares, comunidades tradicionais e assim por diante) diante do agravamento do quadro sociocultural ao longo da pandemia, a partir do pressuposto de que os grupos sociais que foram atingidos não se constituem enquanto vítimas dos fenômenos que ocorreram, mas reagem aos fatos e buscam soluções coletivas. Portanto, a intenção da abordagem conceitual e metodológica tem sido efetivar uma análise dos diferentes eixos temáticos a partir de uma ótica interseccional,² o que envolve um olhar aguçado para as interações entre as

manifestações das desigualdades sociais, no tocante às questões de raça, etnia, classe, gênero, juventudes e territorialidades.

No entanto, é importante apontar uma lacuna dentro dos resultados apresentados, uma vez que na análise efetuada, não foi possível avançar na compreensão das formas específicas de impactos, considerando as diferenças entre as famílias assentadas, quilombolas, indígenas e pertencentes às comunidades Fundo de Pasto. É muito comum recortar essa abordagem relacionando apenas a números, por meio do levantamento de dados quantitativos, mas uma verdadeira análise com base na interseccionalidade diferencia questões identitárias de formas de representação, considerando fatores históricos, sociais, ambientais e políticos. A raiz da interseccionalidade reside no reconhecimento das diversas óticas, perspectivas e ângulos que apenas a vivência da diversidade materializa. Assim, recomenda-se que seja realizada uma pesquisa de aprofundamento dos dados sistematizados e analisados neste estudo em um outro momento, visando elucidar a interação entre as diferentes categorias de análise.



² Partiu-se da definição do conceito de Interseccionalidade trazida por Kimberlé Crenshaw (2002). De acordo com Silvia Barbosa (2017), "debater as interseccionalidades possibilita perceber a 'coexistência de diversas abordagens'; as perspectivas diferenciadas traçam pensamentos diversificados sobre 'diferença e poder', refletindo sobre as margens da agência concedida aos sujeitos e suas reais possibilidades de agir mediante as suas fronteiras sociais e culturais". (BARBOSA, p. 33, 2017)

2. Concepções que norteiam o estudo: Dimensões de SSAN

O ponto de partida para este estudo é uma visão ampla do conceito de segurança e soberania alimentar nutricional a partir de sua construção histórica, que foi fruto de um longo e rico processo de participação social. Ao longo dos anos, o aumento das doenças carenciais e crônicas não transmissíveis³ na população brasileira levou os movimentos e organizações da sociedade civil a discutirem as causas dessas doenças e incorporarem outras questões ao conceito de SSAN, de modo que o foco na maximização da produção agrícola para combate à fome se alargou para incluir outras dimensões, como acesso aos alimentos, condições de preparo, aspectos nutricionais, culturais e socioambientais. Um eixo central dessa construção conceitual tem sido o entendimento de SSAN enquanto um “direito humano”, que é tão importante quanto os outros direitos que deveriam ser garantidos à população brasileira.

Para garantir a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) enquanto direito humano no Brasil, houve a construção de uma envergadura complexa e eficiente a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em 2006 (Lei nº 11.346/2006), com o objetivo de coordenar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de forma intersetorial e garantindo a participação social. Por este motivo, foram definidos como componentes do Sistema: (i) as Conferências e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para garantir a participação da sociedade civil na construção de diretrizes para execução da política, e (ii) as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para coordenar os órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas.

³ Estudos mostram que doenças crônicas-degenerativas, como diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares, que tem intensificado no Brasil nos últimos 20 anos, se apresentam muitas vezes em conexão com “doenças de deficiência”, como desnutrição e anemia, o que revela claramente a coexistência entre diferentes processos de agravamento da insegurança alimentar e nutricional e a necessidade de buscar soluções integradas. (FAO, FIDA, et. al., 2020, p. 100)

A proposição de um sistema intersetorial e participativo de formulação, implementação e controle social de políticas públicas representa uma estratégia para respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada (DHAA) no contexto brasileiro. Embora nos últimos anos tenhamos testemunhado um processo de desmonte desta estrutura de controle social – que começou pela eliminação da instância do Consea a nível nacional no ano de 2019 –, ainda vislumbramos indícios da força organizativa dos Consea estaduais e municipais em algumas regiões. Alguns dos grupos que se constituem enquanto beneficiários dos projetos apoiados pelo FIDA no Nordeste do Brasil vêm participando destas instâncias de participação popular, no intuito de defender os bens comuns dos seus territórios a partir dos princípios da diversificação e sustentabilidade ambiental dos seus sistemas agroalimentares.

Para os projetos apoiados pelo FIDA no contexto do Semiárido Nordestino, três dimensões do conceito de SSAN merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, na escala internacional, durante os últimos cinco anos, o FIDA vem afirmando a necessidade de incorporar o enfoque da nutrição dentro de sua abordagem dos sistemas agroalimentares. Isso se traduz na criação de uma série de ferramentas que busquem uma abordagem sensível à nutrição nos desenhos dos projetos FIDA e no monitoramento dos seus ciclos de implementação. Sempre houve uma percepção por parte do FIDA de que é nos segmentos de extrema pobreza que se concentram as manifestações da insegurança alimentar, e que esta problemática está estreitamente ligada com a carência dos recursos hídricos. Neste sentido, cabe salientar que tem havido estratégias para incorporar o enfoque nutricional na estratégia de focalização, de modo que haja um grau maior de atenção para a extrema vulnerabilidade de determinados

grupos sociais (como comunidades tradicionais, mulheres) perante a precarização dos sistemas agroalimentares.

Outra dimensão que vem sendo incorporada nos projetos apoiados pelo FIDA na região semiárida do Nordeste é a sociobiodiversidade, a partir de uma ênfase no fortalecimento da cultura alimentar regional e da ecogastronomia. Este enfoque dentro dos projetos se intensificou nos últimos 10 anos em função da parceria que vem sendo firmada com o Movimento Slow Food, que se dedica à conservação e valorização de sistemas agrícolas tradicionais e à construção de “salvaguardas” de alimentos com foco nos saberes, nas práticas e nas paisagens ameaçadas, que constroem conexões com mercados alternativos. Assim, o FIDA vem se apropriando da noção dos alimentos e comidas enquanto componentes que integram um universo simbólico e que devem ser compreendidos a partir de um sistema de significados que é culturalmente variável. Esta abordagem cultural envolve uma valorização dos alimentos nativos, como umbu e licuri, para o autoconsumo e para os processos de comercialização –, alimentos que historicamente têm sido postos na margem da economia local e regional. O apoio institucional do FIDA às cooperativas, como a Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá⁴ (Coopercuc) na Bahia, que se empenham em processos de beneficiamento de frutas nativas, é uma mostra viva da crescente valorização das expressões da cultura alimentar dos povos da região semiárida. É interessante notar que, durante a pandemia, houve um alto grau de inovação nos processos de produção das agroindústrias, como Coopercuc, uma vez que tiveram

que “reinventar” suas práticas, aprendendo a diversificar seu “mix” de produção. Relatos de técnicos que trabalham no contexto do Projeto Pró-semiárido (PSA) na Bahia têm enfatizado este ponto.

Por fim, é preciso ressaltar a tendência crescente de adotar a abordagem agroecológica nos projetos apoiados pelo FIDA, não apenas como uma forma de enriquecer e fortalecer os processos produtivos, mas também como uma resposta duradoura para garantir a resiliência dos sistemas agroalimentares perante as mudanças climáticas. A maior parte das organizações conveniadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos projetos apoiados pelo FIDA trabalham a partir da perspectiva da agroecologia, e o FIDA vem se inserindo cada vez mais no campo agroecológico no Brasil, que é fortemente nutrido por articulações nacionais e regionais, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA),⁵ a Rede de ATER do Nordeste (REDE-NE) e a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).⁶

A compreensão das organizações que atuam na perspectiva da agroecologia é a de que esta não se refere apenas à práticas agrícolas, mas integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, a fim de compreender o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade (ALTIERI, 1998). Um aspecto que diferencia a agroecologia de outros modelos da agricultura é sua postura crítica perante o viés economicista que tem predominado nos estudos agrônômicos, o que envolve uma tentativa de recuperar uma visão mais holista e sistêmica dos processos produtivos que

⁴ Há 25 anos, a Coopercuc se dedica ao trabalho com beneficiamento das frutas da região do semiárido baiano. A cooperativa foi formalizada em 2004 com 44 cooperados e hoje atua junto a 450 famílias em 18 comunidades.

⁵ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um ator central na disputa pelo conceito de agroecologia, que vem se constituindo, desde 2002, enquanto um espaço de articulação e convergência de movimentos sociais, redes e organizações

⁶ ASA é uma rede que defende um projeto político baseado nos princípios de convivência com o Semiárido, tendo uma forte atuação na defesa do direito à água. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o semiárido brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). O FIDA atualmente apoia o Projeto DAKI – Semiárido Vivo, que é gestado pelo ASA, em conjunto com Fundapaz (Chaco – Argentina) e FUNDE (Corredor Seco – América Central), com a agenda política da agroecologia no Brasil.



têm como base a perspectiva de “sistemas de produção” ou “agrossistemas.” Esta visão sistêmica e holista dos processos ditos “produtivos” tem sido reforçada pelos planos de investimento que focalizam o fortalecimento dos “quintais produtivos” – iniciativas que abarcam um amplo leque de tecnologias sociais, aproveitam dos recursos e insumos dos diferentes subsistemas e visam a diversificação das espécies –, e que tem ocupado um lugar de centralidade em muitos projetos apoiados pelo FIDA nos últimos anos.

Nos projetos apoiados pelo FIDA, um dos fortes indicadores de uma melhora significativa nos hábitos alimentares das famílias nas comunidades rurais tem sido a maior diversificação das espécies nos arranjos produtivos, o que vem acontecendo com intensidade a partir da aplicação da abordagem agroecológica. Diversas instâncias e articulações na escala internacional e no Brasil têm apontado a importância de adotar a agroecologia como princípio orientador na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Em 2014, o relator especial para o direito à alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), Olivier De Shutter, apresentou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU um relatório, no qual destacava a centralidade da agroecologia na transição para sistemas alimentares sustentáveis e na realização do DHAA no mundo. Além disso, cabe salientar a carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) que foi realizado no ano de 2018 em Belo Horizonte/MG e que demonstra o imbricamento entre segurança e soberania alimentar e nutricional e agroecologia:



“ Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos in natura e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito.
(ANA, 2018, p. 11) ”



A publicação intitulada “IFAD Panorama 2020” que traz informações valiosas sobre os empecilhos para o alcance das metas da “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, afirma a importância da diversificação da produção agrícola como o caminho mais indicado para a promoção da segurança alimentar e nutricional:

“ La diversificación de la producción es un elemento clave para garantizar la seguridad alimentaria y la nutrición, así como para conservar, proteger y mejorar los recursos naturales (FAO, 2018c). Por medio de la diversificación se pueden incrementar la productividad y la eficiencia en el uso de los recursos. Por ejemplo, la diversificación agroecológica refuerza la resiliencia ecológica y socioeconómica mediante la creación de nuevas oportunidades de mercado. Además, un consumo variado de diversos tipos de alimentos, como cereales, legumbres, frutas, hortalizas y productos de origen animal contribuye a mejorar los resultados nutricionales de la población. (FAO, p. 84, 2019) ”



No caso do semiárido brasileiro, esta concepção agroecológica deve ser aliada à noção de “convivência com o semiárido”, que também orienta as diretrizes dos projetos apoiados pelo FIDA. Desde 2007, temos testemunhado a adoção de uma noção de “coexistência pacífica” com as condições do ambiente do semiárido nordestino que vem moldando as políticas públicas orientadas para desenvolvimento agrícola e a gestão de recursos hídricos. Neste processo, cabe destacar as contribuições de pensadores importantes, como Josué de Castro (2003), que vem apoiando uma mudança estrutural no modelo que embasa os conceitos associados ao “desenvolvimento”, e Roberto Marinho da Silva (2006), que se debruçou sobre princípios norteadores de um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido com base na construção de uma racionalidade ambiental distinta e um novo sistema de ética para as relações sociais. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades (CONTI; PONTEL, 2013). Para Silva (2006, p. 226), “o desafio fundamental a ser dado às novas orientações de desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro é o de construir o sentido da convivência”.

A partir desta concepção da convivência com o semiárido, podemos entender que a luta pela garantia da segurança alimentar e nutricional também inclui a tentativa incessante de dar continuidade às atividades produtivas a partir de uma abordagem agroecológica, o que engloba o uso de tecnologias adaptadas, como cisternas, biodigestores e sistemas de reuso de águas cinzas. Muitas destas soluções tecnológicas são incorporadas nos projetos e programas apoiados pelos governos estaduais e endossados pelo FIDA, e vêm contando com uma rede de apoio de organizações de ATER em um processo dinâmico de experimentação e adaptação destas ferramentas, instrumentos e equipamentos para outros contextos culturais e escalas.

3. Contextualização: Insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia no contexto do semiárido nordestino

O programa do Banco Mundial estima que mais de 130 milhões de pessoas enfrentam fome aguda como resultado da crise, quase dobrando as 135 milhões que já vivenciam situações extremas de fome (KHORSANDI, 2020 apud Committee on World Food Security/HLPE, 2020;). Uma das descobertas da pesquisa intitulada “Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil”, que foi realizada pela Rede PENSSAN⁷ no período de 5 a 24 de dezembro de 2020, confirma esta hipótese: em 2020 a insegurança alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004. (Rede PENSSAN, 2021).

Dentro desta pesquisa com 2.180 domicílios nas cinco grandes regiões do país, 518 dos quais são domicílios rurais, foi possível detectar que o Norte e o Nordeste concentram domicílios com menor proporção de segurança alimentar e um maior grau de insegurança alimentar considerada moderada e grave. Maluf, et. al afirmam que o nível de segurança alimentar foi inferior a 40% no Norte e a 30% no Nordeste; em contrapartida, o estado de insegurança alimentar grave foi de 18,1% na região Norte, e 13,8% no Nordeste.

Também, os dados coletados comprovam a relação entre segurança alimentar e recursos hídricos. De acordo com Maluf, et.al, “a situação de IA [insegurança alimentar] grave dobra quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos (de 21,1% para 44,2%) e alcança patamares de quase o dobro quando não há água suficiente para o consumo dos animais (de 24% para 42%)” (REDE PENSSAN, 2021). Esta realidade reflete as vivências das famílias

que habitam a região semiárida, e que tem lidado há muitos anos com a falta de água — tanto para consumo quanto para produção. Como se torna perceptível no cerne dos projetos apoiados pelo FIDA, as famílias destas comunidades buscam estratégias criativas para conviver com este ecossistema, que enfrenta estiagens prolongadas há bastante tempo, mas também revela um vasto e rico mosaico de sociobiodiversidade que apresenta diversas alternativas diante destas carências.

4. Abordagem metodológica proposta

Os dados foram coletados a partir de webinários realizados entre os dias 13/05/2021 e 20/05/2021 por meio da plataforma Zoom, envolvendo os seguintes grupos focais: a) gestores/as públicos; b) técnicos e técnicas; c) agricultores/as e populações oriundas de comunidades tradicionais, além de entrevistas com informantes-chaves no contexto dos seis projetos apoiados pelo FIDA nas quais foram levantadas informações complementares. Para ampliar o potencial de análise, a equipe da pesquisa fez esforços para entrevistar individualmente alguns gestores públicos dos estados do Nordeste, oficiais de programas e especialistas ligados ao FIDA no Brasil, na América Latina e Caribe e em Roma, Itália, além de profissionais ligados a outras instituições parceiras, como o Movimento de Slow Food.

É importante ressaltar que as comunidades tradicionais identificadas em tais eventos foram: povos indígenas, comunidades quilombolas e de fundo de pasto, sendo que esse último grupo apenas faz parte do público-alvo do Projeto Pró-semiárido, centrado no Estado da Bahia. A tabela abaixo explicita os sete estados e 14 territórios que participaram dos cinco webinários realizados no período de 13/05/2021 a 20/05/2021, por meio da plataforma Zoom.

⁷ A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), criada em 2012, congrega pesquisadoras(es), estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados.



Figura 1: Mapa dos estados representados nos webinários



Fonte: Pesquisa Impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares, 2021.

Figura 2: Esquema com os territórios representados nos webinários por estado



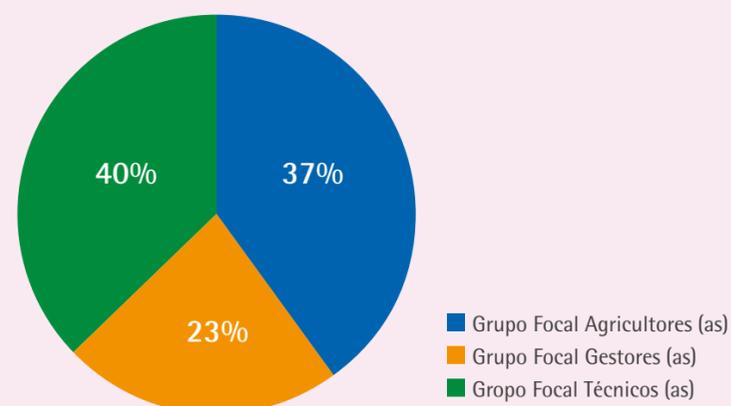
Fonte: Pesquisa sobre o impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares, 2021.



Durante os webinários, participaram 112 pessoas, conforme relação com a identificação do público mobilizado para os eventos. Foram 41 indivíduos agricultoras/es familiares, o que representou 37% do público total. Já a participação

de agentes da Assistência Técnica continuada (ATC) foi de 45 indivíduos, o que representou 40% do total. Por fim, a menor participação foi de gestoras/es com 26 indivíduos, representando 23% do público (OLIVEIRA; MOTTA, 2021).

Gráfico 1: Participação nos encontros online por grupo focal

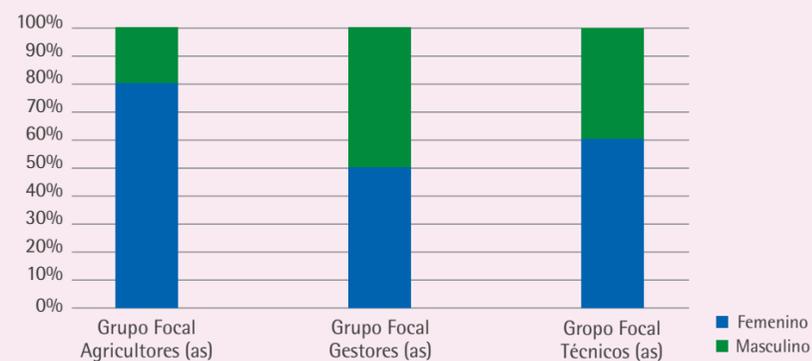


Fonte: Oliveira e Motta, 2021.

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos participantes por sexo e por grupo focal. Verificou-se que apenas no grupo focal de gestores e gestoras havia um equilíbrio na participação de mulheres e homens. Dos 26 participantes, metade era do sexo feminino e a outra metade do masculino. No grupo de

agricultores e agricultoras, elas predominaram. Do total de 41 participantes, 80% eram mulheres. Também no grupo dos técnicos e técnicas verificou-se maior participação das mulheres. Dos 45 participantes, elas representavam 60% (OLIVEIRA; MOTTA, 2021).

Gráfico 2: Participação nos encontros on-line por grupo focal



Fonte: Oliveira e Motta, 2021.

É importante salientar que, na etapa metodológica nomeada de "sistematização", que é posterior à coleta dos dados, foi possível visualizar as informações que foram geradas – tanto nos encontros com os grupos focais quanto nas entrevistas individuais – de modo que houvesse um cruzamento analítico entre categorias analíticas e temas chaves e transversais. Este cruzamento analítico com os focos temáticos que foram citados representa, de algum modo, o coração desta publicação. Assim, cada capítulo nos traz reflexões com base nos eixos temáticos que fazem parte de uma conceituação mais ampla de segurança e soberania alimentar e nutricional. A intenção é garantir uma leitura abrangente das múltiplas dimensões da problemática de SSAN – desde o acesso aos alimentos até o processo de armazenamento e distribuição,

passando por ações de comercialização –, a partir das perspectivas de uma ampla gama de atores sociais – desde agricultores/as familiares até gestores públicos. A partir desta compreensão sobre os fatores que incidem sobre o estado de SSAN dos grupos alvos – antes e durante a pandemia –, teremos condições de vislumbrar possíveis soluções que inspirem e apoiem os governos locais a gerenciar a crise agroalimentar, além de impedir que seu prolongamento leve a uma crise mais generalizada. Estas propostas, como veremos, devem buscar não apenas "aliviar" os riscos gerados pela pandemia, mas serão elaboradas no intuito de construir soluções duradouras e estruturantes para lidar com uma crise de tamanha proporção a partir de dinâmicas enraizadas nos territórios rurais do semiárido brasileiro.



IMPACTO DO COVID 19 NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

GESTORES PÚBLICOS

13/04/21

FECHAMENTO DO COMÉRCIO E FALTA DE COMPRA

AUMENTOU A DISTRIBUIÇÃO LOCAL DO ACÚMULO DE PRODUÇÃO E REDUZIU A PRODUÇÃO



AUMENTO DO INTERESSE POR OUTRAS ATIVIDADES, COMO **APICULTURA**



EXISTE UMA **DESIGUALDADE** EM RELAÇÃO À ALIMENTAÇÃO E TRABALHO DO HOMEM E DA MULHER



QUITANDA VIRTUAL E VENDAS PELO WHATSAPP COMO ALTERNATIVA PARA DISTRIBUIÇÃO

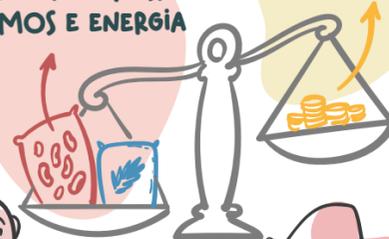
AUMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS IN NATURA PARA **UNIDADES HOSPITALARES**



RESTAURANTE E FEIRAS PARA VENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

AUMENTO DO PREÇO DOS ALIMENTOS, INSUMOS E ENERGIA

REDUÇÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS



INTERNET AJUDOU NA COMUNICAÇÃO, VENDA DE PRODUTOS E INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

CAPACITAR PRODUTORES PARA SEREM **VENDEDORES**



AUMENTO DA **PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS** NAS ATIVIDADES

COOPERATIVAS DISPONIBILIZARAM ESPAÇOS PARA **ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS**



ISOLAMENTO FAZ FAMÍLIAS A BUSCAR **REUTILIZAR RECURSOS**



PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO, ASSESSORIA TÉCNICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POTENCIALIZAR ALIMENTAÇÃO E MINIMIZAR IMPACTOS



SITUAÇÃO SE AGRAVA PARA AS FAMÍLIAS QUE NÃO TEM TECNOLOGIA PARA CAPTAÇÃO DA ÁGUA DAS CHUVAS



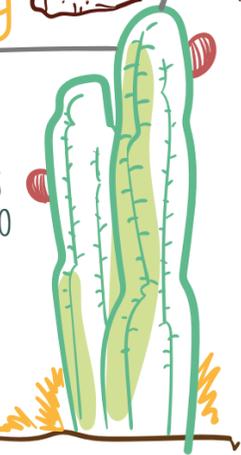
FALTA DE ÁGUA NECESSÁRIA DIVISÃO ENTRE ANIMAIS, PESSOAS E PRODUÇÃO

OS INVESTIMENTOS TÊM DADO SUPOORTE PARA QUE NÃO HAJA **ESCASSEZ DE ALIMENTOS**

AUMENTO NO **PREÇO DAS RAÇÕES**

PRODUTORES VENDERAM SEUS ANIMAIS POR NÃO CONSEGUIREM MANTER

QUINTAIS PRODUTIVOS TRAZEM DIVERSIDADE NA PRODUÇÃO E REDUÇÃO DE COMPRAS NO MERCADO

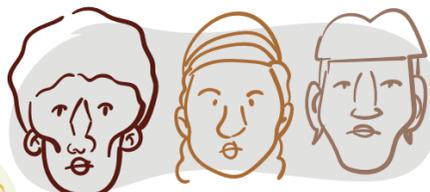


IMPACTO DO COVID 19 NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

TÉCNICOS/AS

14 E 15/04/21

QUILOMBOLAS MULHERES INDÍGENAS



COVID-19 IMPACTOU A **TODOS OS GRUPOS**



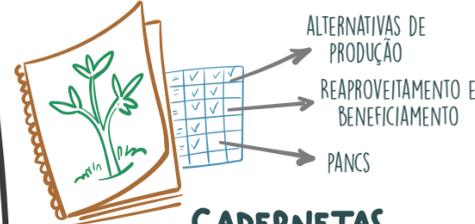
ISOLAMENTO **REDUZIU AS REUNIÕES** PRESENCIAIS NAS ASSOCIAÇÕES

PARTE DAS FAMÍLIAS VIVE UMA SITUAÇÃO DE **DESABASTECIMENTO**



BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS E USO DE POLPAS E DOÇES

PISCICULTURA TROUXE POSSIBILIDADES DE AUMENTO DE RENDA E SUBSISTÊNCIA



CADERNETAS AGROECOLÓGICAS ORIENTANDO AÇÕES E TRAZENDO AUTOCONHECIMENTO

PRODUÇÃO DE **ALGODÃO AGROECOLÓGICO** COMO FONTE DE RENDA



REDUÇÃO DE AQUISIÇÃO DE **ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS**



BUSCA DE TECNOLOGIAS PARA **REDUÇÃO DE CUSTOS** PARA ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS

PRODUÇÃO DE OVOS TROUXE SUSTENTO ANTES DA CHEGADA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL



AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA **DOAÇÃO** PARA FAMÍLIAS DA PERIFERIA URBANA



DISTRIBUIÇÃO DE MÁSCARAS E EPIS EM COMUNIDADES



LOCAIS ONDE EXISTE **OVINOCAPRINOCULTURA** TIVERAM AUMENTO DE HORTAS DEVIDO À PRODUÇÃO DE ESTERCO



CAPACITAÇÕES TÉCNICAS



PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS E BANCOS DE SEMENTES

DIVERSIFICAÇÃO DE **PRODUTOS DE CONSUMO:** MEDICAMENTOS NATURAIS, HORTALIÇAS E PRODUTOS DA APICULTURA



FEIRAS VIRTUAIS AUMENTARAM O **BANCO DE DADOS** DE PRODUTOS



FORTELECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO LOCAL, TROCAS E **AUTOCONSUMO**



INCENTIVO À **DOAÇÃO** DO EXCEDENTE PARA FAMILIARES E VIZINHOS



REDUÇÃO DO **TRANSPORTE** PARA AS FAMÍLIAS



FALTA CISTERNA PARA AS FAMÍLIAS
FALTA DA CHUVA AUMENTA A **ESCASSEZ**



ESPERANÇAR LUTANDO!

OFICINAS DE ALIMENTAÇÃO PARA OLHAR PARA O POTENCIAL DO QUINTAL E DA COMUNIDADE



IMPACTO DO COVID 19 NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

AGRICULTORES/AS E LIDERANÇAS

19 E 20/04/21







PRODUÇÃO AGRÍCOLA E MODOS DE PRODUÇÃO

1. Produção, espaços e alimentos

Foi objetivo do estudo realizado apontar os principais produtos que as/os agentes de ATC e agricultores/as familiares

identificam como principais para a manutenção da SSAN nesse período da pandemia. A tabela abaixo mostra os produtos descritos nos seis projetos apoiados pelo FIDA no semiárido brasileiro:

Tabela 1 – Principais produtos descritos nos webinários por projeto

Itens produzidos que foram citados nos webinários/entrevistas	PVSA	PSA	PPF	PDT	PDHC II	PROCASE
Plantas medicinais	x	X	X		x	x
Hortaliças	x	X	X		x	x
Batata	x			x	x	x
Abóbora	x			x	x	
Mandioca	x	X	X		x	
Grãos (milho, feijão)	x	X		x	x	
Fruticultura	x	X			x	x
Alimentos processados (doces, frutas, bolos etc)	x	X	X		x	
Mel	x					
Palma Forrageira		X	X	x	x	
Avicultura (corte/postura)	x	X			x	x
Algodão Agroecológico						x
Suinocultura	x				x	
Piscicultura	x			x		
Bovino de leite					x	
Caprinocultura/Ovino (carne/leite)	x	X			x	x

Fonte: Pesquisa sobre o impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares do Nordeste do Brasil – Planilhas de pré-sistematização, 2021.

Em um primeiro momento, precisamos reforçar que a tabela em questão não aponta a totalidade da produção nos projetos, mas sim os produtos que foram descritos pelas pessoas que participaram dos webinários como importantes para a manutenção da SSAN nesse período. O que é interessante observar é que, apesar das restrições impostas pela pandemia, podemos identificar a grande diversidade de cadeias produtivas que estão ligadas diretamente ao consumo e à comercialização nas famílias da região semiárida. Algumas se mostram universais na manutenção do sistema produtivo, por exemplo: hortaliças, tubérculos (como mandioca), frutas, plantas medicinais, grãos e o processamento dos produtos para ampliar a variedade, fazendo derivações ou “subprodutos” a partir de um mesmo produto. Assim, a agricultora Aparecida Silva Sousa, assistida pelo Projeto Viva Semiárido (PVSA), no Piauí, afirma: “Os quintais têm sido muito importantes na nossa vida. Porque de uma coisinha a gente transforma em várias alimentações. Da macaxeira a gente faz de um tudo com ela”.

As lacunas nos processos produtivos, no que diz respeito ao quadro de insegurança alimentar e nutricional, foram muitas. Merecem destaque as seguintes: i) Em quatro projetos destacam que durante a pandemia houve excedente de produtos destinados à comercialização. Não foi possível mensurar o volume perdido. ii) Em 50% dos projetos, a crise foi agravada pela impossibilidade de complementação de renda a partir de outros trabalhos como a venda de diárias ou trabalhos não vinculados à produção agrícola. por exemplo: manicure.

As perdas nos processos produtivos se tornam bastante evidentes no seguinte depoimento:

“ Na minha comunidade, houve perda ano passado, praticamente total, 80% a gente perdeu o ano passado. Até então, a gente está lutando pra sobreviver, está muito difícil. Parou tudo. A gente tá sem conseguir trabalhar numa escala maior. A gente está produzindo coisas limitadas. Houve estiagem, que a gente só conseguiu produzir ano passado, produzimos entre o mês de março a junho. Daí pra cá nós estamos vivendo pela misericórdia de Deus. Porque é a época da chuva, época que a gente faz o plantio, no fim do plantio começou a pandemia. Aí a gente teve que ir se ajustando, limitando muitas coisas, e tá difícil. Havia outros trabalhos. A gente fazia troca de dias, a gente ganhava diárias, aí parou tudo. A gente ficou praticamente vivendo um pouquinho do artesanato, e comendo o que tinha armazenado – feijão e milho. ”



Para as regiões que foram agraciadas com um bom período chuvoso, houve abundância na produção vegetal, o que garantiu as condições de manutenção dos sistemas de criação durante parte do ano passado. A alta do preço dos insumos (ração, medicamentos veterinários, sementes, itens para sistemas de irrigação, entre outros), além do aumento do valor dos combustíveis, em parte por causa do agravamento da pandemia, impactaram diretamente sobre os sistemas produtivos, em especial sobre a cadeia de produção animal. Os gestores/as e as equipes de assistência técnica são categóricos em dizer que essa alta foi responsável pela diminuição do número de cabeças nos plantéis ou até a eliminação das atividades nos sistemas produtivos das famílias. Durante o diálogo, alguns apontamentos sobre o impacto da alta dos insumos foram destacados. Francisco das Chagas Ribeiro Filho (Chicão), coordenador do PVSA, destaca que: “o aumento absurdo e injustificado dos valores e insumos prejudicou a produção dos agricultores familiares: material de irrigação por exemplo, mas também coisas mais simples. Quem é mais dependente de insumos externos está sofrendo mesmo”. Essa fala é reforçada pela agente de ATC Jóia Germano, vinculada ao Projeto Procasa, no estado do Paraíba: “Uma coisa que tem impactado bastante, em 2021, é o preço dos combustíveis... (...) A compra de ração e suplemento para os animais, que faz a produção do leite ser mais elevada, eles (agricultores) têm relatado dificuldade (de comprar), que está muito caro. No município de Parará, para se ter uma ideia, a maior parte deixou de produzir o leite porque não tem condições de comprar milho. O saco de milho está a 92 reais (...)”.

Ainda observando a Tabela 2, concluímos que a cadeia de produção animal tem vínculo direto com a comercialização e geração de renda (leite de cabra, carne dos ovinos, peixes e

bovinos), sendo que a alimentação da família está vinculada a um segundo plano, muito influenciado pelo preço atingido no mercado. Já as pequenas criações (galinhas e suínos) têm como vínculo primário o consumo familiar. As cadeias dos pequenos animais, de maneira geral, estão ligadas à atuação das mulheres. A escuta profunda realizada pela equipe de pesquisa pôde constatar que as mulheres são responsáveis pelos processos produtivos que têm a alimentação da família como fator primordial, sendo o excedente comercializado em feiras ou em estratégias de mercado de circuitos curtos, como: delivery, cestas agroecológicas, vendas porta a porta.

As mulheres organizam seus cultivos, sempre consorciados, por meio de uma estratégia muito sábia de uso dos espaços e da fisiologia das plantas de forma a ampliar ao máximo a diversidade de alimentos cultivados em torno da casa. Essa rica miscelânea de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, também envolve as cadeias das pequenas criações, em especial galinhas caipiras de dupla aptidão e suínos que são alimentados com os produtos gerados no próprio quintal, somado ao milho vindo do roçado. Esse rico espaço, nos projetos apoiados pelo FIDA, é denominado como Quintal Produtivo⁸. Nos encontros on-line, todos os grupos focais, de todos os projetos, foram categóricos em alocar os quintais produtivos como espaço estratégicos para a garantia da SSAN durante a pandemia. A aplicação das cadernetas agroecológicas⁹, realizada de setembro de 2019 a setembro de 2020, cobrindo sete meses de um período já impactado pela pandemia, mostra que mesmo com dificuldade, os quintais mantiveram a segurança alimentar e nutricional das famílias e ampliaram sua participação na geração da renda.

⁸ Quintais são considerados espaços da reprodução e de cultivos para o autoconsumo que também geram produtos para a comercialização. (SEMEAR INTERNACIONAL, 2020, p. 21)

⁹ É importante contextualizar a origem do uso das Cadernetas Agroecológicas. O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, com o objetivo de mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas, criou o instrumento Caderneta Agroecológica, no ano de 2011. (SEMEAR INTERNACIONAL, 2020, pg. 22)



2. Os Quintais Produtivos e as Cadernetas Agroecológicas

Gestores públicos e técnicos atuantes no PVSA e PSA apontam que os homens passaram a mostrar mais interesse pelos quintais: primeiramente porque as cadernetas agroecológicas mostraram a potencialidade geradora de renda desse espaço e porque, com a pandemia, estes passaram a ser estratégicos na manutenção do binômio consumo/venda pois, as cadeias produtivas ligadas ao mercado foram impactadas negativamente. Dentre os fatores de impacto podemos destacar a redução de acesso a políticas públicas (ex. a queda da venda do leite de cabra via PNAE porque as escolas estão com as atividades presenciais reduzidas),

a redução das vendas da farinha de mandioca, a alta dos custos de produção, pelo fechamento de estruturas externas à comunidade como abatedouros e laticínios, diminuição do preço pago às famílias e o não acesso aos tradicionais espaços de comercialização desses produtos (fechamento de restaurantes, bares, feiras agropecuárias).

A importância dos quintais para a agricultura familiar e para a transição agroecológica já vem sendo evidenciada pelo FIDA desde 2019 com o lançamento da publicação: “Cadernetas Agroecológicas e Mulheres do Semiárido: de mãos dadas fortalecendo a agroecologia”, (FIDA, 2020) que representou um balanço geral do processo de aplicação de 909 cadernetas agroecológicas junto às mulheres atendidas



pelos projetos apoiados pelo FIDA na região semiárida do Nordeste brasileiro. A distribuição e número de cadernetas preenchidas estão diretamente ligados ao número de quintais visibilizados, ofertando um volume de informações que centraliza o trabalho das mulheres no sistema produtivo. Essa visibilização da produção, antes da pandemia, foi fundamental para o fortalecimento dos quintais que nesse momento se tornam a principal fonte de alimentos nos sistemas produtivos e espaço de enfrentamento e resistência para mitigar os efeitos da pandemia. A agricultora Irenilda Nunes atendida pelo projeto Paulo Freire aponta que a caderneta agroecológica fez com que sua relação com o seu quintal se transformasse. “A gente produz aqui com os quintais produtivos e a gente tem cisternas de produção. Por exemplo, no meu quintal produtivo tenho alface, couve, cheiro verde (que é coentro), pimentinha e pimentão. Quando teve a capacitação da caderneta agroecológica eu comecei a valorizar o que eu produzia, e ver o quanto era importante. Porque às vezes a gente produzia, consumia e não sabia.” A mesma agricultora, aponta a realidade dura que sua comunidade vem enfrentando, em especial os estabelecimentos familiares que não fizeram o investimento nos quintais, enfatizando ainda mais a importância desse espaço como resistência e manutenção da vida durante o período da pandemia.

Com base nos relatos das agricultoras durante a coleta de informações para esse estudo, é evidente que as práticas não monetárias – de doação e troca – que têm como base os alimentos e plantas que surgem no seio dos quintais, foram intensificadas com a pandemia, em especial para o enfrentamento da possibilidade real de fome nas comunidades ou como estratégia de melhora da qualidade da alimentação dos familiares que moram nas áreas urbanas.¹⁰ Dulce Naiara Carvalho Ferreira, técnica do PSA destaca:

“Essa prática de doação e troca é muito perceptível nas cadernetas agroecológicas, que a gente introduziu aqui. Isso aumentou na pandemia. Já era comum a doação pra dentro de casa mesmo, pros filhos, aqui como é pertinho de Pernambuco, famílias que têm filhos em Petrolina, Juazeiro, doava quando vinha final de semana visitar. Mas daí com a pandemia as relações ficaram mais distantes, mas mesmo assim a doação por ter muita produção, sempre mandava pros filhos. Dava um jeito de mandar para os filhos, daquela produção que tava excedente, que nem conseguiu comercializar e nem conseguiu consumir tudo na propriedade, sempre é doado ou trocado. Doado dentro da própria comunidade. Eles têm essa relação ali no território, três/ quatro comunidades que estão ali no entorno, tem essa prática da doação.”



¹⁰ Vejam o Capítulo 5, que focaliza mais a fundo as práticas “não econômicas” (de doação e troca).

Após o início da pandemia, as cadernetas agroecológicas mostraram que as plantas medicinais, juntamente com o mel, ganharam importância dentro do sistema produtivo. Usadas para o tratamento da saúde da família, elas viraram produto de consumo diário em um sistema de saúde preventivo para fortalecer o sistema imunológico. Algumas agricultoras têm as plantas medicinais como produtos voltados à comercialização e a procura pelo tratamento natural para o fortalecimento da saúde com a venda de chás, lambedores e ervas frescas também aumentou nas feiras e nos catálogos on-line. No entanto, é importante sinalizar que a pandemia, ao mesmo tempo que ampliou o interesse, trouxe dificuldades para o sistema produtivo. Mercejane Duarte de Almeida, agricultora ligada ao PVSA no Piauí, comercializa plantas medicinais e descreveu, durante o webinar, de que modo trabalha com chás e os manipula sozinha. Diz que trabalha principalmente com chás e ervas e explica que teve que evitar a manipulação por conta da contaminação, o que prejudicou a comercialização dos produtos que necessitam de bastante manuseio, como o chá de hibisco, moringa e outras plantas. Afirma ainda que como seu trabalho exigia diálogo e visitas das pessoas a sua casa, reduziu-se o número de encomendas para evitar contato e a comunicação. A agricultora termina a sua fala com a frase: “Está tudo freado”.



3. Resumo dos impactos da pandemia sobre a produção de alimentos

O Anexo 1 mostra o resumo dos impactos negativos que a pandemia causou sobre os sistemas agroalimentares, quando relacionamos os fatores “espaços produtivos” e “modos de produção”, a partir de um olhar mais atento para a segurança alimentar e nutricional. A interrupção da assistência técnica presencial afetou todos os projetos. Técnicos e técnicas relatam que tal processo causou impacto sobre a produção, mas para além disso, a situação repercutiu no emocional tanto das famílias quanto das equipes de ATC. Em todos os projetos, o acompanhamento técnico seguiu através da internet; porém os participantes ressaltaram que os encontros presenciais são insubstituíveis.

Um dos primeiros passos dos projetos apoiados pelo FIDA envolveu o fortalecimento das comunidades com apoio para ampliação da inclusão digital. Ainda que tal processo não atinja todas as famílias e que a internet possua baixa qualidade, as equipes técnicas que acompanham o desenvolvimento dos projetos junto às famílias beneficiadas apontam que a inclusão digital foi fundamental para a manutenção da ATC, de modo que algum tipo de apoio aos processos de produção agrícola fosse garantido. Eliane Vieira, técnica da Emater-Alagoas que atua como extensionista no projeto Dom Helder Câmara, resalta durante o webinar com agentes da ATER que “não houve desligamento total com a assistência técnica, apesar da redução das atividades de campo, houve contato por telefone e por WhatsApp, de forma frequente. A pandemia fez com que lugares que não tinham internet fossem beneficiadas pelo projeto e agora a gente ampliou a capacidade de acompanhamento das comunidades”.

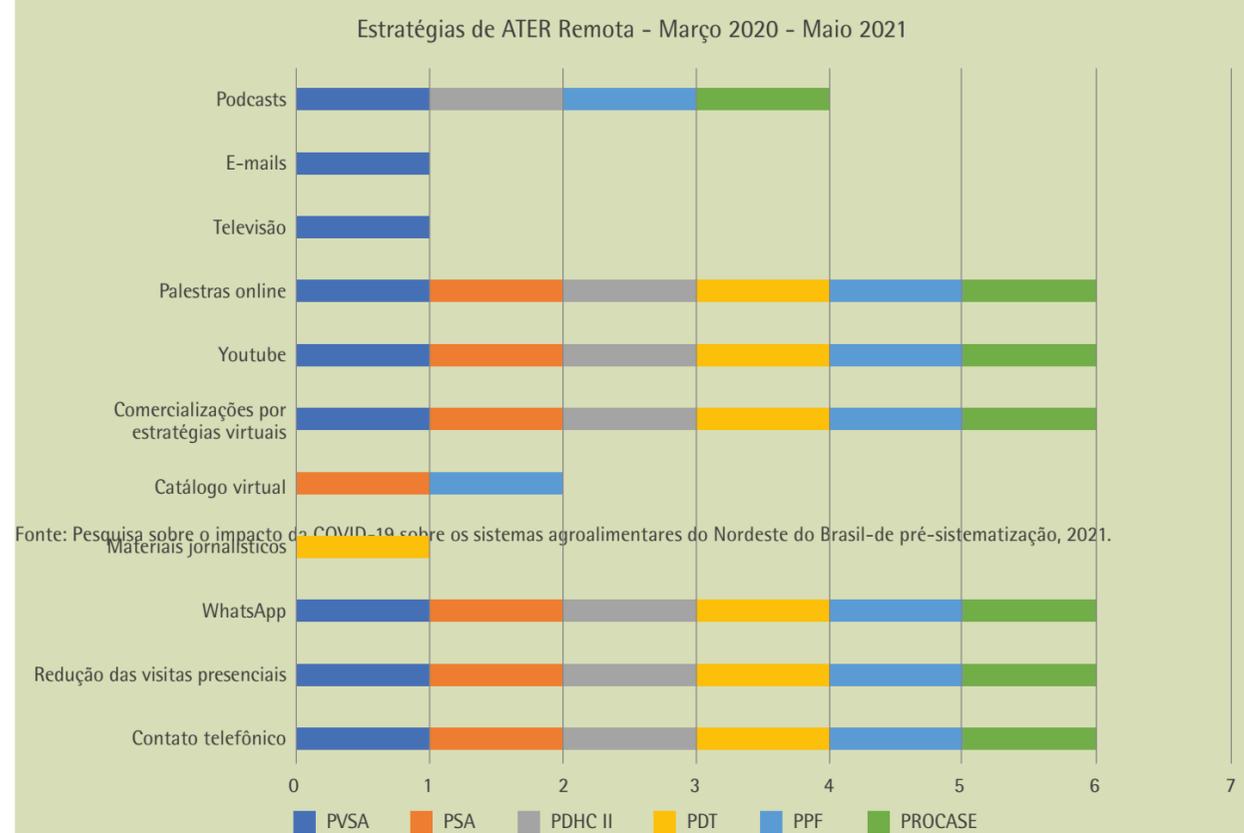
A observação descrita mostra que a inclusão digital da agricultura familiar na região do semiárido nordestino ocorreu como uma ação emergencial para combate aos efeitos negativos da pandemia. A dificuldade de acesso à



internet, mesmo após um ano de pandemia, foi explicitada em apenas dois dos seis projetos estudados (PVSA, PDHC II). Os projetos apoiados pelo FIDA promoveram a digitalização das comunidades, permitindo que, mesmo com atrasos, os sistemas produtivos das famílias beneficiárias fossem acompanhados de forma remota. Novas formas de realização

de acompanhamento técnico dos sistemas produtivos foram desenvolvidas a partir da criatividade, comprometimento e parceria entre as/os agentes da ATC e as famílias atendidas. O gráfico abaixo mostra as estratégias relatadas pelas/os técnicas/os para continuidade do trabalho de maneira reduzida e/ou remota:

Gráfico 3: Diversidade das estratégias para a continuidade da ATER durante a pandemia (03/2020–05/2021).



Fonte: Pesquisa sobre o impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares do Nordeste do Brasil-de pré-sistematização, 2021.

Fonte: Pesquisa sobre o impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares do Nordeste do Brasil-de pré-sistematização, 2021.

Assim, ampliar a internet para acessar a ATER remota representa uma ação importante para mitigar perdas causadas pela COVID-19. Neste sentido, cabe salientar o ponto levantado por Nancy Solano, consultora do FIDA para

a nutrição na América Latina e Caribe, sobre a importância de incluir na pauta das propostas prioritárias a digitalização das comunidades — um passo fundamental para a garantia da nutrição e da segurança alimentar e nutricional.

4. As ações mitigadoras para fortalecimento dos sistemas de produção

Nos webinários e nas entrevistas individuais foram explanadas ações em curso voltadas para o fortalecimento do sistema de produção da agricultura familiar visando superar os impactos causados pela pandemia.

Hardi Vieira, oficial de programas do FIDA no Brasil, afirma que a ampliação ao acesso às tecnologias sociais como as cisternas (uma para o uso familiar e outra para o sistema produtivo) são a base para garantir a produção da agricultura familiar no semiárido nordestino. “Elemento água/ segurança hídrica é fundamental e o FIDA compreende que acesso à água está ligado a melhoras na nutrição.” Em consonância com Hardi Vieira, a agricultora Veronica Maria do Nascimento, beneficiária do Projeto Dom Helder Câmara II explica: “As famílias plantam e tem criação de galinhas caipira (a criação principal), gado e porco para autoconsumo e comercialização. Quem tem acesso à água produz mais (quem tem a cisterna)”. Juliana Peixoto, técnica também do projeto Dom Helder Câmara II afirma: “São necessárias políticas públicas estruturantes com apoio à construção de cisternas, além de estrutura para guardar a água dos carros pipa”.

Sobre a situação da ATC, alguns entrevistados afirmaram que a ATER remota funciona muito bem quando tem uma rede de acesso à internet na associação, por exemplo. Ao mesmo tempo que a pandemia representou uma oportunidade para a maior evolução da ATER — a partir de novas estratégias no campo virtual —, Marta Sileda, técnica vinculada ao Projeto Paulo Freire, analisa que a ATER ganhou com a pandemia um caráter inovador, mas necessita ser fortalecida. Ela afirma que, além do trabalho com as cadernetas agroecológicas, que ajudou a fortalecer uma política de ATER a partir dos diversos “segmentos”, também “as feiras virtuais e as vendas pelo WhatsApp são iniciativas que estão se fortalecendo



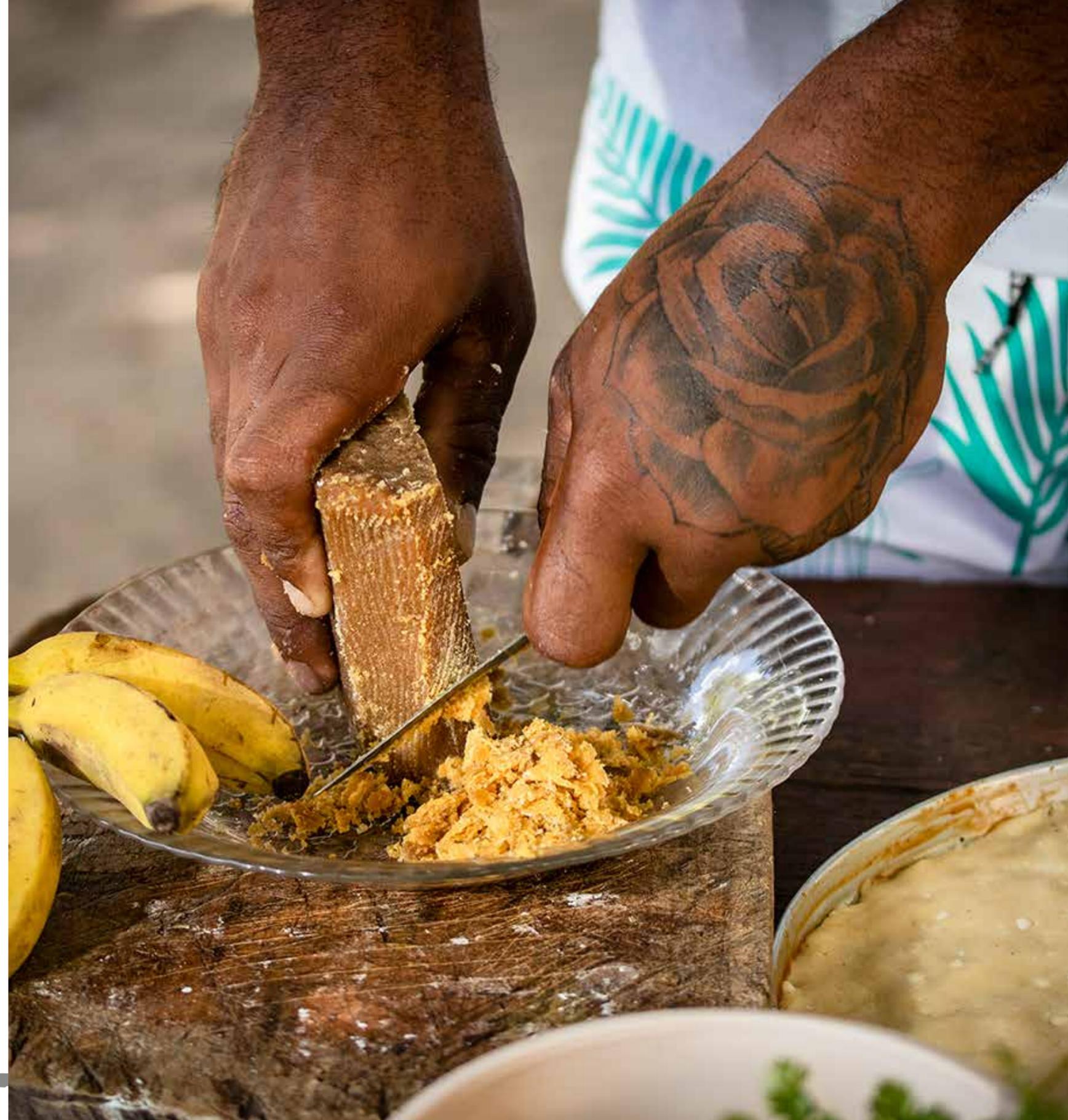


a partir de um ATER diferenciada". Outro ponto chave que foi expresso pelos técnicos/as entrevistados ao longo do diagnóstico realizado foi a questão que embora a ATER remota não tenha como objetivo substituir a assistência técnica presencial, os processos inovadores gerados pela pandemia foram positivos para ampliar a capacidade de comunicação do próprio sistema de ATER.

Um ponto que merece destaque é o fortalecimento e o empoderamento das ações produtivas das mulheres como caminho para a massificação e o escalamento da agroecologia através dos quintais produtivos. No contexto da agroecologia, as ações que validam e centralizam as mulheres como promotoras de SSAN e "guardiãs de sociobiodiversidade" em especial, que garantem o consumo familiar e mobilizam circuitos curtos de produção, merecem destaque. Tais ações foram fortalecidas a partir das intervenções das assessoras de gênero, raça e etnia — figuras-chave das equipes técnicas que atuam em todos os projetos, com a exceção do Projeto Dom Távora e PDHC II —, por meio de processos de formação com grupos de mulheres e grupos mistos. Também, em três projetos apoiados pelo FIDA — Projeto Paulo Freire, Projeto Pró-Semiárido e Projeto Viva Semiárido — houve uma ênfase mais acentuada no acompanhamento dos quintais produtivos dentro dos planos de investimento/planos de negócio, o que também se intensificou a partir do projeto piloto com as cadernetas agroecológicas.

Já para os jovens, há a proposição de garantir a ampliação da renda de forma que eles desejem permanecer no território e investir no sistema produtivo. Oficiais de programas de FIDA expressam a opinião de que cursos e atividades descoladas dos temas dos sistemas agroalimentares como: instalação de antenas de TV ou a mecânica de motocicletas podem aumentar a renda da família e apoiar a garantia de SSAN, mesmo de forma indireta, pois potencializam a aquisição de insumos que podem fortalecer e proteger os sistemas agroalimentares. Além disso, ações inovadoras no campo da comunicação social e gestão de conhecimento com a juventude rural, como o projeto com uma rede de jovens comunicadores no contexto do PSA na Bahia, podem ser compreendidas como estratégias eficazes para estreitar a vinculação dos/as jovens com os temas chaves do semiárido nordestino, como segurança alimentar e nutricional e práticas agroecológicas a partir de outras inserções.

Analisando o discurso de todas e todos envolvidos na coleta de dados, podemos destacar que o fortalecimento das compras públicas de alimentos, com a expansão de programas como PNAE, PAA e a reestruturação da CONAB são ações políticas que, somado a ações de comercialização por meio de circuitos curtos, em especial dentro da própria comunidade, têm potencial para fortalecer com intensidade os sistemas produtivos da agricultura familiar, ainda mais durante momentos de crise aguda, como tem sido a pandemia de COVID-19.







HÁBITOS ALIMENTARES,
PREPARAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO
DE ALIMENTOS

1. Introdução

Neste capítulo pretende-se refletir sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos sistemas agroalimentares no semiárido do Nordeste do Brasil, colocando em evidência os hábitos de consumo e os processos de preparação dos alimentos no âmbito da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais (PCT). Os processos de preparação e transformação de produtos em alimentos para o consumo familiar e para os animais são, neste contexto, parte da convivência com o semiárido, à medida que viabilizam o acesso aos alimentos saudáveis e nutritivos por períodos mais longos, para além da época de colheita. Existe uma infinidade de práticas de transformação e beneficiamento de frutas, legumes, grãos, tubérculos, sementes, raízes, óleos e produtos de origem animal desenvolvidos secularmente por

PCT e agricultores familiares. Esses processos geram outra infinidade de produtos alimentícios utilizados de diferentes formas na culinária tradicional local. Assim, as práticas de transformação de alimentos tornam-se essenciais para o desenvolvimento da vida humana em plena convivência com o semiárido.

Essas perspectivas orientaram as análises e reflexões apresentadas neste capítulo. O propósito aqui é contribuir com o debate sobre a problemática da pandemia da COVID-19 no semiárido brasileiro, ressaltando os efeitos ocasionados nos processos de preparação e transformação de alimentos e no padrão de consumo das famílias e as contribuições das vivências e práticas já desenvolvidas pelas famílias para amortização desses efeitos, nesse momento de crise sanitária e agroalimentar.



2. Diversidade no plantio e criação, diversidade nas formas de transformação

O apoio aos processos de beneficiamento de frutas da caatinga tem viabilizado a construção de agroindústrias conduzidas/gerenciadas por agricultores familiares e PCT na região do semiárido. Linhas de financiamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), têm investido recursos nesses empreendimentos e políticas de compras públicas têm garantido formas de escoamento destes produtos. Contudo, apenas uma pequena parte dos/as agricultores/as familiares e PCT integram esses empreendimentos. Muitas famílias não possuem meios de produção adequados e suficientes para integrar esses processos organizativos. É nessa condição de escassez e limitações produtivas que as práticas e políticas de apoio à transformação dos produtos originários dos sistemas agroalimentares locais ganham ainda mais relevância. Trata-se de uma importante estratégia de promoção de autonomia na produção de alimentos. As práticas tradicionais de preparação e transformação foram ao longo do tempo sendo aprimoradas e enriquecidas com outras mais modernas, contribuindo para ampliar o tempo de consumo destes alimentos, viabilizando renda a partir da comercialização e reduzindo o desperdício de produtos naturais.

Os sistemas agroalimentares desenvolvidos pelas comunidades rurais de agricultores/as familiares e pelos povos e comunidades tradicionais são dinâmicos e integrados. Os fluxos de produtos entre eles, utilizados na sua forma natural ou transformados ou beneficiados, viabilizam o desenvolvimento/manutenção de subsistemas que integram as unidades de produção. Essa dinâmica assegura às famílias o acesso a alimentos ao longo do ano. Por exemplo, a gama de tubérculos, raízes e grãos são processados na forma de farinha utilizada na alimentação humana (farinha de

mandioca, farinha de milho), que são utilizadas em receitas de alimentos tradicionais consumidos há séculos pelas famílias rurais, como bolos, pães e broas. Assim se destacaram os/as entrevistados/as deste estudo.

Derivados da mandioca:

O trabalho na roça com a mandioca é uma tradição na comunidade. Farinha de mandioca, beiju, biscoito, sequilho, bolo e coxinha de aipim. (Greice, agricultora/PSA)

[...] a gente tentou fazer tudo com macaxeira e eu faço tudo com a macaxeira: pirão, salgado porque ela tem custo baixo e eu faço a sopa da macaxeira. Porque se você faz isso não precisa comprar o macarrão. Pra fazer salgado a gente usava o trigo e agora a gente coloca a macaxeira pra ficar mais barato e reduzir a compra no mercado. (Aparecida, agricultora/ PVSA)

A criação animal no semiárido é diversificada e conta com animais bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves, como galinha, peru, guiné e outros. Para os pequenos animais a estratégia também é manter as raças resistentes e adaptadas às condições ambientais. A quantidade criada depende das condições de produção e de estocagem de forragem, que geralmente é feita para garantir a criação durante o ano todo.

Os produtos da roça são destinados, também, para a alimentação de animais. O excedente da produção de milho geralmente é utilizado para a alimentação das aves, em especial, a galinha de capoeira e o peru, animais valorizados pela qualidade da carne que é produzida de forma natural (ROCHA, 2013). O uso dos produtos da roça na alimentação animal é intensificado pela ausência de estruturas de estocagem das propriedades.



Para armazenar entra no limite de não ter estrutura para armazenar. Por isso, a maior parte das famílias vão para aproveitamento em alimentação animal. (Daniela, ATC/PPF)

Partes da mandioca que não são utilizadas na alimentação humana têm sido aproveitadas na alimentação animal, com incentivo e formação da assessoria técnica.

Outra atividade que foi feita foi uma oficina de beneficiamento para os animais (tanto da parte da macaxeira, quanto dos tubérculos etc.) É uma forma de aproveitar estes produtos (mandioca etc.) que não consomem. (Manjari, ATC/PPF)

A produção do arredor de casa, também conhecida como quintais, exerce um papel importante na soberania alimentar, uma vez que dele sai a maior parte da alimentação para as famílias: carne, frutas, verduras, remédios naturais, como chás e lambedores. Também é um espaço de intensa produção e de geração de renda, uma vez que, a partir dos alimentos plantados, as famílias exercem atividades de beneficiamento e processamento deles. Percebe-se que atividades voltadas para o beneficiamento e processamento “mínimo” de alimentos¹¹ tendem a ser protagonizadas por mulheres no âmbito comunitário. É elas que têm exercido um papel primordial na transformação contínua dos alimentos, explorando seu potencial em todos os sentidos. Este processo de “transmutação” dos alimentos via ações de beneficiamento e processamento se tornou bastante visível durante o uso da ferramenta político-pedagógica das cadernetas agroecológicas por parte de 909 mulheres rurais no período de setembro de 2019 a setembro de 2020 (WEITZMAN, et. al, 2020). Dados coletados durante o uso das

¹¹ Segundo o Guia Alimentar (BRASIL, 2014) os alimentos “in natura” são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais. Já os alimentos minimamente processados são aqueles alimentos que passaram por processos de limpeza, remoção de partes comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento ou outros processos similares. (BRASIL, 2014)

cadernetas agroecológicas durante um período de seis meses – no contexto de um projeto piloto apoiado pelo PSI/FIDA – mostraram a riqueza da diversidade alimentar – que se torna mais expressiva quando uma multiplicidade de subprodutos ou derivações são gerados.

Por exemplo, mandioca e seus derivados – um total de 11 produtos que foram registrados durante o processo de sistematização das cadernetas agroecológicas – testemunham a riqueza desta planta, cujo cultivo é visível por todo o território nacional e é usado por inteiro – da casca à polpa. Outro dado importante é que um total de 34 frutas foram utilizadas em diversos produtos processados – tais como polpas, sucos, geleias, doces e bolos –, o que é um reflexo da sociobiodiversidade encontrada nos quintais do semiárido que, embora historicamente tenha sido visto como um lugar de carência, apresenta sinais de abundância e inovação nos processos produtivos.



3. Organização produtiva para a transformação e beneficiamento de alimentos

A falta de recursos financeiros para investimentos em equipamentos e estrutura física para o processamento, conservação e armazenamento, assim como a falta de assessoramento técnico para assegurar a qualidade do processo, a gestão adequada dos recursos e a inserção da produção em mercados têm sido os principais desafios enfrentados pelas famílias rurais. A importância de ações para fortalecimento da organização das iniciativas voltadas para aproveitamento e beneficiamento dos alimentos é um ponto de destaque nos depoimentos de técnicos/as das organizações de assessoria:

Também trabalhamos muitas oficinas em comunidades quilombolas. Trabalham muito. O aproveitamento da mandioca (da farinha, da goma seca e da goma fresca). Agregam valor a produtos como sequilhos, bolos e tortas. E também fazem o reaproveitamento para alimentação animal. (Daniela, ATC/PPF)

O Projeto Paulo Freire vem trabalhando a soberania e segurança alimentar desde o início, através de oficinas para beneficiamento de frutas para doces, compotas, pratos doces e salgados. No final de 2019, por causa da própria demanda da comunidade (sobre desperdício de manga e caju), fizemos uma oficina de beneficiamento de manga e outra de caju. E também fizemos um festival. Era um festival de desfile da rainha de caju (todas as comidas que estavam lá eram aprendidas nestas oficinas) (...) Fizeram hambúrguer, torta, etc., uma variedade de alimentos. Fizeram uma apostila para cada um que participou. Absorveram isso – as famílias fazendo produtos com o caju. Teve uma repercussão boa tanto de renda quanto também de SSAN. (Manjari, ATC/PPF)

A organização de grupos produtivos de mulheres e jovens e sua estruturação para viabilizar o escoamento dos produtos alimentícios tem sido fomentada por movimentos de mulheres e da juventude, em articulação com instituições internacionais fomentadores do desenvolvimento rural no semiárido. O FIDA, nos projetos implementados no semiárido brasileiro, tem apoiado iniciativas de implementação de processos de beneficiamento de produtos, como estratégia de inclusão produtiva e geração de renda para mulheres e jovens rurais. Os planos de investimento, que são elaborados e implementados para apoiar associações comunitárias e grupos comunitários na estruturação de suas atividades produtivas, têm ajudado muito no fortalecimento de empreendimentos voltados para o beneficiamento da produção. Uma preocupação expressa por Hardi Vieira, oficial de programas do FIDA, é que muitas vezes, ao construir planos de investimento e fazer investimentos que envolvem a construção de uma unidade de beneficiamento, este equipamento “fica ocioso, subutilizado e apresenta problemas de gestão”. Isso mostra a complexidade envolvida com um processo de gestão de um plano de investimento que engloba a dimensão da infraestrutura e dos equipamentos.

O coordenador do Projeto Viva Semiárido no Piauí, Francisco Chagas, alega que, mesmo durante a pandemia, houve continuidade das atividades que são por natureza coletiva, como “a farinhada”, que é o beneficiamento coletivo da mandioca no contexto da região do Nordeste. De acordo com ele: “disseram que foram realizadas, mesmo com a pandemia. Se distanciou das pessoas, mas não é possível fazer com menos de 10 a 12 pessoas para poder dar conta de todo o processo: colheita e beneficiamento no mesmo dia (raspagem, massa, lavagem da massa, prensa, torra e envase)”.

Em alguns projetos apoiados pelo FIDA, como o PSA na Bahia, tem havido um forte investimento na estruturação dos grupos produtivos de mulheres em empreendimentos em



uma escala organizacional mais avançada com o apoio de assessorias específicas dentro das equipes técnicas. Muitas das iniciativas locais protagonizadas por mulheres ao nível das comunidades constituem embriões de pequenas "agroindústrias", que, se forem consideradas o foco de investimentos a partir de políticas públicas de crédito e custeio (como o Pronaf), ou de compras públicas (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA ou Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio¹²), poderiam ser estruturadas de tal forma que se tornassem empreendimentos com um retorno econômico significativo para as mulheres que protagonizam este processos e seus familiares.

Merece destaque também a participação dos jovens em iniciativas ligadas ao beneficiamento de alguns alimentos, como pescados, para finalidades de empreendimentos focados em turismo, como sucede na região do Vale de São Francisco em Sergipe. Isso mostra de que modo a transformação de alimentos em subprodutos – o que faz parte dos processos culinários de beneficiamento e processamento –, é algo que pode ter um rendimento financeiro dentro de empreendimentos que se tornam pontos turísticos dentro de uma rota. Também são exemplos de empreendimentos que visam a inclusão social, uma vez que a juventude rural se interessa por eles e se envolve em experiências, como projetos de piscicultura, que desenvolvem atividades de turismo de forma acentuada.

Algumas ações do Projeto Dom Távora que merecem destaque são aqueles que viram um envolvimento grande dos jovens. Aconteceram eventos de

Ecogastronomia ligados ao movimento de Slow Food, que ajudaram principalmente na região do Vale de São Francisco (envolvendo comunidades lá). E serviu também como incentivo/fortalecimento dos projetos de lá que fazem parte de uma rede de comunidades envolvidas em turismo sustentável do Vale de São Francisco. Uma das comunidades tem um restaurante tocado por jovens. (G. Clelio, ATC/PDT)

Dentro das experiências de beneficiamento e de busca de garantia de uma segurança alimentar e nutricional tem a experiência do Centro de Cultura e Gastronomia. Tem sido comandado pelos jovens. Tem a participação mais dos jovens. Estão fazendo algumas capacitações etc., para o trabalho da gastronomia. Para aproveitar melhor os pescados para turismo comunitário das comunidades que beneficiaram dos investimentos pesqueiros. (F. Daniela, ATC/PDT)



12 PGPMBio é uma política que valoriza as práticas extrativistas das comunidades tradicionais, especialmente aquelas localizadas nos biomas de Cerrado e Amazônia, ao garantir preços mínimos para 17 produtos da sociobiodiversidade. Em 2018, PGPMBio completou nove anos de sua operacionalização, com mais de R\$ 49 milhões transferidos para os grupos beneficiados. (CONAB, 2017).

4. Os impactos da COVID-19 sobre sistemas de beneficiamento e processamento de alimentos

- Alterações no padrão de consumo alimentar, com maior valorização dos produtos da biodiversidade local e da alimentação saudável.

A facilidade do acesso a frutas, legumes, verduras e proteína animal serviu como uma confirmação da viabilidade da produção agrícola em pequena escala, no momento em que não era possível sair de suas casas para vender ou comprar produtos na feira.

Percebe-se que a pandemia impactou na rotina alimentar das famílias, em algumas situações teve redução do número de refeições, assim como também ocorreu um maior consumo de produtos dos quintais e/ou local, como a macaxeira, batata doce, frutas, ovos e galinha. A implementação do projeto possibilitou que o número de famílias em vulnerabilidade não fosse ainda maior. (Manjari, ATC/PPF)

Todas as famílias tiveram que dar uma diminuída, como falou a companheira por último, no creme de leite, essas coisas que não é tão necessária. Teve que dar uma diminuída em bastante das coisas que vem do mercado. Eu não vou na lógica da salsicha, da mortadela, isso aí eu não consigo. Vou no feijão com arroz mesmo se for preciso, matar uma galinha, matar um porco, eu vou no feijão com arroz, prefiro não comer essas outras coisas. Então assim, teve que dar uma diminuída grande (Sônia, agricultora/PVSA)

Todos estes depoimentos revelam um fato inegável: aumentou o grau de autoconsumo das famílias durante a pandemia, de modo que houve uma maior valorização dos alimentos oriundos dos espaços de produção agrícola e extrativismo:

quintais, pomares, roçados e matas. A dificuldade de acessar os supermercados e armazéns, seja pela ausência de transporte regular nas comunidades, as restrições impostas para mobilidade em função das medidas de isolamento social ou pelo aumento dos preços, provocou uma maior dependência nos alimentos da localidade. Isso obviamente tem repercussões sobre os hábitos alimentares – uma vez que as pessoas passem a consumir mais alimentos *in natura* ou minimamente processados –, reduzindo o consumo dos alimentos ultraprocessados e industrializados.

O depoimento de Clélio Villanova, técnico do Projeto Dom Távora em Sergipe, sobre a construção dos Planos de Investimento (PI, PN ou PP) e sua relação com a percentagem de autoconsumo é extremamente relevante para nossa análise. De acordo com Clélio, no processo de planejamento dos Planos de Negócio para cada uma das associações, que é um dos focos do trabalho de assistência técnica, sempre se considera um percentual de autoconsumo dentro dos cálculos dos custos. Clélio comenta então, que ao fazer uma avaliação no final da implementação de alguns dos planos no início de 2021, ele notou que o autoconsumo foi maior do que o valor previsto no Plano de Investimento. Assim, houve uma percepção, por parte deste profissional, de que o autoconsumo assumiu um lugar de centralidade durante o período da pandemia, um fato que se constata também a partir de outros relatos.

- Alterações no padrão de consumo alimentar, pela redução do poder de compra em função do elevado preço dos produtos.

As mudanças no padrão alimentar foram motivadas, também, pelo preço dos alimentos. Os/as entrevistados/as revelaram a dificuldade em adquirir determinados produtos em decorrência do aumento dos preços. Aliado à questão da elevação dos preços dos produtos, outro fator que contribuiu para a mudança no consumo de alimentos foi a queda na renda.



Tem família que está passando necessidade e não tem condição de comer as três refeições por dia. Às vezes a família produz a macaxeira, mas não produz arroz, que aqui está 7 reais e fica difícil. Ela falou que lá tá 22 reais a carne de caprino, aqui tá 25 e a carne de bovino tá 35 reais. Então o pobre não tem mais condições de comer carne, não é? Tem que comer o ovo. Eu consumo carne quando tem o porco, o abate em casa. O peixe, aí a gente tem a variação de cardápio, para comprar de fora não tem condições não. Carne aqui tá igual a ouro! (Aparecida, agricultora/ PVSA)

Não compro mais carne, então do meu quintal vem a ovelha e a galinha, não tô comprando no mercado. Então o custo de vida aumentou também antes eram três agora são seis refeições. (Simone, agricultora/PPF)

As feiras livres ou agroecológicas, onde grande parte dos produtos agrícolas é comercializada, ficaram fechadas por algum tempo durante esse período de pandemia, dificultando a comercialização. Quando voltaram a funcionar, o movimento era considerado fraco, devido a permanência das medidas de restrição de deslocamento. Assim, as famílias se viram obrigadas a alterar os produtos habitualmente consumidos, por outros mais acessíveis ao novo padrão de renda. Usando sua criatividade e receitas tradicionais locais, as mulheres, principais responsáveis pela preparação de alimentos, aumentaram a produção de pães e bolos, muitas vezes reduzindo o uso de determinados produtos ou substituindo-os por outros. O resultado deste processo, como mostra o depoimento abaixo, foi a redução no consumo de alimentos industrializados e o aumento no consumo de produtos naturais, como sucos de frutas e verduras frescas.

Os industrializados são bastante consumidos, principalmente farináceos, como biscoitos, bolachas e

macarrão, é comum na alimentação. No entanto, esses alimentos tiveram seu preço elevado, a renda familiar reduzida e seu acesso mais restrito, devido à falta de transporte para as sedes dos municípios, local em que o preço de industrializados é mais baixo. Portanto seu consumo nesse período de pandemia foi relativamente menor.

A pandemia estimulou a preocupação com a alimentação para a população em geral, e não foi diferente no campo, onde observamos que as famílias aumentaram o consumo de sucos de frutas e verduras, reduzindo significativamente o refrigerante e sucos industrializados em pó. Outro produto que teve seu consumo alterado foi o óleo (soja), devido a seu alto valor no mercado. As comunidades em geral passaram a priorizar a banha de porco e a manteiga da terra, quando o mesmo é disponível da própria produção (Manjari, ATC/PPF)

- **Aumento na produção e consumo de alimentos com efeitos medicinais.**

Os produtos que na tradicional sabedoria popular local eram conhecidos e consumidos pelos seus efeitos curativos ou de fortalecimento da imunidade, foram ainda mais valorizados neste período. Os/as entrevistados/as relataram o aumento do consumo de mel, chás e sucos de frutas como forma de fortalecer o sistema imunológico.

Consumo por capita de mel, que era de 1,30 gramas por ano (por pessoa), deve multiplicar por 5 ou 10. Estes produtos entraram na mesma carona que estes outros entraram, que são conhecidos na cultura popular, que são entendidos como remédios e fortificantes do sistema imunológico. Este consumo aumentou bastante. (Chicão, ATC/PVSA)

A acerola, aumentou o consumo, a procura; o limão, que a gente tem aqui no quintal produtivo. Por conta da pandemia o pessoal procura muito, e é rico em vitamina C, que ajuda na imunidade das pessoas. É bom as diversidades, as trocas. Eu achei que tá bom. (Irenilda, agricultora/PPF)

Sim, na parte de fruta mais a da laranja, acerola, limão e graviola, teve um grande aumento porque aumenta a imunidade. O povo tá consumindo muito o suco da laranja, do limão e da graviola, principalmente a graviola que aqui a gente tem. (Simone, agricultora/PPF)

Houve aumento na venda de ervas medicinais no período da pandemia na sua região, citando hortelã, capim-santo, boldo, açafraão, mel (em substituição ao açúcar) e limão — para imunidade e para combater o vírus. (Raimunda Borges, agricultora/PSA)

Essa lógica preventiva — de se proteger contra a contingência de uma doença que se instala no organismo em função do seu enfraquecimento perante alguns fatores externos, incluindo a ameaça trazida pela COVID-19 — se exprime no uso frequente de remédios caseiros, fabricados com plantas medicinais e alimentos repletos de propriedades medicinais. O que se observa nestas circunstâncias áruas nas quais determinados grupos sociais são expostos à condições de maior vulnerabilidade social é uma maior percepção do alimento enquanto uma fonte de princípios e propriedades medicinais — uma consciência que se amplia a partir do entendimento de que o consumo de determinados alimentos — muitos dos quais não eram consumidos com frequência pelos/as moradores/as da própria comunidade, sendo canalizados para venda para “fora”, como “mel” — que também tem o potencial de provocar um estado de cura, conforme crença popular.

- **Aumento do consumo em casa devido à paralisação ou redução das atividades escolares e dos trabalhos coletivos.**

A orientação para o distanciamento social, interrompeu as atividades escolares e inviabilizou ou reduziu a frequência de realização dos trabalhos coletivos nas unidades produtivas familiares, nas comunidades e nos grupos produtivos, associações e cooperativas. Assim, os integrantes das famílias passaram a ficar mais tempo em casa aumentando a demanda de consumo de alimentos.

As refeições aumentaram porque tenho três adolescentes que pararam de ir pra escola e agora comem em casa. Antes só comia duas vezes em casa e agora é toda hora pedindo comida. Então o consumo de alimentação aumentou muito e quando poderiam sair pra brincar, e quando iam pra escola e um estudava pela manhã em uma escola, o outro ficava o dia todo. Aqui aumentou o café, agora faço várias garrafas de café. Meu pai que mora comigo também e antes “batia perna” e agora fica em casa e fica comendo e tomando café. (Simone, agricultora/PPF)

- **Ações dos projetos para incentivar o consumo de alimentos saudáveis.**

Nas manifestações dos/as entrevistados/as ficou evidente a importância das ações desenvolvidas no âmbito dos projetos apoiados pelo FIDA para garantir o acesso a alimentação e a segurança alimentar das famílias envolvidas. As atividades de formação e o assessoramento técnico às famílias de forma presencial foram paralisadas. Mas diversas atividades foram realizadas na forma “virtual” viabilizando a continuidade nos processos produtivos fomentados pelos projetos.





Dessa forma, durante a pandemia, realizamos debates e encontros virtuais especificamente sobre segurança alimentar, sendo eles: Live (Instagram) – Desafios da segurança alimentar em tempos de pandemia; Campanha “Dia Mundial da Saúde” em parceria com a ASA, através de quatro vídeos com especialistas no tema da agricultura familiar e segurança alimentar; Encontro das Cadernetas Agroecológicas “A biodiversidade para a saúde na pandemia”, abordando a pirâmide alimentar, as categorias de alimentos e a organização dos nutrientes nas refeições, apresentando dados da variedade anotada presente nos quintais e a renda gerada e/ou economizada; e Podcast “Segurança alimentar e nutricional – SAN”, tendo como convidado integrante da equipe do Centro Sabiá. (Manjari, ATC/PPF)

[...] Com estas oficinas (este processo de formação) contribuiu muito para esta sustentabilidade (na produção, na comercialização e até no consumo). São forçados a reduzir a ração (dos animais) – estas despesas. (Márcio Lima, ATC/PPF)

Por outro lado, a pandemia revelou a relevância das ações desenvolvidas nos projetos para que as famílias pudessem enfrentar os momentos de crise de forma mais estruturada. Assim, revelou que o foco na promoção da agroecologia, no fortalecimento de sistemas agroalimentares baseados na

alimentação saudável e na convivência com as condições locais do semiárido, é o caminho que deve ser fomentado e fortalecido por ações estratégicas e políticas públicas que visam a transformação dos alimentos ao longo do tempo.

5. Proposições no campo de preparo e beneficiamento dos alimentos

- i. ampliar os investimentos em equipamentos e estrutura de beneficiamento, conservação e armazenamento dos produtos já processados, garantindo uma estrutura mínima de capacidade de estoque;
- ii. promover ações de formação e assessoramento que promovam a diversificação dos produtos beneficiados, ampliando ainda mais a oferta destes produtos para o consumo familiar, a alimentação animal e para a comercialização;
- iii. motivar e apoiar a estruturação de beneficiamento, conservação e armazenamento de produtos desenvolvidos pelos grupos produtivos de mulheres e jovens;
- iv. ampliar e consolidar os programas de compras públicas (PAA e PNAE) para que os/as moradores/as das comunidades possam adquirir, de forma contínua e permanente, os produtos beneficiados pelos empreendimentos econômicos da agricultura familiar, dos PCT, das mulheres e dos jovens rurais.







CONSERVAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ABASTECIMENTO

1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se identificar os desafios ocasionados pela pandemia no que diz respeito às práticas de estocagem e abastecimento de alimentos nas comunidades rurais do semiárido brasileiro. Para tal, é importante analisar as práticas de conservação e armazenamento adotadas pelas famílias, de forma individualizada, em suas unidades produtivas, ou coletivamente, nos grupos produtivos, associações ou cooperativas, e compreender como integram os canais de abastecimento alimentar local. Na primeira parte deste capítulo, constam as reflexões sobre os efeitos da pandemia nos estoques, nas estruturas de armazenamento e conservação de alimentos e nas dinâmicas de abastecimento local. Na segunda parte, apresenta-se as considerações finais e recomendações que possam contribuir para ampliação e aperfeiçoamento de políticas e ações públicas no semiárido para processos de estocagem e armazenamento dos alimentos produzidos.

As sementes crioulas, além de estarem presentes nos sistemas agrícolas familiares, povoam as feiras e mercados, os empréstimos e devoluções nas casas e bancos comunitários de sementes, ou entre familiares e vizinhos, além de ser temas centrais de diversos encontros e intercâmbios nos territórios. Na realidade de alguns territórios, o cultivo de variedades crioulas, além de ser constitutivo das práticas em sistemas agrícolas tradicionais, desempenha um papel catalisador de práticas agroecológicas e da valorização do resgate, uso e conservação da agrobiodiversidade de diversas culturas alimentares.

As práticas de conservação e armazenamento de sementes são desenvolvidas pelos/as agricultores/as familiares e PCT de forma coletiva, por meio dos bancos ou casas de sementes comunitárias, ou individualmente em suas unidades de produção. Como já foi mencionado, ganharam elevada importância para as famílias da agricultura familiar e dos PCT

e foram fomentadas pelas equipes de assistência técnica, com apoio de organizações e movimentos sociais e, mais recentemente, das políticas públicas. O relato de uma ATC do estado do Ceará, território de Sobral II, descreve o processo de organização e resgate de sementes crioulas na comunidade.

Nesse contexto, no território de Sobral II, viu-se que havia poucas casas de sementes atuantes, sendo mais comuns e presentes em outros municípios que margeiam o território. O hábito de preservar este patrimônio genético em sua diversidade é feito por indivíduos mais experientes, apaixonados e sensíveis à qualidade das sementes crioulas. Neste sentido, o CEALTRU iniciou uma unidade demonstrativa de casa de semente no município de Ipu, comunidade de Malhada Vermelha. O processo de resgate dessas sementes é mais lento e depende, principalmente, da rede de apoio entre as casas de sementes, sendo indispensáveis à realização de intercâmbios, suspensos neste período. (Geovana, ACT/PPF)

O armazenamento de grãos visa garantir o atendimento às necessidades de alimentação da família durante todo o ano. Essa prática tradicional é utilizada no âmbito da agricultura familiar e PCT, que costumam guardar os grãos produzidos, preservando suas qualidades físicas e químicas desde a colheita até o abastecimento. Esse processo envolve uma sequência de operações como classificação, limpeza, secagem, tratamento fitossanitário, transporte, que, na forma tradicional, é feito sem utilizar agrotóxicos e venenos. Há muitas técnicas tradicionais de armazenamento de grãos, como os silos e as garrafas plásticas (PET) e recipientes plásticos, tal como utilizado no armazenamento das sementes. Em geral, estas práticas atendem às necessidades daquelas famílias que produzem basicamente para o autoconsumo, como destacado por dois entrevistados/as.

Os estoques armazenados pelas famílias rurais asseguram prioritariamente o consumo familiar. (Manjari, ATC/PPF)

Em geral, (o armazenamento) é dentro da casa ou da pequena propriedade rural da agricultura familiar. Não há estruturas maiores que estas [...]. (Geovana, ATC/PPF)

As famílias que conseguem produzir para a comercialização, muitas vezes, recorrem a estruturas de armazenagem fora de suas propriedades. No relato de uma entrevistada, pode-se identificar dois caminhos adotados pelos/as agricultores. Aqueles que estão integrados a processos organizativos, como associações e cooperativas, utilizam estruturas disponibilizadas por elas para armazenamento até o momento da comercialização. Outros optam por comercializar os grãos logo após a colheita para grandes proprietários, que, em geral, pagam baixos preços pelo produto e utilizam estruturas de armazenamento próprias para comercialização no decorrer do ano, a preço melhor.

Porém, através do associativismo e aquisição de equipamentos de uso coletivo, como forrageiras, que foram processos facilitados pelo Projeto Paulo Freire, as famílias estão tendo acesso à bases de apoio as suas atividades como as sedes das associações,

quando existem, e o processamento dos grãos, garantindo maior aproveitamento do pouco espaço que têm. Os grandes proprietários da região costumam comprar a baixo custo o milho excedente produzido por essas famílias e armazenam em complexos sistemas de silos a fim de revender mais caro, muitas vezes para o pequeno agricultor, o mesmo milho. (Geovana, ATC/PPF)

Os/as entrevistados/as apontam as deficiências quando se trata de políticas públicas voltadas para a construção de sistemas de estocagem de alimentos. A produção de grãos destes públicos é destinada à comercialização imediata, como relataram alguns entrevistados, sem estruturas domésticas de armazenamento de grandes volumes de grãos. Tampouco podem contar com serviços públicos de armazenagem.

Se existem estruturas públicas de armazenamento de alimentos, às famílias agricultoras não têm acesso. (Geovana, ATC/PPF)

Ainda que as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e PCT tenham incentivado a produção visando a comercialização de alimentos, não possibilitaram, na visão dos/as entrevistados/as, estruturas de armazenamento que viabilizassem a estocagem, propiciando oportunidades de comercialização a melhores preços.



2. Armazenamento de alimentação animal

É sabido que a criação de animais integra os sistemas produtivos da agricultura familiar e dos PCT, sendo uma importante fonte de alimentação e renda para as famílias. É uma atividade que faz parte da história dos povos do semiárido. Por assim dizer, cabras, ovelhas e bodes — animais de pequeno porte — estão na base da convivência das famílias camponesas com a região.

Tanto Clerisson dos Santos Belém, quanto Egnaldo Gomes Xavier, dois técnicos que atuam na região do Sertão de São Francisco dentro do Projeto Pró-semiárido na Bahia, relatam que a estratégia de estocagem de animais, como cabras e ovelhas, alterou-se durante a pandemia, o que consequentemente influenciou as práticas de comercialização e autoconsumo. Como houve um aumento

dos preços de carne nos mercados locais de forma muito acentuada, ocorreu uma maior valorização da criação animal enquanto atividade econômica dentro das propriedades rurais. Ao mesmo tempo, observou-se um aumento no consumo da proteína animal, o que teve repercussões sobre os aspectos nutricionais da alimentação cotidiana das famílias acompanhadas. Clerisson elucida as implicações desta mudança, isto é, de que modo a carne deixa de ser parte de uma estratégia de “estocagem” e passa a ser incorporada nos hábitos alimentares:

Como os preços dos alimentos subiram muito, as famílias estão utilizando os animais como fonte de proteína (carne de bode, leite de cabra). Estas proteínas estão tendo muita importância, porque na cidade o consumo destas proteínas é bem limitado. Estão consumindo proteína agora de mais qualidade.



3. Armazenamento de alimentos: Desafios vividos

Armazenar determinados alimentos, como frutas, hortaliças, leite, ovos e carnes e outros, decorrentes dos processos de transformação e beneficiamento, talvez seja o maior dos desafios para os/as agricultores/as familiares e PCT, pela falta de estrutura adequada para conservar a qualidade destes alimentos. De modo geral, os depoimentos revelam problemas estruturais para ter condições de armazenar os produtos, dado que a capacidade de armazenamento é condicionada aos equipamentos existentes dentro da casa ou próxima a ela. Karina Manjari, técnica do Projeto Paulo Freire, alega que, no geral, as famílias não têm estrutura adequada para armazenar sua produção pelos seguintes motivos: “a falta de recurso, dificuldade no acesso a políticas públicas de financiamento e a ausência de posse da terra”. Para lidar com estas dificuldades, a estratégia principal dos agricultores/as é vender rapidamente os alimentos frescos. Nessa condição, as famílias planejam seus plantios para atender o consumo familiar e uma comercialização em pequena escala.

Os produtos que eles costumam comercializar são in natura e não devem ser estocados. (Tanihely, gestora (PDHC))

Trabalhávamos mais no sentido de vender o que tem, para ser fresco, o mais rápido possível (não guardar). Então, temos muito pouco nesta área. (Francisco Chagas, Coordenador/PVSA)

Em geral os produtos da agricultura familiar não têm a estocagem como estratégia e sim a venda direta, até para garantir a qualidade e o frescor dos alimentos. (Victor, técnico/ PSA)

Em relação ao armazenamento, não tem um lugar específico para isso. O produto é retirado direto da

produção para a venda [...]. (Verônica, agricultora/PDHC II)

O excesso de produção tem que guardar, o mel, tem que guardar pra vender depois de adquirir coisas para família. Aqui é igual também, a pessoa já tem o tambor pra guardar no quartinho da casa onde se estoca o milho e o feijão. (Nonato, agricultor/PPF)

A gente tem a cooperativa do mel para estocar e se a gente quiser guardar em casa a gente vai lá e pega os baldes. A gente tem peixe aqui, até dava pra gente criar, mas a alimentação é tão cara que não dava pra gente criar mais por conta do custo (da ração/ alimentação). Então foi para o PAA COVID (que comercializou peixe) e a gente improvisa um armazenamento no freezer pra gente consumir como pode. (Aparecida, agricultora/PVSA)

Mas, produtos adquiridos pelas cooperativas como o mel e as frutas podem ser estocados a partir da Central da Caatinga e da CESOL, que oferecem uma estrutura de armazenamento/estocagem. (Victor, técnico/ PSA)

Os entrevistados/as chamaram atenção para o fato de que alguns produtos produzidos pela agricultura familiar, por serem produtos artesanais, naturais, orgânicos e livres de conservantes, têm um prazo para consumo bastante curto. Nesse sentido, a gestora do PDHC II, Tanihely Costa, faz uma observação sobre os procedimentos do beneficiamento mínimo dos alimentos na agricultura familiar, o que tem rebatimentos sobre as estratégias — ou melhor, falta de estratégias — quando se trata de estocagem. De acordo com ela, “o tempo de prateleira dos produtos processados para agricultura familiar é pequeno — por exemplo, de bolos e pães. Então a distribuição já acontece rapidamente”. Isso nos faz refletir sobre os processos produtivos associados aos alimentos



que passam por um processo de beneficiamento “mínimo” – a maior parte dos quais estão sob a responsabilidade das mulheres – e que de fato não aguentam nenhum tipo de estocagem, uma vez que precisam ser consumidos com bastante rapidez. Ao mesmo tempo, suscita reflexões sobre os processos de comercialização e de que modo interferem nas dinâmicas dos grupos produtivos. Há uma dificuldade de fazer planejamento a longo prazo dentro das iniciativas voltadas para beneficiamento e processamento da produção, justamente por causa das incertezas acerca da durabilidade dos produtos e a necessidade de vender os produtos com agilidade para evitar estragos e desperdícios.

De acordo com Verônica, agricultura vinculada ao Projeto PDHC II, o fato de que a maior parte dos agricultores/as se organizam para “produzir o que realmente vão vender”, faz com que “as sobras” são voltadas para autoconsumo, ou para aproveitamento “na horta ou para as galinhas”. O que se percebe é uma forte tendência de aproveitar os fluxos de alimentos dentro dos diversos subsistemas das propriedades rurais de uma forma integrada, em vez de estocar estes alimentos para finalidades de abastecimento local.



Outra situação relatada foi do armazenamento de doces de frutas produzidos por grupos de mulheres, em que elas utilizam a estrutura disponível em casa para a conservação e armazenamento desses produtos. É mais uma situação em que a ausência de estrutura torna-se um fator limitante para ampliar a produção e afeta o resultado da comercialização, pois os produtos são vendidos a preços mais baixos por não ter onde armazenar adequadamente.

Assim também tem acontecido com grupos de mulheres que fazem beneficiamento de frutas com a produção de doces. Muitas utilizam a geladeira da própria casa, limitando a produção e o armazenamento, muitas vezes tendo de vender mais barato por não terem onde acumular muitas unidades. (Geovana, ATC/PPF)

Os/as agricultores/as que integram organizações de base comunitária, como cooperativas, têm a possibilidade de usar a estrutura disponibilizada por elas. Assim foi relatado por uma agricultora produtora de mel, que informou que pegava vasilhames da cooperativa para armazenar mel em sua residência. Outro/a entrevistado/a relatou que faz uso da estrutura das cooperativas para armazenamento de frutas.

Merece destaque uma observação sobre um produto que sempre foi estocado com frequência dentro das comunidades que trabalham diretamente com a atividade de apicultura: a fabricação de mel artesanal. Muitos/as entrevistados/as testemunham que a demanda por mel aumentou durante a pandemia – o que nos leva a refletir sobre a maior preocupação, por parte dos/as consumidores/as, com as propriedades medicinais inerentes à determinados alimentos, na face de uma pandemia que coloca o tema de “saúde” no

centro dos debates e discussões. Consequentemente, o mel deixou de ser um alimento que faz parte do “estoque” das comunidades rurais, uma vez que o ritmo de escoamento desta produção se acelera. Em outras palavras, um alimento que fazia parte dos processos de estocagem – por ter pouca “saída” – passa a ser um alimento consumido com mais frequência, o que aumenta seu grau de escoamento para os mercados locais e para a rede de consumidores/as que se consolida via os grupos de WhatsApp e outras redes sociais.



4. Apoio à infraestrutura para conservação, armazenamento e abastecimento

Nos processos de organização produtiva da agricultura familiar e PCT, foram constituídas diversas cooperativas que passaram a gerir agroindústrias e estruturas de armazenamento e abastecimento de produtos, beneficiando centenas de agricultores/as integrados nesses processos. Essa tem sido uma prática viável e fomentada, como descreveu uma entrevistada:

Tem-se ainda o estímulo à formação de cooperativas, associações ou grupos produtivos para que as formações dessas infraestruturas de estoque, como o caso do grupo de pescadores/as, sejam viáveis financeiramente, visto que individualmente os custos não cobrem os benefícios, em se tratando de pequenos produtores. (Geovana, ATC/PPF)

Desde 2004, o Governo Federal, por meio do Pronaf, disponibiliza financiamento para que as famílias de agricultores possam suprir essas necessidades no processamento, armazenamento e conservação de produtos alimentícios. Entretanto, um contingente maior de agricultores/as está fora desses processos e encontra dificuldades de investimentos em estruturas, equipamentos e utensílios necessários para ampliar e qualificar suas práticas de conservação e armazenamento em suas unidades produtivas. Eles encontram oportunidades em investimentos aplicados por agências fomentadoras do desenvolvimento rural, como o FIDA, que tem dado especial atenção a esta questão, destacou a representante do FIDA entrevistada neste estudo:

A infraestrutura é fundamental quando falamos da questão da segurança alimentar e nutricional. Transporte, estruturas de transformação, acesso à água são elementos que estão na mente quando pensamos nas ações do FIDA, como ocorre aí no semiárido do Brasil. (Nancy Solano, especialista de nutrição do FIDA)



Os projetos que têm sido implementados no semiárido brasileiro pelo FIDA têm realizado iniciativas na direção de fomentar a organização produtiva, estimular o associativismo e cooperativismo e apoiar a infraestrutura, visando ampliar a capacidade de armazenamento e estoque das famílias atendidas.

Outra iniciativa foi relatada pela técnica do PFF. Ela ressalta o processo de estímulo à organização de um grupo produtivo de pesca, com perspectiva de criação de uma cooperativa voltada para o beneficiamento de pescado.

A princípio, essa sensibilização se inicia com um intercâmbio a uma experiência nesta perspectiva, no município de Pentecoste, realizada em 2018, onde os pescadores/as aprenderam sobre o beneficiamento dos pescados a fim de agregar valor a seus produtos. Atualmente, o principal desafio é fazer com que essas melhorias superem os custos necessários para manterem o controle da comercialização pelo grupo ao em vez de repassar os peixes para um atravessador, a fim de evitar que se estraguem. Isto, então, diz respeito ao acesso a crédito. Ou seja, incentivos para que adquiram mais equipamentos como freezer, ampliando a infraestrutura para tempo de estocagem a fim de valorizar seus produtos. (Geovana, ATC/PPF)

Um ponto chave neste depoimento da Geovanna (PPF) é a percepção expressa de que a dependência na figura de "atravessador/a" é reforçada pela falta de uma ação proativa em relação aos processos de estocagem, aliada à ausência de uma política voltada para a construção de um sistema de abastecimento local. Por assim dizer, a urgência de aproveitar de alguns produtos que "estragam" dificulta exercer um controle mais autônomo sobre a cadeia da comercialização, sem cair "na mão" dos/as atravessadores/as, que se encarregam de efetivar as interlocuções com os mercados.



5. Os impactos da pandemia de COVID-19 sobre as práticas de armazenamento, conservação e abastecimento

• Interrupção de atividades coletivas, como intercâmbio e trocas de experiências

Em decorrência das medidas de restrição, isolamento social e suspensão de serviços públicos impostas pelos governos locais, as atividades coletivas foram interrompidas. No caso do trabalho com as sementes crioulas, por exemplo, que se alimenta a partir da dinâmica de intercâmbios, a suspensão dos momentos coletivos para troca das diferentes espécies cultivadas, foi um fator que dificultou a articulação em torno destes insumos. O relato abaixo exemplifica esse impacto.

O processo de resgate dessas sementes é mais lento e depende, principalmente, da rede de apoio entre as Casas de Sementes, sendo indispensáveis à realização de intercâmbios, suspensos neste período. (Geovana, ATC/PPF)

• Alteração nos estoques e demandas por estrutura de armazenamento

A partir dos relatos destacados, pode-se verificar que, com a suspensão das feiras livres e das aulas, houve a interrupção dos fluxos de comercialização, levando os/as agricultores/as a permanecer com seus produtos em suas propriedades. Não se pode dizer que houve uma suspensão da comercialização, mas uma redução dos volumes comercializados pareceu mais evidente nos relatos dos/as informantes.

O ano passado foi uma colheita muito boa de mel, o que a gente conseguiu vender. A gente vendeu e o que não conseguiu a gente estocou e armazenou e deu até agora esse ano. E o feijão que a gente tirou por conta

da pandemia, a gente não teve preço e também não passava atravessador por causa da pandemia, então está estocado. Como o inverno está meio fraco, se não melhorar a gente já tem um guardado (...) Antes eu matava uma ovelha e vendia metade e agora eu estoco tudo, porque a carne tá muito cara e não sei quanto tempo vai durar. (Simone, agricultora/PPF)

Não houve aumento na estocagem. A falta de condições materiais impede de aumentar a estocagem. Não só por questões de recursos, mas devido ao isolamento para aquisição de novos equipamentos. Além de que a estocagem também representa uma "poupança" que, em necessidade ou urgência, podem ser vendidas por baixos preços. Mas a tendência foi a manutenção da estocagem sem aumento nem redução significativos, já que a pandemia pegou as pessoas de maneira desprevenida. O que pode ser diferenciado, neste ano, com planejamento. Por outro lado, temos o caso de uma iniciativa que têm um grande estoque de polpas de frutas armazenadas que seriam vendidas para a PNAE, porém, com a suspensão das aulas presenciais e conseqüentemente da merenda escolar, pararam de receber esta demanda da prefeitura e estão com os produtos totalmente parados. (Geovana, ATC/PPF)

Entretanto, as cooperativas parecem ter sido mais afetadas pela pandemia. Aquelas que forneciam alimentos para as escolas, no âmbito do PNAE, se viram forçadas a permanecer com os produtos em suas estruturas de armazenagem ou buscar parcerias, quando estas não eram suficientes. O relato destacado ilustra essa percepção.

Em relação ao armazenamento, algumas cooperativas aqui na PB tiveram apoio da central das cooperativas que têm acesso a várias câmaras frias na CEASA e

ai ela disponibilizou essas instalações para armazenar bebidas lácteas, polpa de frutas, peixe e como o apoio fundamental da EMPAER. E, uma cooperativa que trabalha com macaxeira eles fizeram uma adaptação para descascar e congelar a macaxeira e usar o resíduo para alimentação animal. E mesmo com todas as dificuldades, o acompanhamento da assistência técnica não deixou de acontecer. Os agricultores fizeram o beneficiamento da macaxeira acondicionado em sacolas e fazendo o armazenamento para depois ser adquirido pelo governo do estado e depois serem distribuídas para as comunidades. Então houve essa ação um pouco tímida, mas importante no estado da PB. (Aristeu, gestor/PROCASE)

• Aumento nos custos de armazenamento e conservação dos produtos

Os dois relatos destacados ilustram os efeitos da pandemia sobre os custos de armazenagem. Com o aumento do tempo de armazenagem e quantidade de produtos, elevou-se o consumo de energia elétrica e insumos, como embalagens. Também houve elevação dos insumos para medicamentos para criação animal, o que inegavelmente afetou os processos de beneficiamento dos produtos de proteína animal. Estes, por sua vez, tiveram elevação de preços, o que contribuiu para aumentar as despesas das cooperativas e agroindústrias, muitas das quais foram frutos de investimentos feitos pelo FIDA, no contexto dos Planos de Investimento ou projetos produtivos.

[...] Pautar uma que não foi citada, as agroindústrias de polpas de fruta. Nesse período também tem sido bem difícil a questão do armazenamento, tanto pelo escoamento da produção pela parte de comercialização e de armazenamento também que são feitos em freezers, e tem gerado custo muito alto para essas agroindústrias, para armazenar essas polpas, como

Miguel já falou, o custo da energia está absurdo no país inteiro, e isso tem sido difícil: casar a comercialização com o armazenamento, a conta não fecha, vem gerando mais gastos e despesas para as associações ou agroindústrias. Eu acredito que outros territórios talvez passem por problemas semelhantes. (Sheila, ATC/PROCASE)

Tenho uma planilha que estava contribuindo com Nicholas no relatório de impactos em uma consultoria feita por FIDA, que está fazendo um estudo das cadeias produtivas. Eu montei a planilha para a questão do queijo de cabra, que é um produto que é horizontal aos criadores de cabra do nosso semiárido. Para a gente ter uma ideia, o relato dos agricultores (porque eu fiz com eles, ligando, sentando com eles), e eles dizendo que praticamente o preço das embalagens do queijo dobrou. O custo com a energia ele não tinha, mas eu fui atrás, cheguei a R\$ 0,51 o Kwh/horas, e antes da pandemia estava R\$ 0,43-0,44. Então até mesmo, não somente produzir, mas manter e estocar. A gente fez um estudo da caprinocultura, até mesmo para estocar os alimentos. Estes custos que a pandemia trouxe incidiu sobre eles, aumento de 20-30% na energia, pelo menos 50% nos demais em insumos, os insumos medicamentosos, eles quase que dobraram de preço. Para quem cria as cabras de leite, o custo eventualmente com antibiótico, eles praticamente dobraram nesta pandemia, e os preços do programa do leite por exemplo, se mantiveram, no mercado interno também se mantiveram. (Miguel, ATC/PROCASE).

• Alterações no abastecimento local

Outro efeito da pandemia verificado nos relatos dos/as entrevistados/as refere-se às alterações no abastecimento

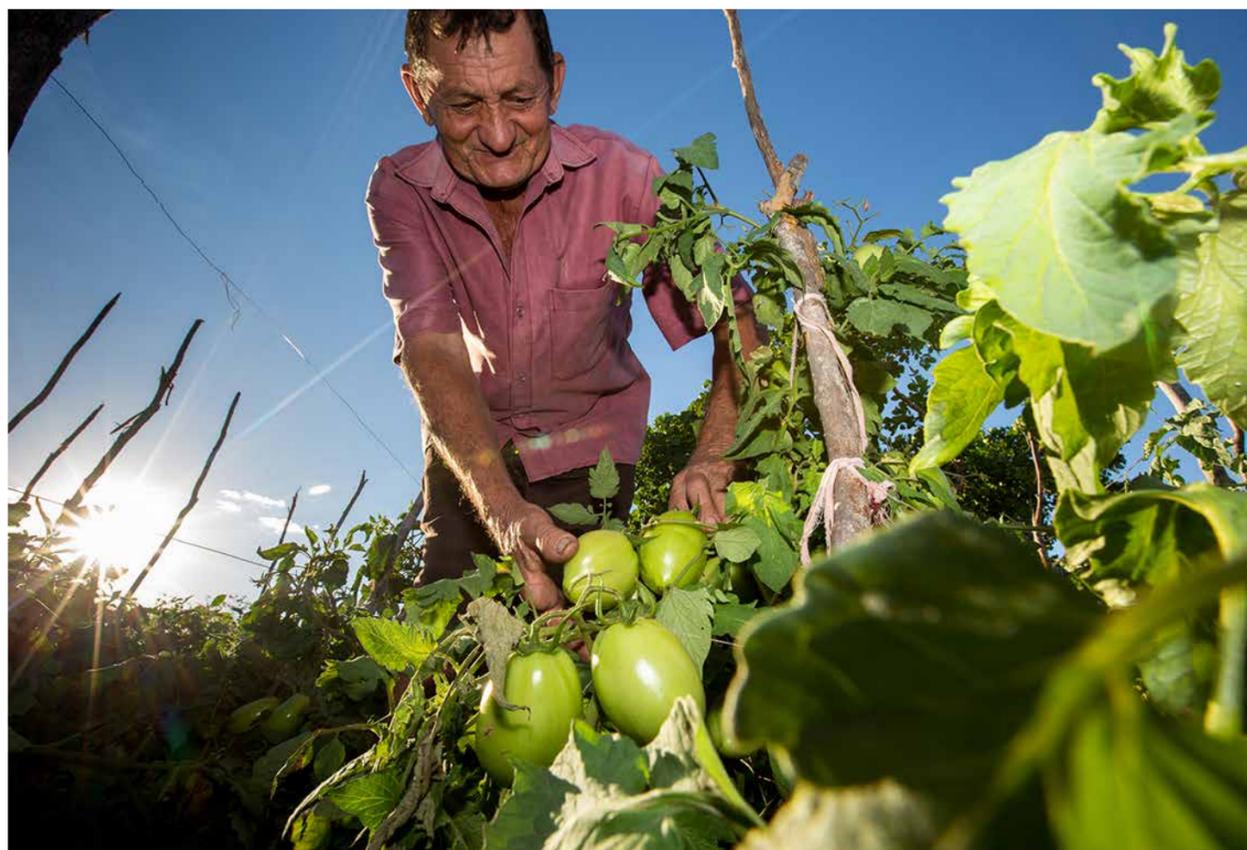


local. A restrição dos transportes das comunidades para os centros urbanos dificultou o acesso das famílias a produtos, principalmente os industrializados.

Em alguns momentos, em relação aos produtos industrializados essenciais para o consumo, houve alteração no abastecimento local, pois os transportes alternativos entre comunidades rurais e a sede dos municípios foram suspensas e muitos ainda não retornaram a circular com frequência. Logo, isto pode ter interferido na aquisição de produtos industrializados, pois é na cidade que as famílias de agricultores/as fazem aquisição mais em conta dessa espécie e até a partir da venda de ovos, feijão, animais, dentre outros é que conseguem os recursos

necessários para essa aquisição, o que fica agravado pela suspensão de feiras municipais. (Geovana, ATC/PPF)

A preocupação com o desabastecimento de produtos in natura tem ocupado a percepção de governos locais. De acordo com Wallene, da equipe de assistência técnica do Procasa, há uma perspectiva de pressão sobre os produtos industrializados, que têm sido comprados para as ações de distribuição às famílias mais necessitadas que precisam ficar em isolamento. Como ele mesmo afirma: “são eles que estão agora socorrendo estas famílias, inclusive assim, abrindo uma preocupação pelo desabastecimento das grandes redes, dado a grande procura, não somente a disponibilidade desse alimento, mas o acesso a eles. A luz amarela do governo já acendeu”.



6. Considerações finais

Os processos organizativos que levam à constituição de grupos produtivos ou cooperativas de agricultores/as familiares têm sido estratégias importantes para viabilizar práticas e estruturas de armazenamento de produtos. Durante os encontros com grupos focais, e nas entrevistas com informantes-chaves, tornou-se evidente que não existe uma política substancial para lidar com as demandas de estocagem de alimentos, ainda mais no que se tange aos produtos de beneficiamento, e nem tampouco na perspectiva de construir um sistema local e regional de abastecimento alimentar em tempos tão precários, perante os impactos da COVID-19. Neste sentido, a fala de Francisco Chagas (Chicão), Coordenador do Projeto Viva Semiárido no Piauí confirma as lacunas existentes:

Não temos uma política de estocagem de alimentos. Apenas o PNAE faz uma estocagem por pouco tempo utilizando os espaços das Gerências Regionais de Educação e das Secretarias Municipais de Educação. Os armazéns da antiga CIBRAZEM/CONAB foram praticamente todos desativados.

Em relação ao armazenamento e estoque de alimentos, os efeitos da pandemia parecem ter afetado sobretudo as cooperativas, tendo em vista a suspensão do fornecimento de produtos para as escolas, mas sobretudo, pela elevação dos custos de energia e insumos.

Ao mesmo tempo em que existe esta precarização no plano de ações e políticas que busquem soluções duradouras para os entraves no abastecimento dos alimentos, os depoimentos nos mostram que as produções de alimentos com maior

durabilidade foram bastante valorizadas neste período, para autoconsumo, troca e doação, em grande parte devido à falta de acesso a alimentos processados e industrializados nos mercados locais e regionais, além das restrições impostas nos deslocamentos e o aumento dos preços. A agricultora Simone (PPF) também atesta que aumentou o grau de estocagem de alimentos porque “não teve preço e não passava atravessador por causa da pandemia”, o que fez com que ela fosse forçada a “comprar mais tambor para estocar a farinha, a goma, o feijão e os milhos.” Como ela mesma disse: “Aqui a gente já tinha as coisas para estocar, então com a pandemia a gente estocou mais porque a gente não sabe como vai ser e até quando vai durar”.

A incerteza de “até quando vai durar” reforça a tendência a “estocar” com mais intensidade, dentro de suas possibilidades. Embora neste caso a estocagem seja motivada pela falta de oportunidades para estruturação de uma estratégia mais eficaz de escoamento da produção e comercialização neste período da pandemia, é importante sinalizar que isso tem repercussões sobre os hábitos alimentares destas famílias nos territórios. Aumenta o consumo destes mesmos alimentos por parte daqueles/as que habitam essas localidades, a partir da intensificação das relações não econômicas — isto é, as doações e trocas entre os/as moradores/as.

Capacidade de estoque de alimentos é uma estratégia para enfrentar crises e assegurar alimentação para as famílias e comunidades ao nível local. Assim, recomenda-se ampliar as estratégias visando fortalecer as estruturas de armazenamento, possibilitando aos agricultores/as ampliar seus estoques, garantindo a qualidade dos produtos e aumentando sua maior capacidade de negociar os produtos com melhores preços.







RELAÇÕES NÃO ECONÔMICAS – DE DOAÇÃO E TROCA
E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

1. Introdução

Uma das formas de nutrir um sistema de abastecimento alimentar a nível local e regional é por meio de processos de distribuição de alimentos – dinâmicas que são articuladas entre os/as moradores/as locais no tecido social de forma espontânea, a partir das práticas não monetárias – de doação e troca. Outra estratégia que testemunhamos no cerne dos projetos apoiados pelo FIDA é a intensificação de mecanismos de doação – por exemplo a entrega de “cestas” –, para alcançar diversos segmentos que sofrem, de forma mais aguda, dos efeitos deste processo de precariedade social.

De acordo com Sabourin (2008), o antropólogo Mauss (1950; 1969; 2003) conseguiu enxergar o princípio da “reciprocidade generalizada” como a “rocha” ou “matriz” das relações sociais, que se exprime na tendência a viver a tripla obrigação: “dar, receber e retribuir” (SABOURIN, 2008). Esta observação é condizente com a realidade observada no contexto dos seis estados do semiárido nordestino. Na teia de relações sociais que são costuradas em torno dos sistemas agroalimentares, as transações “não econômicas” – de doação e troca – se evidenciam de forma expressiva nos processos de interação social.

Karina Manjari, técnica da organização IAC no Projeto Paulo Freire, socializa suas impressões sobre os modos pelos quais estas práticas de reciprocidade, envolvendo as plantas e alimentos, acontecem dentro das comunidades rurais:

O costume de fazer doações de alimentos em áreas rurais é uma prática comum, principalmente em propriedades com cultivo de frutíferas como mangueira,

limoeiros, bananeiras, mamão, acerola etc., que geram abundância de alimentos e geralmente ocorre desperdício. A prática de doação e troca é maior entre agricultores e agriculturas, vizinhos/as e parentes, e acontece na medida em que está disponível (período de safra e colheita). (Karina Manjari, 2021)

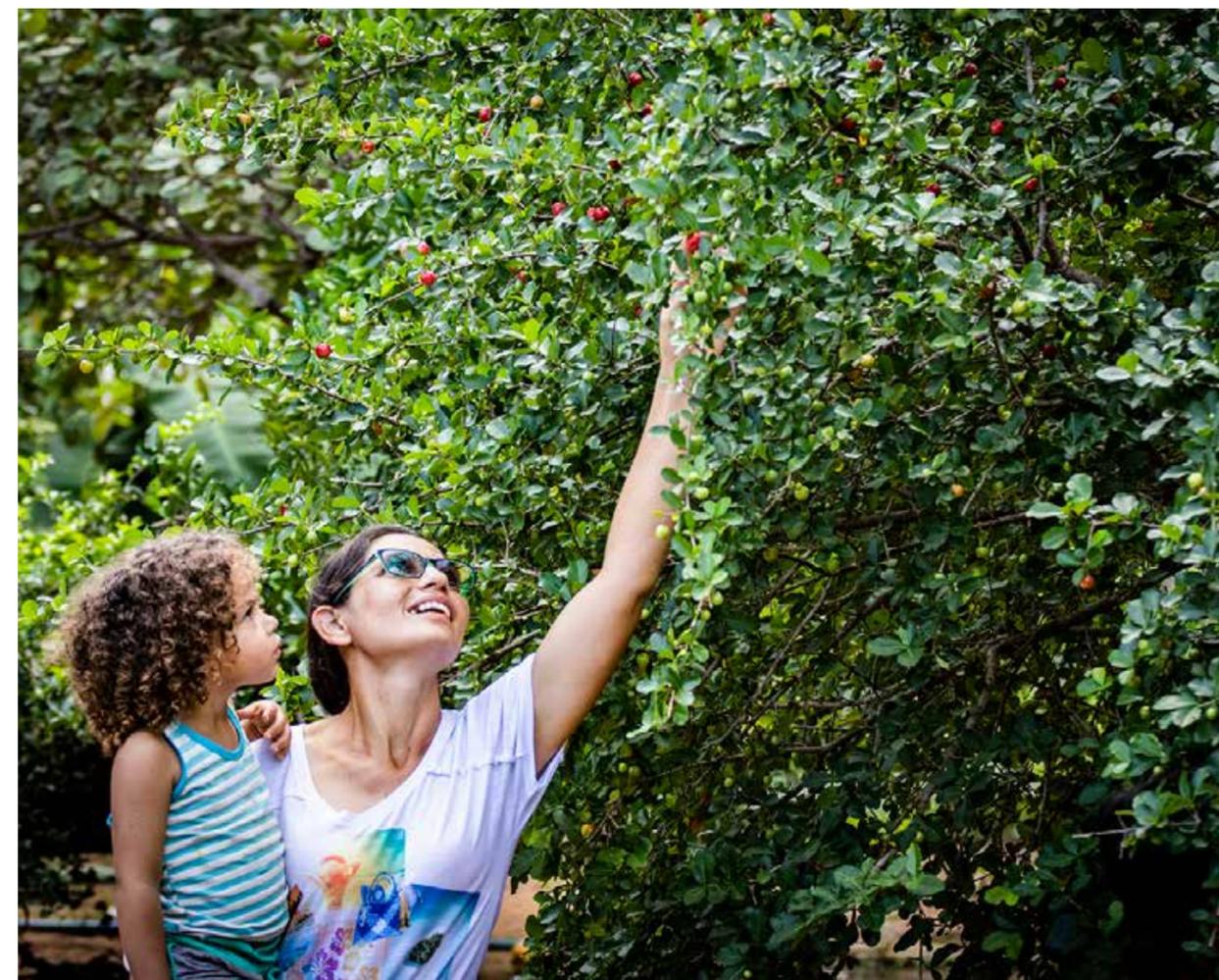
Manjari traz uma definição das “trocas” que observa no cerne do município de Ipu, onde atua, enquanto “práticas sutis e subnotificadas, pois ocorrem de forma espontânea e na maioria das vezes elas não acontecem formalmente ou simultaneamente”. Ilustra este cenário da seguinte forma: “Em dado momento uma família doa um saco de acerola, semanas depois a família que recebeu presenteia a família que doou a acerola com um cacho de bananas”. A economia feminista¹³ vem mostrando que existem aportes – a maior parte dos quais contam com o protagonismo das mulheres, como é o caso das trocas e doações de alimentos e plantas – que incidem na economia, mas que não são compreendidos desta maneira, ao serem vistos meramente como expressões de cuidado, voltadas para a “produção do viver”, como se acontecessem na margem dos processos econômicos. Por esse motivo, é importante reconhecer que o trabalho que foi realizado com 909 agricultoras que fizeram uso das cadernetas agroecológicas no contexto dos projetos apoiados pelo FIDA, durante o período de setembro de 2019 a setembro de 2020, nos revela de que modo não apenas as práticas de venda, mas também as atividades produtivas voltadas para autoconsumo, troca e doação impactam os processos econômicos.

Cabe salientar que as práticas de doação ou troca de alimentos, mudas e sementes entre familiares/as e vizinhos/as tem múltiplas funções. Uma delas é a propagação das

¹³ A perspectiva feminista no campo da economia introduziu uma crítica à exclusão das mulheres enquanto objeto de estudo da teoria, além de desvendar a suposta neutralidade de suas categorias e conceitos (MOURA; MORENO, 2013). A partir de uma problematização metodológica e epistemológica da construção deste campo de conhecimento, propõe que a compreensão sobre a situação das mulheres seja trazida à baila a partir de suas próprias experiências em diversos contextos sociais.

espécies nos territórios, o que contribui para a preservação da agrobiodiversidade nos diversos espaços de plantação. Embora estas relações não monetárias tendam a ser subnotificadas, é inegável que estas práticas fazem parte de uma tradição milenar, na base de processos de sociabilidade entre parentes, vizinhos/as e moradores/as de comunidades vizinhas que incidem sobre uma rede de abastecimento local. Esta rede de abastecimento local, enraizada nos territórios, garante o autoconsumo e se constitui em uma das estratégias de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional.

Ao mesmo tempo, estas doações e trocas de mudas, sementes e alimentos podem ser compreendidas como estratégias que visam garantir a diversificação de espécies nos quintais, lavouras e pomares dentro das propriedades rurais. Um quintal diversificado – ou seja, repleto de uma variedade de alimentos – geralmente foi construído não apenas por uma ou duas pessoas, mas “a muitas mãos”, a partir de doações e trocas – e é justamente a riqueza destas trocas que possibilita garantir uma alimentação saudável e equilibrada.



2. As doações e trocas de produtos alimentícios: plantas, mudas, sementes e alimentos

Os registros a partir das cadernetas agroecológicas revelaram a diversidade dos alimentos que circulam pelos espaços dos quintais dos/as agricultores na região semiárida do Nordeste: no total, foram registrados 1.228 tipos de produtos. Como já foi analisado, é bem provável que esta diversidade que se evidencia a partir do número expressivo de espécies seja um reflexo das práticas de troca e doação. Outro dado importante é que, na esfera das relações socioeconômicas não monetárias (troca, doação, consumo), a maior parte dos produtos são in natura e de origem vegetal. Estudos mostram que alimentos in natura preservam nutrientes ao longo prazo, de modo que tendem a ser mais saudáveis, incidindo diretamente sobre o estado de saúde e bem-estar das famílias que consomem, doam e trocam tais alimentos.

Raimundo Muniz (Nonato), agricultor que faz parte do público-alvo das ações do Projeto Paulo Freire, afirma que as relações construídas a partir da troca de produtos e serviços "geram um movimento", o que pode ser compreendido como a força-motora dos processos de sociabilidade que sustentam as estruturas organizativas:

O pior de tudo é o foco da doença, porque tá sem condições de trabalhar, sem vender e tem que produzir para poder se alimentar. A comunidade aqui sempre teve esse costume, de ajudar um ao outro nessa base de troca. Eu troco meu produto, eu tenho mel e ao invés de comprar o ovo troco com quem tem galinha. Tem essas coisas pequenas que geram um movimento, a pessoa tá precisando um do outro e tá trocando produto, conhecimento, aqui tem acontecido. No período do inverno que esse ano tem sido melhor que o ano passado e aí troca. A troca é uma experiência muito boa, porque pode adquirir coisas sem precisar de dinheiro. (Raimundo Muniz – Nonato, PPF)

Geovana França, técnica da organização CEALTRU em Ceará, alega que, mesmo durante as feiras que representam lugares voltados para a venda, processos intensos de troca de produtos alimentícios acontecem, uma vez que elas são dispositivos que desencadeiam dinâmicas de socialização e partilha de produtos, insumos, recursos e conhecimentos. De acordo com Geovana: "Até mesmo durante as feiras locais existe esse estímulo a trocas entre produtores, como troca de ovos por feijões, mas estas foram suspensas no período de pandemia". Por assim dizer, a pandemia afetou também a possibilidade destas trocas em âmbitos mais amplos, como entre comunidades e municípios.

Ela também comenta que justamente a suspensão de eventos ou atividades que possibilitam a circulação de atores sociais é um fator que estimula outras expressões de solidariedade, troca e doação no âmbito local, para dentro das comunidades locais.

Porém, as relações de vizinhança, solidariedade e apoio mútuo são algo presente antes da pandemia e têm aumentado um pouco, devido às limitações quanto à circulação de pessoas para as feiras e cidades. (Geovana França/ PPF, 2020)

Observa-se também que, diante dos impedimentos para a efetivação de alguns circuitos curtos de comercialização, como feiras presenciais, foram criadas outras formas de dar visibilidade para os produtos alimentícios e promover processos de troca e comercialização deles no campo virtual. Karina Manjari, técnica de IAC que atua no Projeto Paulo Freire, relata a experiência de "feiras comunitárias" — que representam uma invenção inovadora no campo organizacional durante a pandemia — e que envolvem quatro municípios e oito comunidades. Estas feiras "on-line" são autogeridas pelos/as próprios agricultores/as, que mostram autonomia nos modos de postar os produtos e tomam decisões sobre rotulagem e embalagem dos produtos. De acordo

com ela, tal dispositivo tem fomentado a interação entre pessoas de diversas comunidades, facilitando o processo não apenas de comercialização, mas também de distribuição de alimentos entre famílias.

As feiras comunitárias também contribuíram para a circulação das doações, verificamos isso nas conversas do grupo da associação, no qual observamos as famílias pedindo um "fio" de cebolinha para plantar, uma rama de batata ou uns caroços de feijão a partir das postagens dos/as próprios agricultores/as.

A maior parte dos/as entrevistados/as atesta que as trocas de alimentos intensificaram durante a pandemia devido a uma maior preocupação com medidas preventivas que protegem o organismo contra possíveis aflições e doenças. Neste sentido, as práticas de doação e trocas de alimentos durante este momento crítico da pandemia são ligadas a uma preocupação com o valor medicinal deles. Assim, observamos de que modo o alimento é enquadrado como uma fonte de cura.

A acerola, aumentou o consumo, a procura; o limão, que a gente tem aqui no quintal produtivo. Por conta da pandemia o pessoal procura muito, e é rico em vitamina C, que ajuda na imunidade das pessoas. É bom as diversidades, as trocas. (Irenilde Nunes da Silva, PPF)

Raimunda Oliveira de Melo, beneficiária do Projeto Paulo Freire, alega que o aumento das trocas durante a pandemia também está relacionado com as limitações na mobilidade para acessar mercados. À vista disso, foi necessário desenvolver novas estratégias de abastecimento agroalimentar dentro das comunidades com base nas relações de reciprocidade.

Aqui a gente já tinha esse costume de fazer a troca, mas a troca aumentou muito com a questão da pandemia, devido a gente não estar querendo sair muito

pra cidade. Eu quero fazer um bolo, não tô com leite, vou na minha vizinha e troco o ovo pelo leite. Isso tá sendo muito prático dentro da minha comunidade, depois da pandemia, fazer troca de alimentos. Mais a necessidade que vai aparecendo e a gente determina os produtos que estão trocados. A gente não tá saindo de casa pela questão da COVID, e pelo custo. Tem pessoas que tão trocando trabalho pelo alimento também. (Raimunda Oliveira de Melo, PPF)

Raimunda também observa que durante a pandemia, a lógica associada com a prática da troca passou por algumas alterações. Enquanto antes se trocava de acordo com os processos orgânicos da natureza — conforme o processo de colheita de determinada planta que cresce naturalmente em uma estação específica —, atualmente a necessidade de consumir alimentos para "não passar fome" e para garantir uma alimentação de qualidade constitui o principal motivo por detrás das ações de doação ou troca.

Porque antes a gente trocava na época da planta: um milho por outro tipo de milho, a fava branca pela vermelha. Agora não, está sendo o consumo de alimentos que tá fazendo a escolha de alimentos durante a troca. (Raimunda Oliveira de Melo, PPF)

Alguns técnicos/as das instituições que prestam assessoria técnica alegam outro motivo pelo aumento nas trocas de alimentos durante a pandemia: os empecilhos no escoamento da produção, em função de dificuldades para viabilizar as vendas. Isso implica em uma maior quantidade de alimentos disponíveis ao nível local, muitos dos quais não podem ser estocados e, portanto, precisam ser doados ou trocados para autoconsumo. De acordo com Karina Manjari, técnica do IAC do Projeto Paulo Freire:

Antes da pandemia já existia trocas de alimentos por outros produtos, porém é notório que esse costume aumentou



entre as famílias, tendo em vista que as vendas dos produtos diminuíram bastante e é uma forma de reduzir o desperdício da produção.

A doação e troca de sementes crioulas sempre foi uma tradição forte em diversas comunidades rurais do semiárido nordestino. Evidentemente, com a suspensão de atividades presenciais durante a pandemia, os eventos de intercâmbio de sementes crioulas deixaram de acontecer, o que vem fragilizando este processo intenso de trocas de sementes que vem acontecendo entre as casas e bancos de sementes há tantos anos. Geovana França, técnica da organização

CEALTRU, que atua no Projeto Paulo Freire, comenta que, embora o hábito de preservar este patrimônio genético em sua diversidade continue com força nas comunidades, o processo de resgate das sementes crioulas, que depende de articulação de uma rede de apoio entre as casas de sementes, se fragilizou durante o período da pandemia. Em suas palavras:

O processo de resgate dessas sementes é mais lento e depende, principalmente, da rede de apoio entre as Casas de Sementes, sendo indispensáveis a realização de intercâmbios, suspensos neste período.



3. Formas de distribuição de alimentos em tempos de pandemia

Experiências organizadas para viabilizar a doação de alimentos proliferaram durante a pandemia, ora mediante processos protagonizados pelas associações e grupos comunitários, ora por parte de instituições de assessoria no campo social.

No que diz respeito às atividades autogeridas voltadas para doação ao nível local, cabe salientar o depoimento de Raimunda Oliveira de Melo, agricultora e presidenta da associação comunitária de uma comunidade quilombola na qual historicamente tem havido esta tradição de doar alimentos para aqueles/as que mais precisam. Percebe-se que a pandemia apenas traz à tona expressões espontâneas de solidariedade que se integram ao *modus operandi* destas comunidades:

Aqui na minha comunidade, tanto eu como as outras pessoas, a gente sempre faz doação do que a gente tem muito em casa e que a outra pessoa não tem. Aqui tem duas famílias mais necessitadas e a gente tá sempre doando. Agora mesmo a gente fez uma vaquinha pra comprar um medicamento pra uma senhoriinha. E o alimento graças a Deus a gente tá sempre doando. O meu quilombo é sempre solidário e a gente tá doando pra quem não tem. Esse momento não é fácil (...) Aqui a gente tem um grupo no WhatsApp só da comunidade, e a gente sempre dá a iniciativa, como eu sou a presidenta da comunidade (...) Às vezes tem gente que tem que ir na rua pra ajudar quem precisa ir na cidade, mas não tem a gasolina e tá precisando e a gente sempre dá um jeitinho brasileiro. A gente já fazia, com a pandemia agora virou rotina mesmo no nosso quilombo. (Raimunda Oliveira de Melo, PPF)

No que diz respeito aos apoios para a sustentação dos sistemas agroalimentares durante a pandemia por parte da

rede de instituições que participam das dinâmicas vividas pelos projetos, cabe salientar alguns pontos. Alguns técnicos dos projetos comentam que a continuidade dos Planos de Investimento — que já previam o fornecimento de materiais para os processos produtivos como sementes, material de pesca e de apicultura, de acordo com os cadastros dos/as beneficiários/as — foi fundamental para suprir as necessidades das famílias das comunidades atendidas. Também há menção de iniciativas intermediadas por igrejas evangélicas e católicas, que arrecadaram alimentos para compor cestas básicas para as famílias que se encontravam com mais dificuldade no enfrentamento ao COVID-19.

É importante ressaltar que estas campanhas têm feito a arrecadação de produtos que são principalmente industrializados para compor as cestas, em vez de incorporar os produtos da agricultura familiar. Na maior parte dos casos, as "cestas básicas", que são oferecidas por instituições de assistência social, não consideram os alimentos nativos que formam a base da dieta dos diversos grupos sociais.

Geovana Franca, técnica da organização CEALTRU, que atua em seis municípios na região denominada Sobral II no contexto do Projeto Paulo Freire, afirma que, embora não seja uma "entidade de assistência social", durante a primeira quarentena de 2020 fizeram um levantamento do número de pessoas que vivenciam situações de maior risco dentro da área de abrangência do Projeto Paulo Freire e encaminharam estes dados para "as Secretarias de Assistência Social dos municípios para que pudessem descentralizar as doações da área urbana" (Geovana França, 2021).

José Moacir dos Santos, colaborador do IRPAA — uma das organizações conveniadas que realizam serviços de ATER no Projeto Pró-semiárido (PSA) na Bahia —, relata que, diante do processo de baixa na produção em função da falta de "contratos" com PAA e PNAE (políticas de compras públicas), e a desarticulação dos grupos produtivos, o IRPAA reforçou





ações de doação e distribuição de alimentos, sendo 60% destas ações voltadas para comunidades urbanas e 30% voltadas para comunidades rurais. Estas ações, de algum modo, fortaleceram os vínculos entre as comunidades, uma vez que o IRPAA comprava de comunidades que tinham alimentos em abundância e distribuía para outras comunidades onde não havia acesso fácil a alimentos de qualidade. Uma observação importante é que estas ações foram realizadas de forma articulada com movimentos e redes temáticas consolidadas/as, como MPA e ASA.

Miguel Davi, técnico do Projeto PROCASE, destaca a importância de iniciativas de distribuição solidária de alimentos do campo para cidade, como as que têm sido realizadas por movimentos sociais, tais como o MST ou MPA, desde o surgimento do COVID-19. Estes processos, alguns dos quais contaram com o apoio do Governo do Estado da Paraíba, têm sido fundamentais para validar a frase utilizada de modo corrente: “se o campo não planta a cidade não janta”. Revelam a interdependência da relação cidade-campo, além de mostrar

o papel dos movimentos sociais na construção de um padrão alimentar com base na qualidade nutricional e o grau de disponibilidade destes alimentos para diversos grupos sociais.

Diversos/as agricultores/as familiares engajados/as nos projetos deram depoimentos sobre os processos de doação de alimentos durante a pandemia. Irenilde Nunes da Silva, beneficiária do Projeto Paulo Freire, conta sobre algumas iniciativas por parte das instâncias políticas ao nível municipal, o que engloba também ações ligadas ao fornecimento da merenda escolar nas escolas. Também conta sobre as dificuldades para ter acesso aos benefícios oferecidos pelo Governo Federal – como Auxílio Emergencial – seja por não fazer uso de um celular, seja pelas complicações no manejo do aplicativo. Na sua opinião, estas dificuldades com os apoios do Governo Federal – o Bolsa Família ou Auxílio Emergencial – que se tornaram mais agravantes este ano, em comparação com o ano passado, mostram a importância de outras formas de apoio e solidariedade, por parte de organizações e grupos de base comunitária.

4. Conclusões finais

A pandemia colocou em xeque o valor das práticas não monetárias. São estas práticas – já existentes como parte de uma tradição milenar, mas intensificadas durante a pandemia – que apresentam formas descentralizadas de dinamizar processos de abastecimento local e regional.

Ações emergenciais de doação de alimentos, embora não atinjam as causas estruturais da insegurança alimentar e nutricional, têm sido fundamentais para alcançar os segmentos mais vulneráveis durante o agravamento de uma crise agroalimentar de proporções drásticas. Observa-se que estas iniciativas são protagonizadas por famílias ou grupos comunitários no cerne das comunidades locais que decidem doar alimentos que fazem parte do seu estoque. Também testemunhamos processos de distribuição de alimentos que vêm sendo organizados por ONGs, igrejas ou outras instituições de caridade. É interessante perceber que mesmo organizações que não foram criadas a partir da lógica de

“assistência social” – ou seja, para prestar assessoria para aqueles/as que sejam mais vulneráveis – têm conseguido mobilizar recursos e buscar aliados para encontrar respostas rápidas e emergenciais diante da seriedade da crise instalada.

Por fim, cabe fazer uma consideração sobre a natureza de algumas destas iniciativas voltadas para a distribuição de alimentos, visando a construção de um sistema de abastecimento local e regional que seja sustentável. Na construção de programas e políticas no campo agroalimentar, faz-se necessário incorporar alimentos saudáveis que respeitam os critérios da sazonalidade, além de serem componentes das dinâmicas culturais. Portanto, ao desenhar as “cestas básicas”, que representam uma medida importante para aumentar o acesso a alimentos por parte dos grupos sociais vulneráveis, é fundamental que sejam contemplados os valores associados às espécies nativas e raras, muitas das quais tendem a ser subvalorizadas e podem ser considerados elementos fundamentais quando se trata das práticas da agrobiodiversidade.







PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Introdução

Uma das facetas mais afetadas durante a pandemia causada pela COVID-19 foi o campo da comercialização. Francisco das Chagas Ribeiro Filho (Chicão), Coordenador do Projeto Viva Semiárido (PVSA), descreve a quebra no volume de produtos comercializados: **“Estima-se que a quebra na comercialização foi em torno de 20% em comparação a 2019 e mais 20% em comparação a 2020 para baixo. Apenas 25% dos produtos foram comercializados de forma diferente (usando a internet)”**. A redução das atividades econômicas em todas as cidades do país foi repentina demais para que as comunidades, gestores/as e a assistência técnica tivessem tempo para construir agilmente uma alternativa que protegesse a agricultura familiar dos impactos negativos. Houve uma dificuldade, por parte das esferas públicas, para constituir um plano amplo e robusto de enfrentamento à pandemia que contemplasse prioritariamente as categorias mais historicamente vulneráveis como os/as agricultores familiares, que convivem há tantos anos com os efeitos negativos de períodos extensos de seca, além de outros fatores de precarização social e ambiental no semiárido nordestino.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o processo de comercialização a partir das diversas óticas e perspectivas trazidas por comunidades, equipes de ATC e gestores/as públicos ligados aos seis projetos fomentados pelo FIDA na região semiárida do Nordeste do Brasil. As seguintes questões-chave serão focadas na análise proposta: (i) as modificações ocasionadas pela pandemia, no que diz respeito aos espaços e canais de comercialização; (ii) as estratégias e propostas de ação que têm sido desenvolvidas para fortalecer os/as agricultores/as familiares das comunidades rurais na sua busca pela segurança alimentar e nutricional.

Ao apontar a expressividade das iniciativas locais que busquem alternativas no campo da comercialização – muitas das quais englobam o campo virtual – cabe salientar o que o “Guia Prático para Comercialização da Agricultura Familiar (2021)”, através de um “esperançar” aponta: “Onde existe caos, existe também oportunidade. (...) Essas pessoas encontraram novos caminhos para vender e formas alternativas de comercialização que devem permanecer mesmo após o final da pandemia” (Central de Caatinga, 2021). É nesse sentido que os dados e as análises construídas por essa equipe de pesquisa serão apresentados.



2. Fragilidades e entraves nos processos de Comercialização durante a pandemia da COVID-19

A agricultura familiar, mesmo antes da pandemia, oferta aos mercados produtos que não entram na categoria de commodities e nem são negociados em grandes volumes. Para a realidade das famílias do semiárido nordestino, um destaque é atribuído aos circuitos curtos de comercialização, que possibilitam negociações diretamente com os/as consumidores/as, além de se constituir enquanto a modalidade que mais permite alcançar um melhor preço em função da eliminação do atravessador, uma vez que são criados laços de fidelidade e conseqüentemente se gera uma menor incidência de impostos, taxas e de fiscalização. Esses circuitos curtos se materializam nas entregas porta a porta de cestas agroecológicas, além das feiras livres e feiras agroecológicas, que configuram o espaço mais forte de encontro com a população urbana. No início da pandemia, o poder público protocolou a proibição da realização das feiras em todas as regiões, como Jaciara Ladislau Leobino, agricultora atendida pelo projeto PSA, relata na seguinte afirmação: **“Nos primeiros seis meses da pandemia, o fornecimento para PNAE e PAA ficou comprometido e as feiras agroecológicas foram fechadas. Também houve perdas dos quintais produtivos. Os produtos da mandioca que eram bastante vendidos tiveram uma baixa”**. A venda porta a porta cessou, pois tanto as/os agricultoras/es como as/os clientes se isolaram em casa, evitando o contato físico para não se contaminarem. Tal processo gerou um volume de produção sem escoamento, baixando drasticamente o preço dos produtos nos mercados.

Também as cadeias produtivas que não acessam o comprador final sofreram uma quebra considerável. Se observarmos a diversidade da produção, podemos afirmar que o início da pandemia afetou de forma diferente o sistema produtivo

vegetal quando comparado ao sistema voltado para a produção animal. No sistema produtivo vegetal, houve grandes perdas porque os produtos vendidos nas feiras são em sua grande maioria in natura ou processados com restrito “tempo de prateleira” (isto é, precisam ser consumidos em um curto espaço de tempo). Simone Jardim, agricultora atendida pelo Projeto Paulo Freire, relata: “Esse ano não teve como vender o tomate e a gente não conseguiu comer tudo. Então foi uma safra de tomate, de acerola perdida. Porque aqui na minha comunidade todo mundo produz mais ou menos a mesma coisa. A gente teve que comprar mais tambor para estocar a farinha, a goma, o feijão e os milhos”.

No estudo realizado por Lucena, Filho & Bonfim (2020), os/as pesquisadores da Embrapa Caprinos no Piauí explicitam os seguintes impactos da queda na comercialização de caprino/ovinocultura, animais que são vistos como emblemáticos para a região semiárida nordestina:

Em um levantamento realizado com auxílio de colaboradores informantes em diversas regiões produtoras de caprinos e ovinos no país, na segunda quinzena do mês de março, data que marca o início das medidas de distanciamento social para o enfrentamento do coronavírus, decretados por órgãos federais, estaduais e municipais, além das recomendações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), demonstram uma suspensão total da comercialização de animais em feiras livres, conhecidas popularmente como “feira dos animais”, além do mercado de exposições agropecuárias. (grifo nosso). Essas medidas afetaram de forma direta os estabelecimentos de churrascarias, bares, buffet de hotéis e restaurantes, especialmente aqueles localizados nas zonas litorâneas ou em regiões onde a carne de caprinos e ovinos faz parte da tradição da culinária popular, onde os impactos também já estão sendo



observados. Com a paralisação das atividades destes estabelecimentos e a redução do turismo, o consumo da carne ovina tem sido cada vez menor, com impactos significativos sobre a manutenção da operação de frigoríficos e abatedouros em sua plena capacidade. Em algumas regiões, já há abatedouros com suas atividades momentaneamente paralisadas. (idem, 2020)

O cenário descrito acima tem um posicionamento temporal, o início da pandemia. Nesse momento, o ineditismo da situação e a necessidade de paralisação imediata das atividades para evitar a contaminação foram cruciais para conter a crise na comercialização da carne e do leite. Visando a expandir o cenário de análise para os projetos apoiados pelo FIDA, ressaltamos a fala da Amanda Gomes, gestora do Projeto Dom Helder Câmara, que explicita que **“muitos produtores venderam seus animais, venderam seu plantel de aves, venderam seus ovinos, houve falta de água, carro pipa ficou suspenso, e por não ter acesso aos insumos”**. Com toda essa dificuldade relatada, Sarah Luiza Moreira, consultora de gênero, raça e etnia vinculada ao PVSA aponta que, a partir

da redução de comercialização de caprinos e ovinos, “houve redução de compras” e “vendas para comércios maiores”.

Apesar do escoamento afetar ambos os sistemas produtivos (vegetal e animal), no sistema vegetal os grãos foram estocados e os produtos in natura perdidos, doados, consumidos, cessando o custo de produção e ocasionando a perda pela não comercialização. Na cadeia animal, sem o escoamento, o custo de produção para a manutenção dos animais vivos continuava incidindo sobre o sistema. Sem a comercialização no tempo certo, o/a agricultor/a tem arcado com o fato de não gerar renda, uma vez que ainda é responsável pela oferta de alimentos, água, medicamentos, limpeza e outros manejos que impactam o custo da mão de obra e demandam o uso constante de insumos. Assim, estamos diante de um quadro que demonstra a quebra ocasionada pela pecuária e o somatório da não comercialização mais a ampliação dos custos de produção. Lembrando que as famílias comumente possuem produção animal e vegetal de forma integrada, o que também potencializa os impactos negativos sobre os sistemas agroalimentares.



3. Principais impactos causados pela pandemia sobre a comercialização e as estratégias para lidar com tais impasses

No campo dos circuitos e mercados de comercialização, destacam-se os seguintes impactos: 1) proibição imediata da realização das feiras agroecológicas e das feiras livres; 2) fechamento dos principais canais de comercialização: bares, restaurantes, lanchonetes etc; e 3) fechamento das estruturas vinculadas a cadeia pecuária: abatedouros e feiras pecuárias. No campo das políticas públicas, cabe ressaltar o fechamento das escolas, que levou a uma redução drástica do acesso ao PNAE e a redução dos investimentos federais na manutenção do PAA – dois programas de compras públicas que têm sido fundamentais na garantia da economia local e segurança alimentar e nutricional destes grupos sociais.

A centralidade do PNAE e do PAA enquanto canais de comercialização é indiscutível. Todos os grupos focais em todos os webinários reportaram os dois programas como estruturantes para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. As mulheres escutadas destacam uma diversidade imensa de produtos advindos dos quintais produtivos que foram comercializados a partir dessas políticas públicas. Felipe Caetano, consultor vinculado ao Projeto Dom Távora, explica toda a movimentação que aconteceu em torno do PAA e como o programa, ainda que reduzido, apoiou as famílias durante o ano de 2020:

Uma coisa que ajudou nas comercializações, a partir de 2020 começou aqui, a partir da pressão dos movimentos, o PAA Estadual, a partir de alimentos do estado, foi retirado os recursos das sementes e jogado uma parte, um percentual dele na execução dos PAA, foi um programa criado. Estamos aguardando para 2021, já com o orçamento mais reduzido e isso de alguma forma deu um suspiro na comercialização das organizações e para o movimento conseguimos

acessar o projeto de aquisição e comercialização de cestas, junto a Fundação Banco do Brasil e a venda direta aos consumidores, que já existia e se manteve. (CAETANO, F., Consultor do PDT)

Outros impactos negativos incluem os seguintes: 1) Aumento dos preços dos insumos, causando impacto direto sobre o preço de produção da cadeia animal na manutenção dos animais por mais tempo. 2) Represamento de produtos ocasionados pela não comercialização, altas perdas, baixa no preço dos produtos tradicionais como a farinha de mandioca. 3) Ausência de estruturas adequadas para o armazenamento não permitindo o escoamento da produção posteriormente.

No que diz respeito aos desafios postos para construção de novas estratégias de comercialização diante das restrições impostas pela pandemia, é importante ressaltar a ausência ou dificuldade para acesso à internet e a dificuldade de manejo das ferramentas digitais: Facebook, Instagram, WhatsApp etc. Esta dificuldade se agrava mais ainda no caso das comunidades tradicionais, que tendem a vivenciar situações mais extremas de precariedade social, incluindo a falta de acesso a serviços básicos, como eletricidade.

É importante sublinhar que, apesar de um cenário grave que causou grandes impactos às famílias atendidas, a agilidade dos/as gestores/as e a parceria forte entre as famílias e as equipes de ATC dos projetos apoiados pelo FIDA foram fundamentais para impedir que os danos fossem mais graves. A criatividade e comprometimento de todos os sujeitos fortaleceram algumas estruturas nos níveis locais, além de construir estratégias para viabilizar a comercialização e a comunicação com clientes a fim de construir uma aproximação virtual capaz de mitigar os impactos. É importante destacar que a pandemia nos colocou diante de um grande desafio – efetivar um novo modo de realizar ATER – com uma forte dependência das ferramentas do mundo virtual nestes





tempos de pandemia, sem negligenciar a potência e vitalidade dos processos vivenciais de fortalecimento organizacional que já estavam em curso por meio das capacitações e da estruturação de projetos produtivos e/ou Planos de Negócio.¹⁴ Essa situação também, inegavelmente, nos alerta para o papel das organizações que prestam assessoria não apenas nos aspectos técnicos da produção agrícola, mas também nos processos de organização de associações, grupos de mulheres e/ ou jovens e cooperativas para que fortaleçam suas capacidades e encontrem saídas em situações adversas.

Muitos/as técnicos/as das instituições parceiras dos projetos apoiados pelo FIDA apontam que há limitações estruturantes no modelo de ATER remoto que precisam ser consideradas, uma vez que alguns princípios da extensão rural – a horizontalidade, o contato e o diálogo recíproco –¹⁵ não se adaptam a este formato no campo virtual. Outro ponto de reflexão diz respeito aos processos de inclusão social – por assim dizer, o grau de acesso das pessoas das comunidades rurais à internet para que as formas de dar assistência “on-line” possam ser de fato inclusivas.

¹⁴ É importante sinalizar que “Projetos Produtivos”, “Planos de Negócio” ou “Planos Investimento” são dispositivos importantes no desenho dos projetos apoiados pelo FIDA, que fazem parte do componente produtivo (dentro da estrutura organizacional). As associações comunitárias se responsabilizam pela gestão administrativa e financeira destes planos de investimento com foco em diferentes tipos de atividades produtivas, com o apoio das equipes de assessoria técnica.

¹⁵ Aqui é importante fazer uma reflexão crítica sobre a evolução histórica de ATER e sua conexão com processos de organização social. Em 2010, criou-se uma política de ATER, como resultado de diálogos frutíferos entre organizações sociais e instâncias governamentais. Esta nova visão ajudou a desconstruir o sistema convencional de ATER, que, desde os anos '50, tem se baseado em uma abordagem unilateral de assistência técnica, enquanto conhecimentos técnicos que são repassados para os/as beneficiários/as, que são enquadrados/as como receptores/as passivos/as destas informações. A nova lei de ATER constrói um novo precedente para serviços de desenvolvimento agrícola no mundo rural com uma forte ênfase no uso de metodologias participativas que facilitam a participação popular e a abordagem agroecológica.

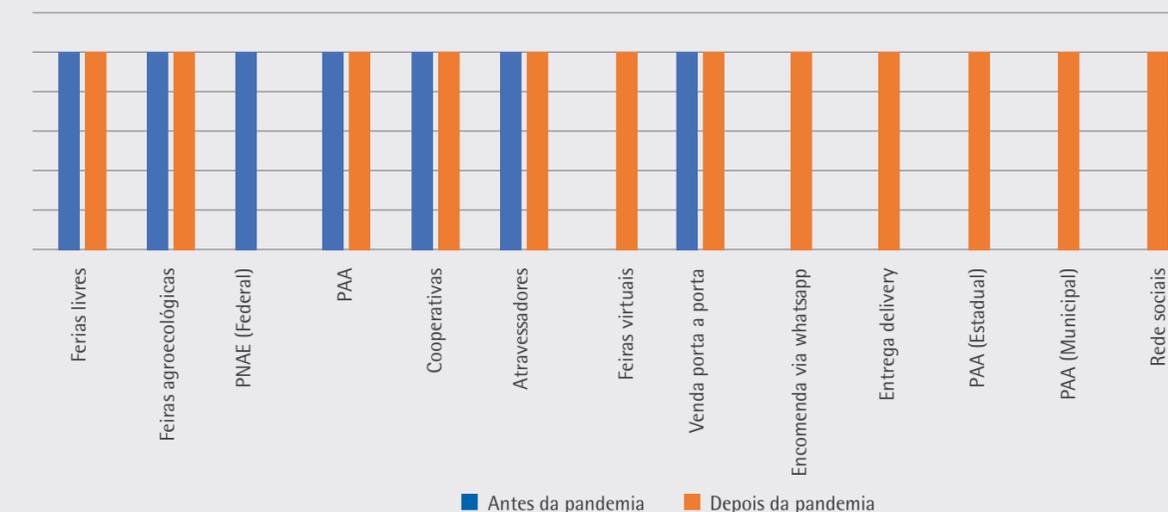
4. Estratégias e estruturas: Mitigando os impactos da pandemia

Durante as entrevistas e os webinários os/as participantes ligados aos grupos focais explicitaram diversas e inovadoras

estratégias para resgatar os processos de comercialização a partir de novos caminhos. O gráfico abaixo, aponta todas as novas estratégias de comercialização que os/as agricultores/as e a ATC descreveram durante os diálogos junto à equipe responsável pelo estudo.

Gráfico 4: Estratégia de comercialização antes e depois da pandemia.

Ampliação das estratégias de comercialização nos territórios estudados



Fonte: Pesquisa sobre o impacto da COVID-19 sobre os sistemas agroalimentares, 2021.

Indubitavelmente, as estratégias de comercialização envolvendo o uso de internet – redes sociais e grupos de WhatsApp – foram fundamentais para possibilitar a continuidade de atividades de venda, além de permitir alcançar outros públicos. Estas estratégias serão descritas de forma mais aprofundada no Capítulo 7 desta publicação, referente aos processos organizativos. Vale ressaltar que a democratização da internet e do conhecimento do ambiente virtual é fundamental para que tal processo seja amplo e envolva o maior número de agricultores/as e compradores/as.

A maioria das mulheres está comercializando seus produtos através de grupos de WhatsApp, que trocam receitas para potencializar os produtos dos quintais e aumentar o valor agregado e o tempo de comercialização das mercadorias. O trabalho que foi promovido pelo Programa Semear Internacional com foco nas cadernetas agroecológicas (setembro 2019 a setembro 2020) mostra que a diversidade dos quintais potencializa múltiplas entradas no mercado, garantindo as vendas constantes com menor risco de perdas. É evidente que o fortalecimento e escalonamento da agroecologia



através desses espaços voltados para a produção de alimentos limpos é essencial enquanto uma estratégia eficaz de enfrentamento dos problemas recorrentes da COVID-19.

Alguns programas foram criados durante a pandemia no cerne dos projetos apoiados pelo FIDA que servem como referências importantes no campo da comercialização. No contexto do Projeto Viva Semiárido, no Piauí, por exemplo, foram criados dois programas para apoiar os/as agricultores/as na comercialização dos produtos – o Projeto Quitanda Virtual e o Programa de Alimentação Saudável. O Projeto Quitanda Virtual é uma ação emergencial do Governo do Estado que foi criado no âmbito da pandemia da COVID-19 e tem sido desenvolvido em seis territórios (Cocais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Canindé, Vale do Itaim e Serra da Capivara) e em sete municípios (Piracuruca, Teresina, União, Inhuma, Oeiras, Paulistana e São Raimundo Nonato), e consiste na venda de produtos da agricultura familiar por meio



de aplicativo de celular, enquanto uma nova estratégia de comercialização.

De acordo com Francisco Chagas, coordenador do PVSA, o processo de construção do projeto envolve o cadastramento de produtos como primeiro passo, além da venda e do agendamento de entrega de cestas compostas por produtos agroecológicos em estacionamentos de prédios públicos e em shoppings. A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) tem dado apoio com a plataforma, orientação técnica, embalagens e todo o material de segurança contra a COVID-19, também oferecendo serviços de som e barracas, com os devidos cuidados para evitar a aglomeração. Outra iniciativa interessante que foi citada por Leonardo Bichara, oficial de programas do FIDA, foi a construção e uso de uma plataforma "Conexão COVID Radar", dentro da qual as famílias apoiadas pelos projetos podem se cadastrar, anunciar seus produtos e fazer suas vendas.



5. Restabelecimento das feiras livres e das feiras agroecológicas

Com os circuitos curtos de alimentação, o/a consumidor/a reafirma a confiança no alimento tradicional, conectando sua tradição alimentar ao local no qual foi produzido e aos valores e saberes do/a agricultor/a que se envolveu no processo produtivo. Desta forma, associa o alimento ao conhecimento, às experiências e ao imaginário de quem produziu (MARSDEN, 2004). Nos circuitos curtos, os valores e significados coordenam as relações entre consumidor/a e produtor/a, remodelando os padrões de qualidade definidos pelo hegemônico sistema agroalimentar (MARSDEN, 2004). Já durante os webinários, os grupos focais informaram que

as feiras livres e as feiras agroecológicas aos poucos estão sendo retomadas, depois de um período de suspensão delas, o que é sinal de uma renovação nos sistemas agroalimentares locais e regionais.

Os projetos investiram em um remodelamento das feiras com maior afastamento e o número reduzido de agricultoras e agricultores comercializando seus produtos. Tal processo fez com que as famílias se organizassem para que "um/a comercialize o produto do/a outro/a", como nos informa Juliana, técnica do Centro Sabiá ligada ao Projeto Dom Helder Câmara II. Alguns projetos, como o Projeto Dom Távora em Sergipe, distribuíram máscaras e álcool em gel para reduzir o risco de contaminação ao novo coronavírus.



6. Outras propostas, novos caminhos

Novos caminhos para a constituição de um processo de fortalecimento da agricultura familiar e de consolidação de espaços e canais de comercialização no semiárido nordestino, visando estabelecer um processo de redução da vulnerabilidade, têm sido construídos pelas comunidades locais. São eles:

- 1) Fortalecimento das atividades não produtivas: algumas mulheres relataram que fortaleceram sua renda a partir de comercialização de produtos não agrícolas, como as máscaras. Essa ação contou com o apoio dos projetos estudados.
- 2) Ampliação da inserção dos jovens na manutenção e gestão dos processos de comercialização através da internet.
- 3) Oferta de cursos em atividades não agrícolas, visando ampliar as oportunidades no campo e na cidade.
- 4) Estabelecimento de uma parceria forte entre os/as agricultores/as familiares, ATC e instituições de pesquisa, ensino e extensão para geração de conhecimento voltado para os canais de comercialização da agricultura familiar.
- 5) Ampliação das estruturas de armazenamento e transporte a fim de garantir que as famílias tenham um tempo de organização sem que os produtos se percam nas propriedades.
- 6) Ampliação do processo de vacinação e renda básica para que as famílias possam voltar a comercializar seus produtos livremente, mas ao mesmo tempo, tenham sua SSAN garantida.







PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: IMPACTOS SOBRE OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

1. Introdução

A pandemia deflagrou uma maior fragilidade nas formas tradicionais de organização comunitária, uma vez que formas presenciais de se reunir e se organizar coletivamente foram suspensas. No caso das comunidades tradicionais, que constroem suas identidades coletivas a partir de processos coletivos envolvendo o compartilhamento das terras e dos recursos naturais, a pandemia trouxe restrições que dificultaram sua “razão de viver” e sua lógica de funcionamento. Por exemplo, determinadas tarefas executadas tradicionalmente em “mutirão”, que são determinantes no seu modo de operar e efetuar processos produtivos dentro dos sistemas agroalimentares, — como a organização de coletivos para plantar, debulhar e secar determinados alimentos e/ou fazer a seleção de sementes para bancos comunitários de sementes — foram modificadas no período da pandemia, que exigiu algum grau de isolamento social.

A suspensão de esforços coletivos que se integram ao tecido social de comunidades quilombolas, indígenas, fundos de pasto e pescadoras certamente teve repercussões não apenas sobre seus arranjos organizativos, mas também sobre os

significados associados à construção destas identidades coletivas nos territórios.

Por outro lado, houve fortes indícios de fortalecimento de estratégias vinculadas aos sistemas agroalimentares, por meio de novos arranjos organizativos que foram inventados a partir do uso de tecnologias e mecanismos de comunicação social no campo virtual. Embora a presença seja insubstituível quando se trata de processos de organização social, a pandemia indicou novos caminhos para conectar produtores/as com consumidores/as através de iniciativas de escoamento da produção e comercialização dos produtos alimentícios que fazem uso das redes sociais. Ao mesmo tempo, as iniciativas espontâneas e estruturadas voltadas para doações de alimentos, muitas das quais alcançaram não apenas a população rural, mas chegaram até as cidades próximas, testemunham a força dos coletivos na busca de alternativas para estreitar os vínculos de solidariedade e apoio mútuo durante uma crise agroalimentar que já estava em curso mas que, com a pandemia, se agravou e revelou, de forma aguçada, as desigualdades sociais que atravessam as realidades das comunidades rurais do Semiárido nordestino.



2. O fortalecimento de processos organizativos existentes

De acordo com Sarah Moreira do PVSA, os processos organizativos que vêm se fortalecendo há alguns anos por meio dos Projetos produtivos e Planos de Negócio — tendo como principal foco as atividades produtivas, como os quintais produtivos — têm dado um suporte para que não haja falta de alimentos durante este período crítico da pandemia.

Algumas abordagens metodológicas, como as cadernetas agroecológicas, contribuíram para fortalecer a organização social, uma vez que foram fundamentais para afirmar o papel do “quintal” na sustentação de sistemas agroalimentares, ainda mais no período da pandemia. É importante destacar que, no contexto de alguns projetos, como o Projeto Paulo Freire, no Ceará, percebe-se que os investimentos nos quintais produtivos se tornaram mais eficientes a partir de sua conjugação com um amplo leque de tecnologias sociais, tais como o reuso de águas cinzas e/ou biodigestores, que se integram à outras iniciativas no campo produtivo, como avicultura e/ou suinocultura, aliadas à uma assistência técnica de qualidade pautada nos princípios agroecológicos. Neuma Borges, técnica do PVSA, conta sobre sua experiência de acompanhamento de um grupo de 10 mulheres da Serra da Capivara que fazem uso das cadernetas agroecológicas, o que tem facilitado o fortalecimento dos processos organizativos:

Em uma reunião que foi feita, no final, deu para perceber, com um ano deste trabalho, quantificando mensalmente, que estas mulheres tiveram uma

renda de 600 reais. Cobre aquilo que era do auxílio emergencial. A produção dos quintais das mulheres destas famílias estava dando para se manter.

Outro viés importante que vem fortalecendo os processos organizativos no contexto de alguns dos projetos, como o Projeto Pró-semiárido (PSA) na Bahia, é a cultura alimentar e a sociobiodiversidade, temas que têm ganhado visibilidade a partir de uma parceria que o FIDA vem consolidando com o Movimento Slow Food.¹⁶ No contexto do Projeto “Slow Food na defesa da Sociobiodiversidade e Cultura Alimentar Baiana”,¹⁷ tem havido esforços para valorizar os produtos que se encontram ameaçados de extinção biológica e cultural¹⁸ e que devem ser preservados, os quais são catalogados através de uma metodologia chamada de “Arca de Gosto.” São alimentos que pertencem à cultura, à história e às tradições gastronômicas das comunidades e há uma percepção da importância de redescobri-los e valorizá-los para apoiar economias locais. Este trabalho de sensibilização e formação sobre os valores atribuídos aos alimentos nativos, vinculados à cultura local — por meio de intercâmbios, oficinas e diagnósticos — foi iniciado antes da pandemia pelo Movimento Slow Food no PSA e deixou um legado para as comunidades, no que diz respeito à importância dos alimentos que se inserem em cada contexto local e regional. De algum modo, este inventário de alimentos nativos representa uma estratégia eficaz para valorizar o patrimônio alimentar que se constrói a partir das produções locais, o que tem rebatimentos significativos sobre os processos organizativos, ainda mais em momentos de crise aguda. Assim, percebe-se de que modo a valorização de recursos locais no campo agroalimentar é um

¹⁶ Slow Food é um movimento social de âmbito mundial que tem como princípio básico “o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores” (site do Slow Food: <http://www.slowfoodbrasil.com>)

¹⁷ Este projeto é executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, que é ligada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (CAR/SDR) e conta

¹⁸ São adotados vários critérios para a seleção e inclusão dos produtos na Arca do Gosto: (i) apresentar características qualitativas das espécies domésticas, ou espécies selvagens e produtos beneficiados que são expressão de saberes rurais e artesanais complexos; (ii) ter qualidade sensorial especial definida pelas tradições e usos locais; (iii) ser ligados a um território e à memória, identidade e saberes locais tradicionais de uma comunidade; (iv) apresentar risco de desaparecimento com produção mais limitada. Há um formulário de inscrição com várias informações que são analisadas por comissões do Slow Food. (MAKUTA, 2018).





caminho indicado para garantir a maior sustentabilidade de iniciativas locais e regionais.

Além disso, merece destaque a construção de um Centro de Gastronomia Social em Fortaleza, Ceará, em parceria com o Movimento Slow Food, que tem oferecido cursos e oficinas voltadas para a valorização da cultura alimentar e o fortalecimento de empreendimentos voltados para a produção e beneficiamento de alimentos nativos. Lígia Meneguello, coordenadora de programas da Associação de Slow Food do Brasil (ASFB), reconhece a Escola de Gastronomia Social como sendo emblemático de

um programa ou política exemplar, que visa a recuperação de alimentos tradicionais, trazendo uma visão da gastronomia que é bem atrelada aos territórios e suas dinâmicas de construção de conhecimento em torno das tradições agroalimentares.

Por fim, é importante salientar que todas estas iniciativas — desde o processo de re-educação alimentar até a construção de agroindústrias com foco em alimentos nativos — têm contribuído para o fortalecimento das estratégias organizativas das comunidades, de modo que suas repercussões são perceptíveis durante o período da pandemia.

3. Respostas e estratégias novas para lidar com a maior fragilidade dos sistemas agroalimentares

Tanto os/as agricultores/as quanto os/as técnicos/as no contexto dos seis projetos apoiados pelo FIDA que foram entrevistados/as relatam que, em função do isolamento social durante o período da pandemia — março de 2020 aos dias atuais — o que teve rebatimentos sobre seus esforços para enfrentar a maior fragilidade dos sistemas agroalimentares. De acordo com Renilda Maria dos Santos, uma agricultora do Projeto Dom Távora, “a gente vivia de forma coletiva”: isto é, “Nós trabalhava juntos, nós compartilhava as tarefas juntos. E hoje a gente tá sem poder fazer isso por conta das orientações, dos cuidados, do medo”. Ela também lamenta que processos de convivência social que eram muito comuns, envolvendo deslocamentos — como a busca de sementes de outras localidades, ou o empréstimo de tratores para fazer a “aragem da terra” — se tornaram limitados perante as restrições impostas pela pandemia.

Várias respostas foram dadas para lidar com esta crise agroalimentar dentro dos coletivos. Em primeiro lugar, percebe-se o surgimento de iniciativas coletivas de forma espontânea. A agricultora e liderança local, Sônia Maria da Costa Sousa, que faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e que se envolveu com um projeto produtivo focado nos quintais produtivos que é gestado pela Associação de moradores/as e produtores pequenos do estado do Piauí (AMPPEPI),¹⁹ relata que na sua comunidade, composta de 45 famílias, criou-se uma dinâmica de apoio mútuo para compras na cidade mais próxima, por meio de um grupo de WhatsApp.

As pessoas que iam na cidade, um dia antes circulavam e viam o que a pessoa tava precisando da cidade,

e o que a gente podia trazer pra suprir a necessidade de cada família. E aí, a gente criou a proposta de que quem fosse, a pessoa vinha na cancela, deixava o dinheiro na sacolinha e a notinha do que queria. A pessoa chegava da cidade no outro dia com a compra.

Estudos mostram que em momentos de crise aguda, as mulheres tendem a responder de forma ágil diante dos momentos de precariedade social, apoiando iniciativas coletivas para enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais que são decorrentes da situação vivida. Na pesquisa focada nos impactos da COVID-19 sobre mulheres nos sete estados do semiárido nordestino onde os seis Projetos apoiados pelo FIDA realizam suas intervenções, Favareto (2021) constatou-se que, de acordo com 52% das entrevistadas, houve iniciativas organizadas e materializadas na arrecadação e distribuição de alimentos e cestas básicas. Estas iniciativas mais estruturadas, envolvendo a doação de alimentos, muitos dos quais compõem “cestas” agroecológicas, compostas por alimentos saudáveis, certamente têm contribuído para a consolidação de grupos comunitários no âmbito local, além de ajudar no fortalecimento de movimentos sociais de maior abrangência.

No caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que atua em parceria com PVSA no contexto do Piauí, observa-se que o movimento já vinha realizando ações de solidariedade para lidar com a crise agroalimentar antes do surgimento da pandemia, ora por meio do PAA, a partir da “compra direta”, de forma articulada com o Governo do Estado do Piauí, ora a partir de suas próprias mobilizações. De acordo com Sonia, uma das lideranças do MPA, até os dias atuais, foram levadas a cabo oito campanhas, com 10 processos de doação, totalizando 80 toneladas de alimentos que foram levadas prioritariamente para a periferia de Picos — a maior cidade da região —, mas também para os municípios pequenos, como

¹⁹ Este projeto produtivo, que iniciou em 2018 no contexto do “Projeto Viva o Semiárido” (PVSA), envolve 98 agricultores/as de 3 territórios e 10 comunidades.



Francisco Sandi, Geminiano, São João da Vajota, Santa Cruz, Campo Grande e Jaicoz. Estas iniciativas se fortaleceram durante o período da pandemia.

No caso do estado do Piauí, em particular, o que se nota é que houve um estreitamento dos vínculos institucionais também em função de uma série de programas e políticas que foram implementados neste período da pandemia, e que exigiram esforços de articulação interinstitucional no campo político. Neste sentido, destaca-se a elaboração de

um plano emergencial que incluiu ações como PAA Covid, Quitanda Virtual, o Crédito Fundiário, o Progere II e o Programa de Alimentação Saudável (PAS). De acordo com Marcia Mendes Santos Araújo, técnica do PVSA, as relações de parceria entre organizações não governamentais e governamentais se estreitaram ao longo do período da pandemia, sendo que, como ela mesmo afirma: "se fizer o diagrama de Venn, vamos ver que antes da pandemia, aparecem poucas instituições, mas após a pandemia apareceram mais instituições".



4. Novas estratégias organizativas para efetivar a comercialização dos alimentos por meio dos recursos do campo virtual

Merece destaque a adaptação ao modo de entrega via delivery perante a ausência de quitandas e feiras, o que também acarretou a criação de novas formas de organização, além do fortalecimento das existentes. No caso do Projeto Pró-semiárido, a cooperativa Coopercuc, que já era conhecida na região como uma cooperativa de caprinocultura e fruticultura, se reorganizou durante a pandemia com o propósito de fazer delivery, no intuito de localizar os produtos feitos por cooperados/as por região e construir uma logística para trazer os mesmos para venda em um ponto focal dentro da sede da Coopercuc.

Processos organizativos que já estavam em curso foram moldados por novas oportunidades que se apresentaram durante o período da pandemia, de acordo com a demanda pela fabricação de máscaras e outros itens de higiene. Grupos que já eram estruturados para corte e costura, como um grupo de mulheres acompanhado pelo técnico Clerison dos Santos Belém do PSA, na comunidade de Malhada da Areia, do território rural Flor de Caatinga no Sertão de São Francisco, Juazeiro – Bahia, mudaram o rumo de suas atividades produtivas, se envolvendo na fabricação de máscaras, pelo fato de ser uma atividade mais rentável.²⁰ Também percebe-se que aqueles grupos que eram mais voltados para beneficiamento e processamento de alimentos, por exemplo, diversificaram seu campo de atuação, adentrando na fabricação

de remédios caseiros para a promoção da saúde, no que diz respeito à prevenção ou combate de doenças.

Há distintas formas de efetivar ações de forma coletiva. Por exemplo, o transporte tem sido um ponto chave para a organização coletiva das vendas. Em diversas comunidades rurais, informalmente ou formalmente, o trabalho coletivo foi um fator importante para a busca de soluções no que diz respeito ao transporte, embalagem dos produtos e distribuição das tarefas para interlocução com consumidores/as no campo virtual. No estado do Piauí, técnicos/as do PVSA relatam que o Governo do Estado, através da SAF e seus parceiros, tem distribuído caminhões para o transporte dos produtos dos/as beneficiários do PAA, PNAE e PAS²¹, e que em parceria com o Governo Federal, foram distribuídos 74 caminhões para as prefeituras para facilitar os deslocamentos nos processos de entrega de produtos alimentícios.

O uso do campo virtual para embasar os processos organizativos ligados às atividades de comercialização se intensificou durante a pandemia. O WhatsApp se torna um aliado para a divulgação dos produtos para instituições parceiras, que no contexto de alguns projetos, como PSA na Bahia, viabilizam a exposição e venda de produtos oriundos das comunidades em barrquinhas dentro dos seus escritórios (sedes). Agricultoras como Jaciara Ladislau Leobino, que é uma das beneficiárias do projeto Pró-semiárido na Bahia, criou um grupo no WhatsApp e uma conta no Instagram para fazer entregas de sacolas/cestas agroecológicas no delivery dentro do município de porta em porta. Muitas destas iniciativas são

²⁰ Cabe destacar que, dentro deste edital que foi lançado, entre os 603 empreendimentos que foram habilitados pelo Governo do Estado para fabricação de máscaras artesanais de proteção facial, pelo menos três associações estão sendo acompanhadas diretamente pelo Projeto Pró-Semiárido. São elas, a Associação de Desenvolvimento Alternativo Rural Comunitário (ADARC), no município de Antônio Gonçalves, a Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Sertaneja FM, em Juazeiro, e a Central das Associações da Agricultura Familiar do Território do Piemonte Norte do Itapicuru, em Senhor do Bonfim. Esses grupos estão à disposição para ofertar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) para as prefeituras municipais, consórcios públicos e para organizadores e promotores locais e regionais de campanhas de uso das máscaras, como meio efetivo de contenção da COVID-19, como têm orientado os diversos órgãos de controle da pandemia.

²¹ PAS é um programa de alimentação saudável que foi criado pelo "Fórum de gestores do nordeste". Maiores detalhes sobre este Programa podem ser encontrados no Capítulo sobre "Políticas públicas" dentro deste Relatório.





co-coordenadas entre diversas famílias dentro das comunidades locais, de modo que as dinâmicas organizativas vinculadas às entregas sejam potencializadas.

Inovações tecnológicas também foram criadas durante o período da pandemia para facilitar o fluxo de informações entre os/as agricultores/as, os mercados e as instituições governamentais e não governamentais. A técnica de campo da ATER no Alto Sertão, Alagoas, do Projeto Dom Helder Camera Helder II, Tanihely Costa, conta sobre a invenção de um aplicativo, Agro + Perto, que é um meio

de comunicação entre o/a produtor/a e todo o estado de Alagoas, e que tem como objetivo tornar acessível o acesso à informação e permitir que pequenos produtores se comuniquem com os mercados de forma simples e eficaz. A ferramenta possibilita a compra de gêneros alimentícios por meio de programas como o PAA, PNAE e outros de compras institucionais. De acordo com Tanihely, este aplicativo possibilita estabelecer uma via de comunicação direta com os/as beneficiários/as diretos/as e consumidores/as, de modo que seja reduzida a dependência dos intermediários/ atravessadores.

5. Realização de feiras “on-line” durante a pandemia e suas repercussões no campo organizacional

Também, houve adaptações de modalidades organizativas, como feiras, que é um dispositivo que contribui para os processos de organização social, não apenas pelo fato de proporcionar possibilidades de venda, mas também em função do seu papel na construção de vínculos interpessoais, através das dinâmicas de sociabilidade que proporciona entre diversos atores sociais. Vários/as autores/as da área de Sociologia Rural e Estudos de Campesinato trazem uma noção mais ampla da “feira”, que vai além de sua funcionalidade econômica, mostrando seu papel enquanto um espaço que promove novas formas de sociabilidades e convivência; de resgate cultural; de construção de processos de “territorialização”; de práticas de reciprocidade, uma vez que na feira acontece também muitas interações a partir da troca de conhecimentos e práticas; e de autogestão, na medida em que este dispositivo representa um exercício de autonomia perante o Estado (SHERWOOD, 2018; PALMEIRA, 2014; GARCIA-PARPET, 2002).

Assim, uma vez que as feiras cumprem múltiplas funções sociais, é interessante observar de que modo houve experiências de adaptação desta modalidade organizativa durante o período da pandemia para ser on-line, como a que foi desenvolvida pelo Instituto Antonio Conselheiro (IAC), que atua no contexto do Projeto Paulo Freire (PPF) no Ceará, merecem destaque.

É evidente que adaptar um dispositivo como uma “feira”, que envolve o engajamento de diversos atores de forma articulada, para ser “on-line”, não consegue manter todas as características que são inerentes a um processo vivencial e que dependem dos processos de interação social. IAC é uma das poucas organizações ATER no semiárido do Nordeste que vem construindo uma metodologia inovadora para construção de

feiras no campo virtual, que envolve as seguintes dimensões: (i) a construção de um catálogo que mostra a variedade dos produtos por meio de imagens visuais (fotos); (ii) o direcionamento de orientações para os/as agricultores/as sobre as formas de fazer a postagem dos produtos nas redes sociais; (iii) a organização de grupos de WhatsApp de acordo com os interesses de cada agricultor/a para venda e compra de produtos agroecológicos.

Dois tipos de feiras on-line vêm sendo desenvolvidas desde outubro de 2020: (i) quatro feiras comunitárias, envolvendo quatro municípios e oito comunidades; e (ii) uma feira agroecológica virtual do município de Ipu, composta por 13 famílias engajadas no processo produtivo que buscam escoar sua produção para consumidores/as das cidades próximas.

Em relação à segunda iniciativa, é importante ressaltar que a Feira Agroecológica Virtual do Ipu, que foi iniciada em 1º de outubro de 2019, e que está a caminho da 10ª edição, envolve diretamente 13 famílias que ofertam em média 40 variedades de produtos primários e processados para a população da sede do município, incluindo outras comunidades rurais. O valor movimentado até os dias atuais é de R\$ 7398,00.

Alguns aspectos inovadores desta experiência devem ser sublinhados: (i) o desenvolvimento de novos produtos a partir do alimento *in natura* (banana): banana chips e banana passa — o que demonstra o processo criativo que se deflagra quando famílias manipulam determinados alimentos e se envolvem na produção dos derivados do beneficiamento da produção; (ii) o uso de algumas estratégias de divulgação, tais como os folhetos e cards que foram pregados em lugares estratégicos no centro das cidades, e que incluíram uma tabela de preços; (iii) o papel da equipe técnica nas sistematizações dos pedidos, na organização das cestas e nas entregas de Zé Delivery. Os/as agricultores/as envolvidos/as atestam a participação majoritária das mulheres nestas iniciativas e



buscam alternativas para manter esta iniciativa ao longo do tempo, a partir da construção de uma “caixa coletiva”, que cobre os custos associados à taxa de entrega dos insumos.

Cabe destacar que houve uma grande variedade de alimentos vendidos nas duas modalidades de feiras virtuais, chegando a ser 55 tipos de produtos no total durante o período da pandemia. É interessante observar que o processo de apresentação dos produtos nas redes sociais para viabilizar a comercialização era, de algum modo, uma tática que estimulava a ampliação dos produtos ofertados. Na medida em que produtos alimentícios novos fossem postados pelos/as agricultores/as – de forma visual, com imagens –, o interesse por diversificar a oferta e trazer mais alimentos para as feiras virtuais aumentava proporcionalmente.

Outra questão que merece destaque e que tem rebatimentos sobre os processos organizativos nos territórios rurais tem a ver com o estreitamento das práticas de compra de produtos entre as comunidades da mesma região, de modo que se consolide uma rede local e regional de abastecimento agroalimentar ao mesmo tempo em que se nutre e se aquece a economia local. Como se torna evidente no caso das feiras virtuais ou os serviços de entrega de cestas, muitos clientes/

consumidores/as também são agricultores/as de outras comunidades rurais. Por assim dizer, neste processo dinâmico de divulgar os produtos alimentícios nas redes sociais e grupos de WhatsApp, muitos agricultores tiveram a oportunidade de vender para as pessoas que moravam nas propriedades rurais do seu entorno e descobriram que alguns dos produtos que compravam nos centros urbanos eram produzidos por seus vizinhos (CENTRAL DA CAATINGA, 2021).

Também, cabe aqui uma reflexão sobre o alcance dos processos organizativos que brotam nestas comunidades rurais do semiárido brasileiro e sua vinculação com os/as consumidores/as das áreas urbanas circundantes. Diversos depoimentos foram coletados durante os webinários e nas entrevistas individuais com informantes-chaves sobre o fato de que tem havido uma maior procura de alimentos enquadrados como “alimentos saudáveis” e “de qualidade” por parte de consumidores/as das cidades próximas. A intensificação das inovações no processo de comercialização – via entrega de cestas agroecológicas ou via a realização de feiras on-line – são conectadas com a manifestação de um maior interesse por alimentos que garantem a segurança alimentar e nutricional por parte dos grupos de consumidores/as dentro e fora das comunidades locais.



6. Conclusões Finais

Diante de um contexto de precarização das condições de vida das populações rurais, vislumbramos a expansão de diferentes modos de relacionar tanto com os/as consumidores/as quanto com os serviços de assistência técnica. Novas estratégias organizativas surgem para vincular os polos de produção e consumo, possibilitando a correlação e interdependência entre estes atores sociais.

Em diversos contextos, testemunhou-se de que modo a expansão de atividades de comercialização reflete o fortalecimento de grupos comunitários, associações e cooperativas. Embora as feiras presenciais, que são consideradas espaços significativos para nutrir as trocas, a convivência e a venda de produtos de qualidade, tenham sido reduzidas devido às restrições, outros espaços foram criados para possibilitar alinhamentos estratégicos em torno de ações de autoconsumo, troca, doação e venda de produtos alimentícios.

O fortalecimento dos processos organizativos também serve como uma base para os processos de incidência política. Dentro de um contexto conturbado e turbulento que descortina um processo veloz de desmonte de políticas públicas, tornou-se ainda mais difícil garantir espaços de participação na construção de programas e políticas de segurança e soberania alimentar, como os CONSEA estaduais e municipais.²² No entanto, é inegável que espaços de gestão de políticas públicas em SSAN ao nível estadual e municipal que sejam multisetoriais e representativas das bases, em articulação com espaços estratégicos de tomada de decisão, como o Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do Nordeste, respaldam as intervenções dos grupos alvos dentro de projetos e programas no campo de desenvolvimento agrícola. Assim, é fundamental continuar afirmando as funções de espaços de controle social, como os CONSEA e os CONDRAF, nas comunidades e territórios do semiárido nordestino, de modo que as estratégias organizativas dos diversos coletivos – associações, grupos comunitários, cooperativas e agroindústrias – sejam interligadas com os processos de incidência política.

²² Para garantir a complexidade de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em 2006 (Lei nº 11.346/2006), com o objetivo coordenar a PNSAN, de forma intersetorial e garantindo a participação social. Por este motivo, foram definidos como componentes do Sistema: as Conferências e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para garantir a participação da sociedade civil na construção de diretrizes para execução da política, e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para coordenar os órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas.







POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Políticas públicas de SSAN no contexto da pandemia

É importante fazer uma contextualização do histórico de construção das políticas públicas no campo temático de segurança alimentar e nutricional para entender o papel que ela desempenha durante o período da pandemia de 2020 a 2021. O que se observa é que o momento da pandemia joga luz em lacunas existentes, especialmente no que diz respeito às políticas de compras públicas, que têm ocupado um lugar de inovação na política brasileira há tantos anos e que vêm sendo desmontadas pelo Governo Federal durante os últimos cinco anos. Ao mesmo tempo, mostra a importância de medidas e políticas paliativas e emergenciais, como “Bolsa Família” ou “Auxílio Emergencial”, que aliviam, de forma temporária, problemas estruturais como a pobreza rural. Embora seja evidente que não são soluções duradouras para o semiárido nordestino, é inegável que tenham cumprido um papel fundamental na mitigação das situações de precariedade social que se agravaram durante esta crise.

As primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas pelo fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, meio ambiente, acesso à terra, reforma agrária e o desenvolvimento rural. Muitas dessas políticas chegaram efetivamente às famílias do semiárido. Em alguns dos projetos apoiados pelo FIDA, como o PSA, houve a contratação de assessores/as voltados especificamente para apoio de políticas públicas, localizados/ nas URGP – Escritórios regionais –, o que facilitou o acesso a políticas públicas no campo da agricultura familiar por parte dos grupos atendidos. Em outros, como o Projeto Paulo Freire, no início do seu ciclo de implementação, houve uma série de capacitações sobre o tema de políticas públicas, justamente para aumentar o acesso das famílias a essas políticas e incentivar a inserção de lideranças nos espaços de gestão e monitoramento de programas e políticas ao nível dos territórios.

Os relatos destacados abaixo ilustram o processo de ampliação de conhecimento e acesso às políticas públicas por parte dos/as beneficiários/as das ações nos seis projetos apoiados pelo FIDA no semiárido do Nordeste:

42 acessos ao PRONAF, DAP (ainda está apurando os dados), 33 acessos à Garantia Safra (mas não está disponível em todos os municípios). (Juliana, gestora/PDHC II)

Garantia safra, DAP, Salário Maternidade, crédito rural – PRONAF, programa primeira água, CAR, Programa de Sementes. (Tanihely, técnica/PDHC II)

PAA estadual, Programa de alimentação escolar. (Marta, ATC/PVSA)

Acessaram o Programa de Alimentação Saudável-PAS (versão estadual do PAA), Programa de distribuição de sementes e mudas (estadual), Programa de Subsídio de Energia para Irrigação e Agricultura (Estadual), PRONAF; Crédito de Fomento pela Agência Piauí Fomento e o auxílio emergencial. Apoio da secretaria de agricultura para comercialização a partir das plataformas Piauí Delivery e Quitanda Virtual. (Francisco Chagas, coordenação/PVSA)

Foram implantadas políticas emergenciais e paliativas, como o Auxílio Emergencial, que foi instituído durante a pandemia, e que estabeleceu medidas excepcionais de proteção social durante o período de pandemia decorrente do coronavírus, apoiando as famílias de trabalhadores informais no acesso a direitos básicos, como a alimentação, apresentou limitações nas suas modalidades de execução. Houve dificuldades para acessar o benefício, como o acesso limitado à internet e aos aparelhos tecnológicos necessários para realização do cadastro (SANTOS et al, 2021).

Geovana França, técnica da organização CEALTRU, que atua no contexto do Projeto Paulo Freire no Ceará enfatiza que a

suspensão de contratos firmados com os municípios para a gestão de PNAE tem acarretado impedimentos no armazenamento de produtos que tinham sido produzidos originalmente contando com este canal de comercialização. Pondera que organizações como CEALTRU apoiaram ações voltadas para a doação de alimentos, o que fez com que alguns alimentos não fossem desperdiçados, mesmo assim, os obstáculos no que diz respeito ao escoamento da produção perduram.

Algumas prefeituras pararam de solicitar o fornecimento de alimentos para PNAE, apesar de poderem fazer a doação desses produtos para as famílias, optaram por fazer esta ação apenas com os produtos de estoque, como bolachas, macarrão e arroz. Neste sentido, os/as agricultores/as que planejaram esse fornecimento e armazenaram, estão correndo o risco de perderem seus produtos, se não encontrarem mercados alternativos para venda, pois ainda aguardam o retorno dos contratos firmados com os municípios. Ocorreram iniciativas de doação de alimentos, mas não muito inovadoras, quando a equipe do CEALTRU contribuiu no apoio a algumas famílias que foram acometidas por doenças e até pelas consequências inesperadas das chuvas. (Geovana França, PPF, 2021)

Contudo, vale destacar que foi no âmbito do PNAE que a pandemia parece ter promovido mais intercorrência. Com a suspensão das atividades escolares, houve a interrupção do fornecimento de alimentos, impactando a renda de diversos agricultores e agricultoras. Os relatos dos participantes registram os esforços dos agricultores/as de incluir seus produtos na lista de aquisições do programa e avançar na aquisição de produtos da agricultura familiar, como determinado na legislação da alimentação escolar.

Pra merenda escolar alguns municípios já conseguiram dar passos largos, agora tem o município de

Queimada Nova entregando para o Estado, pro PNAE do Estado. (Sonia, agricultora/PVSA)

Houve diminuição das rendas por não terem, também, um retorno de fornecimento para o PNAE pela associação de mulheres que encaminharam derivados da mandioca para as escolas – essa renda não existe mais (Raimunda, agricultora/PSA)

A gente consegue fazer formação, como também, articular o acesso a essas políticas. O PAA eles conseguiram acessar o ano passado, as entregas encerraram agora em junho. Talvez consigam ampliar com um aditivo: o PNAE. Existe uma esperança para esse ano de conseguir ampliar o número de acessos, principalmente os acessos individuais dos agricultores, a partir da feira. (Bruno, ATC/PSA)

Em alguns casos, como no estado da Bahia, a mudança no procedimento para viabilizar o acesso dos alunos a merenda escolar – o governo forneceu um cartão com um crédito para aquisição de alimentos em estabelecimentos previamente credenciados – inviabilizou a aquisição de produtos da agricultura familiar, como foi registrado no relato abaixo.

Ressaltou que o município não procurou a comunidade e que estavam passando dificuldade, mas que em virtude do conhecimento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), os/as agricultores/as entraram em contato para entregar o percentual mínimo da produção para a entrega dos kits de alimentação, só que sem os produtos da agricultura familiar. Já o Estado da Bahia produziu um cartão e deixou a agricultura familiar de fora e para o Estado não foi possível entregar nada pelo PNAE. Salienta sobre o cartão que foi dado no estado da Bahia, que era cadastrado em mercados específicos e não dava para



colocar agricultura familiar. Então, não teve como dialogar com as cooperativas, com os/as agricultores/as. Deixou agricultura familiar fora deste processo aí. (Jacira, agricultora/PSA)

PNAE – com distribuição de alimentos e renda de R\$ 60,00 no cartão. (Sarah Luiza Moreira, Assessora de gênero, raça e etnia/PVSA)

É perceptível que o uso do cartão como veículo para a compra de produtos alimentícios tem acelerado um processo de afastamento das pessoas dos hábitos alimentares enquadrados como “tradicionais”: os alimentos nativos que fazem parte da tradição cultural dos povos do semiárido nordestino. No caso da transformação do PNAE em uma política de transferência de renda que privilegia o uso do cartão, a facilidade de compra e de preparo de alimentos industrializados vendidos nos mercadinhos locais fizeram com que muitos dos hábitos alimentares tradicionais ficassem em segundo

plano. Isso gera uma reflexão crítica sobre a interferência de políticas na construção dos hábitos alimentares; enquanto existem medidas que valorizam a produção local como fonte de alimentação, como PNAE e PAA, outras modalidades – principalmente as políticas de transferência de renda – reforçam os produtos comprados nas redes de armazéns e supermercados. No caso do PAA, é importante sinalizar que a aprovação tardia e com pouca disponibilidade de verbas da Medida Provisória nº 957 acarretou o adiamento da execução da compra de alimentos da agricultura familiar.

Dentro da instância do Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do Nordeste, que foi criado em 2015, houve uma articulação interestadual para construir o Programa de Alimentação Saudável (PAS), que tem sido uma alternativa importante para o fornecimento de alimentos da agricultura familiar para diversas instituições (abrigos, igrejas, fundações e entidades de caridade) diante a diminuição de recursos federais para o PAA.



Francisco Chagas, Coordenador do Projeto Viva Semiárido no Piauí, relata que Piauí foi o primeiro estado do Nordeste a executar PAS por meio da modalidade de doação simultânea, em função de uma lei específica, e que até o momento atual, tem utilizado aproximadamente R\$ 650 mil, mas continua negociando outros recursos para garantir sua continuidade. O programa, que atua dentro do PRO Piauí/PRO Social, e conta com o apoio da Seplan e Emater, beneficia agricultores e familiares com a venda dos seus produtos por um preço digno, sem a presença dos/as atravessadores/as, o que tem se tornado cada vez mais pertinente neste período crítico da pandemia, diante do fechamento de diversos espaços de interlocução direta com consumidores/as, como as feiras. Por outro lado, ajuda as famílias nas comunidades que têm vivenciado situações agravantes de insegurança alimentar desde o surgimento da pandemia no início de 2020 e que são atendidas por meio das entidades socioassistenciais. Francisco Chagas ressalta que foi construído um edital para fornecedores no qual hoje consta 20 entidades cadastradas formalmente para fornecimento de alimentos, mas ainda continuam o processo de cadastramento de outras, o que indica a possibilidade de incluir mais grupos produtivos no âmbito das comunidades, muitas das quais estão dentro da área de abrangência do PVSA.

Um outro aspecto apreendido dos relatos dos/as participantes do estudo estava relacionado à política de ATER. É

importante sinalizar que os relatos demonstram os efeitos da pandemia sobre os próprios serviços de ATER, uma vez que, em determinados locais o quadro de funcionários com idade mais avançada levou ao isolamento social mais rígido e por maior tempo das equipes. Também, a falta de equipamentos telefônicos e serviços de internet dificultou o acompanhamento ou a realização de atividades remotas, como verificado em algumas unidades.

Em relação a ATER, principalmente as de Emater, foram as que mais sofreram com a pandemia, pois o quadro de funcionário envelhecido, quase todo mundo é de risco e não pode estar presencialmente, mas constatamos a presença de técnicos. Apesar do esforço, a organização fica comprometida, com as mulheres, e a capacitação, pois tínhamos várias capacitações, e apesar do esforço, fica uma lacuna. Nem todas têm acesso à internet, outra dificuldade é fazer os questionamentos nas atividades on-line. Com insegurança de perguntar, inibida. Nos vemos como uma ferramenta que dá conta, mas que complementa e alivia a distância, não é como fazer uma assistência técnica presencial, é comunicação e contato. Não tem como fazer extensão rural neste formato. Por mais esforço, o formato deixa a desejar. Devemos pensar na universalização deste acesso. (Marcia, ATC/PVSA)

2. Papel do FIDA para ampliar e qualificar o acesso da população rural do semiárido a SSAN por meio de ações estratégicas e políticas públicas

Consta no Marco Operacional do FIDA os resultados estratégicos esperados em decorrência dos investimentos nos países. Espera-se que os projetos agrícolas sensíveis à nutrição possam dar forma aos sistemas alimentares locais, de maneira a contribuir para o desenho de dietas nutritivas; que promovam a comunicação para a mudança de comportamento e uma educação nutritiva efetiva; e que contribuam para a igualdade e o empoderamento das mulheres de maneira que melhorem a sua nutrição e de sua família (PADULOSI, 2017).

O FIDA, como instituição internacional, vem percebendo que é preciso garantir formas de assistência emergencial para lidar com os crescentes impactos socioeconômicos negativos sobre os sistemas agroalimentares dos segmentos mais pobres e vulneráveis do mundo. Ao mesmo tempo, espera-se que, durante a atual pandemia, a demanda por assistência oficial, particularmente no setor rural, possibilite respostas a longo prazo e de forma duradoura por meio de ações estratégicas que atinjam os problemas estruturantes. O engajamento do FIDA no processo de "scaling up", isto é, a definição de ações bem-sucedidas que possam ser adaptadas para outros contextos e ampliadas para outras escalas, faz parte de um processo de identificação de políticas públicas que se

destacam, além de refletir uma preocupação com processos de incidência política no contexto dos projetos.

Assim, há também um investimento, por parte do FIDA, no fomento de espaços de gestão de políticas públicas dentro da região semiárida do Nordeste no Brasil. Espaços de gestão interinstitucional que juntam atores sociais de diversos estados do Nordeste, como o Fórum de Secretários e Gestores de Agricultura Familiar do NE e o Consórcio de Governadores do Nordeste, que representam plataformas promissoras para a gestão de políticas dentro do campo temático de SSAN de forma articulada. Tem representado espaços de inovação no plano político por meio da construção de programas e políticas que atendem demandas específicas, especialmente em três campos: ATER, PRONAF e Políticas de compras públicas. Por exemplo, no ano de 2021, o FIDA em conjunto com o Fórum, vem apoiando um sistema integrado de compras públicas que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Cabe destacar que estes dois espaços têm um papel primordial na gestão de uma crise agroalimentar que é desencadeada pela pandemia em todos os níveis. A seguir, no último capítulo desta publicação, algumas proposições serão apresentadas que poderiam ser focadas nos Planos de Ação destes espaços estratégicos no próximo período, de modo que haja respostas duradouras e eficazes para lidar com os processos de precariedade social que a pandemia desponta nas diversas regiões dos estados nordestinos.







CONCLUSÕES FINAIS

1. Apontamentos acerca dos diversos efeitos da pandemia sobre os sistemas agroalimentares

Ao longo desta publicação, foi possível visualizar as múltiplas dimensões da crise agroalimentar que foi agravada pela pandemia e que teve impactos perniciosos sobre os/as agricultores/as familiares, assentados/as e moradores/as de comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais na região semiárida do Nordeste do Brasil. Inegavelmente, o país volta a colocar o direito humano à alimentação e nutrição adequada em ameaça, depois de, ao longo de 15 anos, ter conseguido construir medidas e políticas eficazes para retirar milhões de pessoas de situações de extrema pobreza, e deixar de ser incorporado formalmente ao *Mapa Mundial da Fome* em 2014, de acordo com o relatório *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo*, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Estamos diante de um quadro de retrocessos enormes no que diz respeito à precariedade social e à insegurança alimentar das populações rurais e urbanas no território nacional, uma vez que Brasil "já voltou ao Mapa Mundial da Fome."

É evidente que os distanciamentos, quarentenas e isolamentos sociais, que foram de fato medidas necessárias para controlar o índice de contaminação, têm tido rebatimentos sobre os processos de produção e comercialização de alimentos de qualidade oriundos das comunidades rurais, e, por consequência, têm acarretado a redução das fontes de renda para famílias agricultoras. Os circuitos curtos de comercialização são extremamente importantes na manutenção dos sistemas agroalimentares e na dinamização da economia local. Contudo, o fechamento de alguns destes canais de escoamento e comercialização da produção agrícola, como testemunhamos com a suspensão das feiras locais e regionais, trouxe enormes prejuízos, ainda mais por causa do papel que a feira exerce na costura de relações econômicas e não monetárias e no fortalecimento do tecido sociocultural dos territórios rurais.

Aliado a isso, observamos também o aumento dos preços dos alimentos nos mercados convencionais, o que reforçou as práticas de autoconsumo e provocou mudanças nos hábitos alimentares dos/as agricultores/as; a título de exemplo, há inúmeros relatos sobre a redução na compra de produtos industrializados e ultraprocessados. Em muitos casos, o que era estocado para escoamento da produção passa a ser consumido, o que traz repercussões sobre os hábitos de consumo e evita desperdícios.

A pandemia nos provoca a olhar mais detidamente para as dimensões culturais, sociais e ambientais das práticas alimentares, para que seja possível validar a potência de alimentos nativos e diversificados, muitos dos quais vêm sendo relegados ao lugar de "menos valia", à margem da economia local, mas que historicamente tem representado alternativas para sanar a fome em épocas de insegurança alimentar. Como ficou perceptível nos relatos de agricultores/as e técnicos/as durante a fase do diagnóstico do estudo realizado, a retomada das práticas de doação e troca não monetárias recuperam o valor de uso da produção diversificada e estimulam a solidariedade dentro da comunidade, diante do atual cenário de distanciamento social, redução das idas aos mercados locais e aumento nos preços dos alimentos. Reforçam o papel dos arranjos produtivos com bases sustentáveis — ainda mais em espaços de produção que muitas vezes foram vistos como secundários, como os quintais —, para o autoconsumo, doação e troca, de modo que seja consolidado um sistema de abastecimento local e regional de alimentos saudáveis.

Como diz Egnaldo Gomes Xavier, técnico em Desenvolvimento Agroindustrial do Projeto Pró-semiárido (PSA) na Bahia, "a cultura de produzir vem sendo reforçada com efeito pandemia", isto é, embora a pandemia suscite uma maior precarização da vida econômica dos agricultores/as ao nível local, também vem provocando uma intensificação dos processos produtivos voltados para a sustentação das comunidades.



Como vem mostrando Clélio Villanova, técnico do Projeto Dom Távora em Sergipe, ao fazer um balanço dos Planos de Investimento, gerenciados pelas associações comunitárias, foi perceptível que o percentual de autoconsumo é maior do que o valor previsto para tal no planejamento inicial dos empreendimentos. Sem dúvida, isso afirma a importância de fomentar processos produtivos que sejam voltados para o autoconsumo e o abastecimento local. Ao mesmo tempo, observa-se uma dinamização das dinâmicas inerentes aos agrossistemas, resultando, por exemplo, no maior índice de formas de reaproveitamento dos alimentos e insumos dentro deles; por exemplo, a produção de esterco a partir da criação animal — em determinadas atividades produtivas, como ovicultura —, tem estimulado a proliferação de hortas comunitárias em diversas comunidades acompanhadas pelos projetos apoiados pelo FIDA.

A pandemia trouxe uma série de mudanças no sistema agroalimentar que impactaram os dois polos — tanto o polo de produção, quanto o polo de consumo. Isso revela para nós algo que já era sabido há tanto tempo — a conexão entre produção e consumo dentro da cadeia agroalimentar, e portanto, a necessidade de propor e integrar ações estratégicas que ajudem no escoamento de uma produção de qualidade, por um lado, e na transformação dos hábitos alimentares dos/as consumidores/as, por outro lado. Tem havido muitos relatos por parte de agricultores/as nas áreas rurais sobre o aumento na procura de alimentos agroecológicos por parte de consumidores das áreas urbanas, embora não haja dados empíricos sobre a elevação de compra de alimentos agroecológicos no polo do consumo.

Durante os encontros virtuais com grupos focais e entrevistas individuais, muitos/as agricultores/as contaram sobre o aumento na procura de determinados tipos de alimentos que tem um poder medicinal, no sentido de reforçar o sistema imunológico, o que revela as preocupações com a saúde no



meio de uma crise sanitária desta natureza. Alguns agricultores/as relatam que “mel”, que era um alimento que fazia parte do “estoque” das famílias, recentemente passou a ter “mais saída”, uma vez que o interesse por este tipo de produto intensificou por parte de consumidores/as das próprias comunidades rurais e cidades próximas.

A aproximação entre consumidores e produtores por meio de novas estratégias de comercialização que fazem uso do campo virtual é um dos efeitos da pandemia. Indubitavelmente, a organização de cestas abertas ou fechadas, com entregas a domicílio ou em pontos coletivos de referência, vem facilitando o acesso dos consumidores/as a alimentos limpos e

saudáveis. Também, é evidente que muitas destas iniciativas desenvolvidas durante a pandemia — especialmente “as feiras virtuais e as vendas pelo WhatsApp”, que exigem uma adaptação no campo da comercialização — também envolvem ajustes na forma de efetivar ATER por parte dos/as técnicos/as, ao mesmo tempo em que não deixam de fazer parte do que poderíamos chamar um “ATER diferenciado”. Muitas destas iniciativas estão sendo identificadas e organizadas dentro de um processo de mapeamento de ações de abastecimento alimentar ao nível nacional: “Ação Comida de Verdade”, que está sendo coordenado por uma articulação de 13 organizações comprometidas com a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.



2. Repercussões no campo político: A necessidade de políticas estruturantes que promovam a segurança alimentar e nutricional no semiárido nordestino

Algumas políticas públicas de caráter emergencial, como o benefício do Auxílio Emergencial — a principal medida compensatória que foi criada justamente para reduzir os impactos nocivos da crise sanitária sobre o emprego e a renda —, têm sido insuficientes para superar a condição de insegurança alimentar das famílias. Embora medidas que mitiguem os impactos de uma crise multidimensional — como a pandemia — não deixam de surtir alguns efeitos importantes, é preciso buscar formas de reativar, rearticular e reformular políticas públicas duradouras que busquem encontrar soluções para as causas estruturantes dos problemas que surgem nos diferentes pontos dos sistemas agroalimentares. Além disso, é importante ressaltar que a crise sanitária, socioeconômica e de cuidados provocada pelo avanço do vírus tem colocado na mesa um debate urgente sobre a necessidade de construir políticas públicas que possam tornar visível, reconhecer e valorizar o trabalho de cuidados — um trabalho historicamente realizado por mulheres e, portanto, invisibilizado pelo modelo de economia convencional. Por isso, no desenho e implementação de políticas públicas, precisamos nos atentar pela necessidade de considerar as duas dimensões da vida social — o campo produtivo e o campo de reprodução social —, entendendo que o incentivo aos processos produtivos e aos canais de comercialização precisa ser acompanhado por mecanismos que facilitem a distribuição e socialização de trabalho doméstico e de cuidados no âmbito familiar e comunitário. Neste momento de crise aguda, é preciso reforçar a importância das ações de ATER com a perspectiva da

inclusão social — no sentido de incorporar as preocupações e demandas específicas de mulheres, pessoas não brancas e comunidades tradicionais —, além de fomentar as linhas de crédito e os apoios aos quintais produtivos.

É sabido que tanto o PAA e o PNAE, quanto, mais recentemente, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)²³, que propõem a inclusão de produtos agroextrativistas ou da sociobiodiversidade, têm sido instrumentos importantes para orientar a ação do Estado na inserção produtiva dos agricultores/as. Representam grande importância estratégica, já que aumentam a disponibilidade de alimentos e fortalecem os circuitos locais e regionais de abastecimento. O desmonte de muitas destas políticas nos últimos anos é motivo de grande preocupação.

No contexto deste estudo, torna-se fundamental trazer para o centro deste debate o papel de políticas de compras públicas — como PAA e PNAE —, que vem suprindo lacunas na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento da categoria identitária de agricultores/as familiares/as e dinamizando a economia local e regional. Neste período de isolamento social, algumas gestões municipais não cumpriram com a Lei nº 11.947/2009, gerando um impacto diretamente na agricultura familiar e nas populações rurais, já que um dos principais mercados para esse segmento é através da venda institucional para o PNAE, o que afetou a renda das agricultoras e agricultores e desestimulou a continuidade da produção. Cabe salientar alguns esforços articulados por movimentos e organizações sociais para reverter este quadro.

Durante a pandemia, no dia 8 de abril de 2020, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) apresentou ao governo

23 A política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPMBio) é uma política que valoriza as práticas extrativistas das comunidades tradicionais, especialmente aquelas localizadas nos biomas de Cerrado e Amazônia, ao garantir preços mínimos para 17 produtos da sociobiodiversidade. Em 2018, PGPMBio completou nove anos de sua operacionalização, com mais de R\$ 49 milhões transferidos para os grupos beneficiados. (CONAB, 2018)



federal e divulgou amplamente uma carta assinada por mais de 800 organizações da sociedade civil afirmando ser necessário o aporte imediato de 1 bilhão de reais para o PAA e 3 bilhões até o final de 2021. A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, alterou a lei de 2009 do PNAE, em caráter emergencial por causa da pandemia, para garantir a entrega dos alimentos às famílias dos alunos das escolas enquanto elas estão fechadas, mas tem havido dificuldades para garantir a implementação do PNAE nas diversas regiões do Brasil.

Existem iniciativas locais e estaduais de implementação do PAA emergencial – PAA COVID –, como temos testemunhado no estado do Piauí, processo no qual o Projeto Viva Semiárido (PVSA) tem exercido um papel primordial, além do Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do Nordeste. Também, no caso do Piauí, houve a construção de uma nova política para a garantia de SSAN, chamada de PAS, que tem sido uma alternativa importante para o fornecimento de alimentos da agricultura familiar para diversas instituições (abrigos, igrejas, fundações e entidades de caridade) diante a diminuição de recursos federais para financiamento do PAA.

Como temos visto ao longo desta publicação, surgiram inúmeras iniciativas protagonizadas por associações, cooperativas

e movimentos sociais de forma espontânea para organizar doações de alimentos para grupos sociais que vivenciam situações extremas de insegurança alimentar e nutricional, o que nos alerta para o aumento de escala da agroecologia e a importância decisiva da descentralização da governança dos sistemas agroalimentares.

Por fim, ainda mais em um momento de superposição da crise econômica e sanitária em todo o território nacional, reconhecemos a importância de afirmar instâncias que têm sido fundamentais na gestão e monitoramento de políticas públicas ao nível nacional, estadual e municipal como os CONSEAs (Conselhos de SAN) e CONDRAFs (Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável). Nos últimos anos, a maior fragilidade destes espaços de controle social tem representado um retrocesso no que diz respeito às conquistas ligadas ao processo de redemocratização, como a retomada de processos expressivos de participação popular. Por este motivo, é fundamental reforçar os processos de organização social, estimulando o engajamento de grupos comunitários em instâncias que promovem a intervenção qualificada nas políticas públicas, uma vez que o movimento de pressão política “de baixo para cima” desencadeia efeitos inusitados no plano político.



3. Destaques para algumas proposições concretas que garantem o direito à segurança alimentar e nutricional ao nível dos estados e municípios da região semiárida do Nordeste

A seguir, apresentamos algumas recomendações de propostas concretas que, além de aliviar os impactos negativos da COVID-19, possam trazer novos rumos para as medidas e políticas em vigência, no intuito de buscar sua qualificação. Os projetos apoiados pelo FIDA vem construindo espaços de interlocução com diversos atores sociais— por exemplo, o caso da Comissão Estadual de Gênero para Mulheres Rurais, no estado do Sergipe, cuja criação foi estimulada por assessores/as e técnicos/as do Projeto Dom Tavora enquanto uma dimensão central de sua estratégia de “saída”, visando o encerramento do Projeto no primeiro semestre de 2021. Instâncias como estas podem servir como laboratórios para o escalonamento de políticas públicas intersetoriais focadas em SSAN e suas interfaces temáticas. É importante valorizar a construção destes espaços de gestão e monitoramento de ações inovadoras que integram diversas instituições – governamentais e não governamentais – e que possam ter um grau de influência na construção de políticas exitosas que tratam dos diferentes aspectos de SSAN – desde o acesso aos alimentos até a produção, comercialização e abastecimento deles. A pandemia colocou uma lupa nas lacunas existentes das abordagens de algumas ações e políticas no campo temático de SSAN, mas ao mesmo tempo, nos forneceu a oportunidade de debruçar sobre novas possibilidades de ação política.

Seguem algumas proposições, que foram apresentadas e discutidas no seminário final de apresentação dos resultados deste estudo, que ocorreu em julho de 2021:

(a) Promover estudos sobre a formação de preços, inclusive em nível local, nas diversas cadeias agroalimentares

com a implementação de instrumentos diferenciados de regulação dos respectivos mercados durante as várias etapas dos processos produtivos, e com atenção aos alimentos tradicionais;

(b) Atualizar a composição da cesta básica de alimentos ao nível municipal e estadual, considerando a diversidade de hábitos alimentares regionais;

(c) Garantir portarias específicas para a aquisição de alimentos nas diversas políticas públicas que sejam de produtores das comunidades indígenas, quilombolas e fundos de pasto, entre outras comunidades tradicionais, visando a conservação e valorização da cultura alimentar destes povos e dos seus sistemas agrícolas tradicionais;

(d) Viabilizar a efetivação da compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar, cumprindo o previsto na lei que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947/2009, que exige destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para compra da agricultura familiar, priorizando produtos alimentícios de diferentes segmentos, especialmente mulheres e comunidades tradicionais. Recomenda-se também uma qualificação da política de PNAE, no sentido de desenvolver ações efetivas de educação alimentar e nutricional junto à comunidade escolar que valorizam os alimentos nativos da região;

(e) Garantir a adesão dos municípios ao PAA, e priorizar e/ou fortalecer a compra de alimentos de grupos específicos de mulheres e de comunidades tradicionais;

(f) Estruturação de uma política de apoio à estocagem e abastecimento alimentar, visando a construção e ampliação de estruturas de armazenamento e transporte a fim de garantir que as famílias tenham um tempo de organização sem que os produtos se percam nas propriedades;



(g) Consolidação de um modelo de ATER descentralizado e horizontal, que busque a criação e disseminação de inovações metodológicas e tecnológicas, além de contribuir para o fortalecimento de capacidades de distintos grupos sociais por meio de processos de formação em SSAN e agroecologia;

(h) Criar medidas específicas para aumentar o grau de acesso das comunidades à internet, visando a estruturação dos

grupos para receber as demandas e ampliar os processos de venda de produtos alimentícios on-line;

(i) Incentivar o uso dos mecanismos de comunicação social para disseminação de informações sobre os valores nutricionais dos alimentos e a ecogastronomia, visando a troca de receitas e de técnicas de plantação entre os/as moradores/as das comunidades.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1998

ANDRADE, Rafael; SOUSA-FILHO, José; et al. **Pandemia se combate em rede! Desafios da COVID-19, no Nordeste do Brasil.** Revista de Administração Contemporânea, v. 25, n. Spe., e-200256, 2021.

ARSKY, Igor da Costa; SANTANA, Vitor Leal Santana; PEREIRA, Clara Marinho. Acesso à água no Semiárido: a água para o consumo humano. In.: In.: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Oscar Edni (org.). Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. FAURGS/REDEgenteSAN / IABS / AECID / MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil (2013).

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Belo Horizonte/MG, 2018

BARBOSA, Sílvia. **A importância da Interseccionalidade nos estudos de Gênero e Religião.** Association for Religion and Intellectual Life, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cros.12238>, acessado: 13/06/2021.

BATISTA, Naidison de Quintela; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In.: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Oscar Edni (org.). Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. FAURGS/REDEgenteSAN / IABS / AECID / MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil (2013).

BREITENBACH, Raquel. **Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar** Desafio Online, Campo Grande, v.9, n.1, Jan./Abr. 2021. Disponível: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26756/14736>> acessado:16/06/2021.

CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas. **Práticas de ATER Remota no contexto da pandemia** do Projeto Pró-Semiárido. **Relatório de avaliação on-line.** Piauí, junho de 2020.

COVID-19: Potencialidades, desafios e recomendações, 2021. Disponível em: Versão DIGITAL_Cartilha ATER Remota_PORTUGUÊS (1).pdf, acessado:10/06/2021.

CARVALHO, Karina de Paula. As conexões entre o sistema alimentar dominante e a covid-19: desafios à Segurança Alimentar e Nutricional no tempo presente e após. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, v. 28, p. 1-11. e 021011. 2021.

CENTRAL DA CAATINGA. **Guia de para comercialização de produção da agricultura familiar: lições aprendidas no período de pandemia e novas perspectivas.** Salvador, 2021

CFS- COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY/HLPE. Impacts of COVID-19 on food Security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic. Rome, Itália: September, 2020.

CONSEA. BRASIL/DF. "Análise dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional." Março/2014.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

COSTA, Jales Dantas. Direito humano à água. In.: CONTI, Irio

Luiz; SCHROEDER, Oscar Edni (org.). Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. FAURGS/REDEgenteSAN / IABS / AECID / MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil (2013).

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas. 2002, pp. 171–89. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/mbTpP4SFXPnJ-Z397j8fSBQQ/?lang=pt> acessado:13/06/2021.

CURADO, Fernando Fleury; SANTOS, Amaury da Silva dos; FAGUNDES, Rita de Cássia Fagundes; SILVA, Ana Cláudia de Lima; BIANCHINI, Paola Cortez. Manejo comunitário da agrobiodiversidade: produção agroecológica de sementes de variedades crioulas por agricultores familiares. Documento 237. Embrapa, 2020.

FAO, FIDA, OPAS, PMA e UNICEF. 2021. Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020. Santiago, Chile: 2020.

FAVARETO, A. "Relatório sobre impactos da COVID-19 nas mulheres do Semiárido." PSI/FIDA, 2021.

FIDA. Taller de Fortalecimiento de capacidades Agricultura y Desarrollo Rural sensibles a la Nutrición América Latina y el Caribe Panamá, 5 - 7 Noviembre 2018.

FIDA. Report of the Consultation on the Twelfth Replenishment of IFAD's Resources Recovery, Rebuilding, Resilience. Rome, February 2021.

FIDA. **Incorporar la nutrición a los programas sobre oportunidades estratégicas nacionales y los proyectos en la fase de diseño.** Guía practica, 2019.

FORTINI, Rosimere Miranda. Relatório de resultados: FIDA no Brasil 2020. BRAGA, Marcelo José (Coordenador). Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021.

GARCIA-PARPET, Marie France. ([1986] 2002), "Representações científicas e práticas mercantis camponesas". *Raízes*, 21 (2): 196–211. Disponível em http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_21.pdf

JALIL, Laetícia Medeiros; SILVA, Luiza Carolina; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. O impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais do nordeste do Brasil (sem data e local de publicação).

KHORSANDI, P. 2020. WFP chief warns of 'hunger pandemic' as Global Food Crises Report launched. World Food Programme Insight, 22 April 2020. (<https://insight.wfp.org/wfp-chief-warns-of-hunger-pandemic-as-global-food-crises-report-launched-3ee3edb38e47>).

LIMA, Marcelino de Souza; MOURA, Marcio José Romão de. Desenvolvendo uma cultura de estoques e convivendo com as condições de Semi-Árido. Sertão que dá certo. Caatinga. (2008). Disponível em: https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_instituicao-q2-rsb-17zmn-a-5331dc3-b814-4fc0-9bb3-081e48d319a1.pdf.

LUCENA, C.; FILHO, Z.; BONFIM, M. Org.: Embrapa "Caprinos e Ovinos" & CIM – Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos. "Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura." Boletim CIM Nº 10. Sobral, CE: abril, 2020.

MARONHAS, Maitê Edite Sousa; Barbosa, Antonio Gomes. Programa Sementes do Semiárido: Alguns Aspectos, Reflexões e Resultados. Cadernos de Agroecologia –ISSN

2236-7934 –Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe –v. 15, no 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3757/2754>

MARSDEN, T. (2004). **Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation.** In: Harvey, M.; Mcmeekin, A.; Warde, A. *Qualities of food.* New York: Palgrave, p. 129-155.

MARQUEZINE, Hellen Cordeiro Alves; Guimarães, Ludmila de Vasconcelos Machado; Barreto, Raquel de Oliveira. **Pandemia e Quilombos: decisões sobre “deixar viver e deixar morrer”.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 57, N. 1, p. 113-121, jan/abr 2021. Disponível: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/22257/60748572 acessível:16/06/2021 MAUSS, M. (1997 [1950]), *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, in _____, *Sociologie et anthropologie*, Paris, UF (ed. original: *Année Sociologique*, seconde série, tome 1, Paris, 1923-1924).

_____. (2003), *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac e Naify.

MESQUITA. Fernando Lucas Torres de. *Caprinos e ovinos volume 1. Cadernos do Semiárido riquezas & oportunidades / v.14, n.1.* Recife: CREA-PE: Editora UFRPE, 2020. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/pdf/cadernos-do-semiarido/14---caprinos-e-ovinos-vol.1-1.pdf>

MOTTA, Vivian Delfino; OLIVEIRA, Maria do Socorro. **Relatório sobre os eventos on-line para coleta de informações e dados sobre a pesquisa.** Programa Semear Internacional, Salvador, 2020.

PADULOSI, Stefano; ROY, Phrang, ROSADO-MAY, Francisco

J. Borrador: *Apoyando la Agricultura Sensible a la Nutrición, a través de Especies Olvidadas y Subutilizadas.* Marco Operacional propuesto para el FIDA Bioersity Internacional; CGIAR: Octubre, 2017.

PALMEIRA, Moacir. “Feira e mudança econômica” in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 1. January to June 2014, pp. 324-360. Programa Semear Internacional – PSI. **Apresentação Seminário Final Cadernetas-PSI– Slides.** 2020

PROJETO “VIVA O SEMIÁRIDO”. **Resultados econômicos e sociais dos projetos produto–Slides.** 2020.

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL – PSI. **Apresentação oficina com dados das cadernetas agroecológicas-PSI– Slides.** 2021.

REDE PENSSAN. “VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.” Instituto Vox Populi, 2021.

ROCHA, José Camelo da. *Soberania e segurança alimentar no Semiárido.* CONTI, Luiz; SCHROEDER, Ednj Oscar (organizadores). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social.* FAURGS; IABS; AECID; MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil : 2013. p. 107 a 116. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/convivenciacomosemiaridobrasileiro.pdf>.

SABOURIN, Eric Pierre. “Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 23, no. 66, Fev./ 2008

SANTARELLI, M.; BURITY, V. et. al. *INFORME DHANA. Autoritarismo, negação de direitos e fome.* 2019.

SANTOS, Marcos Vinicius Alves dos; OLIVEIRA, Ingrid Garcia

de; PEREIRA, Fernando Marcello Nunes; SANTOS, Polianna Ribeiro. *Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2.* *Segur. Aliment. Nutr., Campinas*, v. 28, p. 1-17. e 021003. 2021.

SHERWOOD, Stephen G.; ARCE, Alberto; PAREDES, Myriam. *Affective Labor's unruly edge': The pagus of Carcelen's Solidarity & Agroecology Fair in Ecuador.* *Journal of Rural Studies* 61 (2018) 302–313303.

TELLES, Lilian. **Relatório analítico com estatísticas e os resultados do uso das cadernetas até fevereiro de 2020.** Programa Semear Internacional, Salvador, 2020.

WEITZMAN, Rodica; TELLES, Lilian; et al. **Cadernetas Agroecologia e as Mulheres do Semiárido: de mãos dadas fortalecendo a agroecologia.** Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA, 2020. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/publicacoes/cadernetas-agroecologicas-e-as-mulheres-do-semiarido/> acessado:13/06/2021

WEITZMAN, R. *Educação popular em segurança alimentar e nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero.* Belo Horizonte, MG: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

WEITZMAN, R. “Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural” in: *Políticas para as Mulheres Rurais: uma análise da implementação*, ed. Brasília, DF: NEAD- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2010, v. I, 200 p.

WEITZMAN, R.; CARNEIRO, M.J., et. al. “Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política.” In: *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia.* Miriam Nobre (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2021, 104p.

ZAGO. Mayla Angelini Vidal. *As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica.* *Segur. Aliment. Nutr., Campinas*, v. 28, p. 1-14. e 021008. 2021.



portalsemear.org.br/